



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Palavras que fazem sangrar: mulheres negras egressas do sistema prisional em
João Pessoa/PB

ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS

João Pessoa
2024

ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS

Palavras que fazem sangrar: mulheres negras egressas do sistema prisional em
João Pessoa/PB

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marcela Zamboni Lucena.

João Pessoa
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237p Santos, Anna Paula Batista dos.

Palavras que fazem sangrar : mulheres negras egressas do sistema prisional em João Pessoa/PB / Anna Paula Batista dos Santos. - João Pessoa, 2024.
147 f. : il.

Orientação: Marcela Zamboni Lucena.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Sistema prisional - Egressas. 2. Mulheres negras - Encarceramento. I. Lucena, Marcela Zamboni. II. Título.

UFPB/BC

CDU 343.91-055.2(043)

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA
AVALIAR ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS

Aos 23 dias do mês de abril de 2024, às 14 horas, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de defesa de Tese, intitulada: "**PALAVRAS QUE FAZEM SANGRAR: mulheres negras egressas do sistema prisional em João Pessoa/PB**" apresentada pela discente **ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS** estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: Prof^ª. Dra. Marcela Zamboni Lucena (Orientadora), Prof^ª. Dra. Simone Magalhães Brito (Examinadora interna PPGS/UFPB), Prof^ª. Dra. Renata Monteiro Garcia (Examinadora Externa- PPGDH - UFPB), Prof^ª. Dra. Luziana Ramalho Ribeiro (Examinadora Externa- PPGDH – UFPB) e Prof^ª. Helma Janiele Souza de Oliveira (Examinadora Externa). Dando início aos trabalhos, a professora **Orientadora Marcela Zamboni Lucena**, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra à defendente para expor uma síntese de sua Tese que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o conceito de **APROVADA**. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo Diploma de **DOCTORA EM SOCIOLOGIA**.

OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. Marcela Zamboni Lucena
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **SIMONE MAGALHÃES BRITO**
Data: 06/05/2024 20:04:18-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^ª. Dra. Simone Magalhães Brito
Examinadora interna - PPGS/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **RENATA MONTEIRO GARCIA**
Data: 07/05/2024 11:29:39-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^ª. Dra. Renata Monteiro Garcia
Examinadora externa- PPGDH – UFPB



Prof^ª. Dra. Luziana Ramalho Ribeiro
Examinadora externa- PPGDH – UFPB

Documento assinado digitalmente
gov.br HELMA JANIELLE SOUZA DE OLIVEIRA
Data: 13/05/2024 09:29:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dra. Helma Janiele Souza de
Oliveira
Examinadora externa


Anna Paula Batista dos Santos
Discente defendente



Para as mulheres negras egressas do sistema prisional que participaram desta pesquisa e que me permitiram ter acesso as suas tão sensíveis histórias e memórias.

AGRADECIMENTOS

Essa é a última parte que foi escrita desta tese, porém, não menos importante que as demais. Após longos quatro anos, concluo mais essa etapa da minha vida, o Doutorado em Sociologia na UFPB, que conciliei com uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais (Ufa!). Considero essencial dizer que não tive acesso à bolsa durante o processo de doutoramento o que me impossibilitou dedicação exclusiva e, por isso, tive que, paralelamente, trabalhar. Portanto, gostaria de agradecer a algumas pessoas que tiveram participação essencial na minha vida nessa árdua fase.

Agradeço a Deus, por tudo.

À minha mãe, Gizélia Batista dos Santos, por seu apoio incondicional e sua abnegação para que eu pudesse sempre optar por estudar. De forma alguma eu chegaria à conclusão de um curso de Doutorado sem seu auxílio.

À Caio Augusto, meu companheiro, por seu afeto que é tão potente! Em vários dias em que estive exausta e ansiosa devido a construção da tese, você sempre me encorajou e acreditou (e acredita) muito no meu potencial. Obrigada pelo companheirismo único!

À minha orientadora, Prof^a Marcela Zamboni, pela maestria na condução desse trabalho e pelas trocas tão potentes! Você com certeza marcou minha trajetória na UFPB, uma das maiores intelectuais que já conheci e tive acesso. Agradeço pela paciência em todo esse processo e pela gentileza com que sempre me recebeu.

Às Professoras Simone Brito e Renata Garcia pelas contribuições tão pertinentes a esta tese no momento da qualificação. À Prof.^a Simone Brito, agradeço pelas inquietações despertadas no exame de qualificação e também pelas excelentes aulas que tive oportunidade de participar; sinceramente, eu saía de suas aulas empolgada com a qualidade da explanação e do conhecimento que tinha sido transmitido. À Prof.^a Renata Garcia, agradeço também pelas provocações e sugestões trazidas na qualificação e pela sua contribuição em minha trajetória desde que participei do LAPSUS. Te admiro muito, sua doçura e a forma como você transmite tudo o que sabe são extremamente necessárias na Academia. Agradeço também as Professoras que se somaram a esta banca no momento da defesa da tese Helma Janielle Souza de Oliveira e Luziana Ramalho Ribeiro. À Prof.^a Luziana

especialmente agradeço por estar comigo desde a graduação e por sempre ter acreditado tanto em mim. Obrigada!

Aos docentes que compõem o PPGS na UFPB, profissionais sérios e comprometidos que marcaram positivamente minha jornada no Doutorado.

À Tiana, minha amiga e parceira no Doutorado. Nossa turma foi 'a turma da pandemia' e, em um momento tão difícil, sua amizade me auxiliou bastante no cumprimento das disciplinas, dos exames de proficiências e em diversos outros momentos dessa jornada. Sua escuta atenta e palavras certeiras me ajudaram a encarar esse processo com mais leveza. À D'Angelles que tanto me auxiliou na construção deste trabalho com contribuições necessárias e pertinentes.

À Secretaria de Estado do Desenvolvimento (SEDH) na pessoa do Secretário na época Tibério Limeira e da Chefe de Gabinete Jailma Carvalho, pela rápida liberação para execução da pesquisa de campo no local em que trabalhei e por confiarem na minha capacidade técnica de condução do Escritório Social na Paraíba, um serviço pioneiro e tão importante. Vocês são líderes que me inspiram!

Aos amigos da Comunidade Metodista em João Pessoa, pelas tantas palavras de apoio e afirmação de que eu conseguiria encerrar mais essa fase de minha vida. Agradeço principalmente a Thaiana e a Andreia pela amizade e pela preocupação comigo neste fim de ciclo, tenho um carinho imenso por vocês e as trago no coração.

À Marília. Lembro de uma vez que você falou “[...] eu acredito muito em você, Paulinha”. Essas palavras não saíram da minha mente, obrigada por sua amizade tão valiosa! À Mayara e Kennedy, meus amigos de sempre; à Aline, Bárbara e Marla, pela força demonstrada através de ações e palavras.

À equipe do Escritório Social da Paraíba! Agradeço pelo suporte nas vezes em que estive ausente do ambiente de trabalho para cumprir com os requisitos do Doutorado. Agradeço principalmente a Natália por todo aprendizado no cotidiano de trabalho, você é uma inspiração de profissional para mim, as trocas e todos os momentos que tivemos foram muito importantes para minha construção enquanto gestora desse local. Agradeço também a Sandra, Fábio e Thabada, excelentes profissionais que tanto me auxiliaram na rotina de trabalho.

A todas as mulheres que participaram desta pesquisa. Vocês me arrebataram tantas vezes! Eu agradeço imensamente pela oportunidade que tive de ouvi-las,

obrigada por terem compartilhado questões tão íntimas comigo, como aprendi com vocês! Obrigada!

A todas as pessoas que de alguma forma me auxiliaram no processo de Doutorado e na construção desta tese. Finalizo com uma frase de Angela Davis que diz: "Precisamos nos esforçar para "erguer-nos enquanto subimos". Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, irmãos, subam conosco". É exatamente nisso que eu acredito!

“A esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, incapaz e consciente do inacabamento, [...] o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca [...]. A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica.[...] Só há história onde há tempo problematizado e não pré-dado.”

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho surgiu a partir de inquietações oriundas da minha atuação profissional junto às pessoas egressas do sistema prisional em João Pessoa/PB e seu principal objetivo foi analisar as histórias de vida de mulheres negras que saíram da prisão e são usuárias do Escritório Social, serviço que atua no atendimento a esse público específico. Os objetivos específicos foram: Verificar como a colonialidade do poder e a interseccionalidade são funcionais para explorar os condicionantes das vidas das mulheres negras egressas da prisão; identificar e destrinchar acerca das questões presentes no campo de pesquisa; examinar como os elementos violência e resistência estão presentes nos relatos das mulheres e compreender como a 'vida do crime', as experiências na prisão, a religiosidade e as relações familiares constituem-se enquanto elementos fundamentais nas suas histórias de vida. De início, apresentei a base teórica e metodológica que me apoiou para a construção desta tese utilizando-me principalmente da colonialidade do poder enquanto teoria e da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica. Para o procedimento de coleta de dados, empreguei a entrevista em profundidade para ter acesso às memórias das mulheres. Após, abordei sobre o campo em que essa pesquisa se desenhou bem como todo o trâmite burocrático que fora necessário para sua efetiva execução e o perfil das mulheres que tive acesso nesse processo. Em seguida, trouxe os elementos violência e resistência como cruciais e que existem de forma simultânea na vida do público pesquisado, nas mais variadas formas, a saber: violências sexuais, físicas, no ambiente de trabalho, transfobia, gordofobia, violência institucional, o patriarcado da miséria e a resistência principalmente a partir do momento da extinção das penas em suas trajetórias. Posteriormente, discuti acerca das experiências das mulheres na 'vida do crime', elementos referentes às suas passagens pelo sistema prisional, a influência da religiosidade em suas vidas, principalmente da religião evangélica de vertente neopentecostal e sobre suas relações familiares. Os resultados apontam que opressões interseccionais estão presentes em suas trajetórias que fazem com que essas mulheres possuam elementos parecidos em suas histórias que as conectam e que as colocam enquanto alvos para serem aprisionadas, mas, também que suas experiências de vida não se resumem a isso, pelo contrário, há potencialidades e vontade que as movimentam e impulsionam a buscarem novos caminhos após o período de aprisionamento; que a religiosidade neopentecostal possui uma grande influência em suas vidas devido principalmente à predominância que essa vertente alcança no universo prisional e a presença da gordofobia enquanto elemento de preconceito e violência em suas experiências.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Egressas. Sistema Prisional.

ABSTRACT

This work arose from concerns arising from my professional work with people released from the prison system in João Pessoa/PB and its main objective was to analyze the life stories of black women who left prison and are users of the Social Office, a service that operates to serve this specific audience. The specific objectives were: Verify how the coloniality of power and intersectionality are functional to explore the conditions in the lives of black women released from prison; identify and unravel the issues present in the research field; examine how the elements of violence and resistance are present in women's accounts and understand how the 'life of crime', experiences in prison, religiosity and family relationships constitute fundamental elements in their life stories. Initially, I presented the theoretical and methodological basis that I used to construct this thesis, using mainly the coloniality of power as a theory and intersectionality as an analytical tool. For the data collection procedure, I used in-depth interviews to access the women's memories. Afterwards, I discussed the field in which this research was designed, as well as all the bureaucratic procedures that were necessary for its effective execution and the profile of the women I had access to in this process. Next, I brought up the elements of violence and resistance as crucial and which exist simultaneously in the lives of the researched public, in the most varied forms, namely: sexual and physical violence, in the workplace, transphobia, fatphobia, institutional violence, patriarchy of misery and resistance mainly from the moment of the extinction of penalties in their trajectories. Subsequently, I discussed the women's experiences in the 'life of crime', elements relating to their passage through the prison system, the influence of religiosity in their lives, mainly the evangelical religion of a neo-Pentecostal aspect and their family relationships. The results indicate that intersectional oppressions are present in their trajectories that mean that these women have similar elements in their stories that connect them and that place them as targets for imprisonment, but also that their life experiences are not limited to this, on the contrary, there is potential and desire that moves and encourages them to seek new paths after the period of imprisonment; that neo-Pentecostal religiosity has a great influence on their lives mainly due to the predominance that this aspect reaches in the prison universe and the presence of fatphobia as an element of prejudice and violence in their experiences.

Keywords: Black Women. Egresses. Prison System. .

RESUMEN

Ce travail est né de préoccupations nées de mon travail professionnel avec des personnes libérées du système pénitentiaire à João Pessoa/PB et son objectif principal était d'analyser les histoires de vie de femmes noires sorties de prison et utilisatrices du Bureau Social, un service qui opère pour servir ce public spécifique. Les objectifs spécifiques étaient les suivants : Vérifier comment la colonialité du pouvoir et l'intersectionnalité sont fonctionnelles pour explorer les conditions de vie des femmes noires libérées de prison ; identifier et démêler les enjeux présents dans le domaine de la recherche ; examiner comment les éléments de violence et de résistance sont présents dans les récits des femmes et comprendre comment la « vie de crime », les expériences en prison, la religiosité et les relations familiales constituent des éléments fondamentaux dans leurs histoires de vie. Dans un premier temps, j'ai présenté les bases théoriques et méthodologiques que j'ai utilisées pour construire cette thèse, en utilisant principalement la colonialité du pouvoir comme théorie et l'intersectionnalité comme outil d'analyse. Pour la procédure de collecte de données, j'ai eu recours à des entretiens approfondis pour accéder aux souvenirs des femmes. Ensuite, j'ai discuté du domaine dans lequel cette recherche a été conçue, ainsi que de toutes les procédures bureaucratiques nécessaires à sa réalisation efficace et du profil des femmes auxquelles j'ai eu accès dans ce processus. Ensuite, j'ai évoqué les éléments de violence et de résistance comme cruciaux et qui existent simultanément dans la vie du public étudié, sous les formes les plus variées, à savoir : la violence sexuelle et physique, au travail, la transphobie, la fatphobie, la violence institutionnelle, le patriarcat. de misère et de résistance principalement à partir du moment de l'extinction des pénalités dans leurs trajectoires. Par la suite, j'ai discuté des expériences des femmes dans la « vie de crime », des éléments relatifs à leur passage dans le système carcéral, de l'influence de la religiosité dans leur vie, principalement la religion évangélique d'aspect néo-pentecôtiste et de leurs relations familiales. Les résultats indiquent que des oppressions intersectionnelles sont présentes dans leurs trajectoires, ce qui signifie que ces femmes ont des éléments similaires dans leurs histoires qui les relient et qui les placent comme cibles d'emprisonnement, mais aussi que leurs expériences de vie ne se limitent pas à cela, bien au contraire. il y a un potentiel et un désir qui les animent et les encouragent à chercher de nouvelles voies après la période d'emprisonnement ; que la religiosité néo-pentecôtiste a une grande influence sur leur vie, principalement en raison de la prédominance que cet aspect atteint dans l'univers carcéral et de la présence de la fatphobie comme élément de préjugé et de violence dans leurs expériences.

Mots-clés : Femmes noires. Sorties. Système pénitentiaire.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fachada do Escritório Social.....	42
Figura 2: Eixos estruturantes do Programa 'Fazendo Justiça'	43
Figura 3: Termo de Cooperação Técnica.....	45
Figura 4: Exemplo de Atuação do Escritório Social.....	46
Figura 5: Mapa dos Escritórios Sociais (registro de 2022).....	48
Figura 6: Cadernos de Gestão dos Escritórios Sociais I, II, III e IV.....	49
Figura 7: Recepção do Escritório Social em João Pessoa/PB em que se localizam os Policiais Penais.....	51
Figura 8: Recepção idealizada para o Escritório Social em João Pessoa/PB.....	52
Figura 9: Portão principal de acesso ao Escritório Social.....	53
Figura 10: Porta que divide os setores Escritório Social e Gerência de Ressocialização.....	56
Figura 11: Quantitativo Raça/Cor das Mulheres Vítimas de Homicídios, por UF.....	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CRFMJM - Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão

ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IST's – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LAPSUS - Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública

LEP – Lei de Execução Penal

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer /Questionando, Intersexo, Assexuais/ Arromânticas, Pan/Póli, Não-binárias e mais.

PIVIC – Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica

RG – Registro Geral

SEAP - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

SEDH - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano

SEMDH - Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

STF – Supremo Tribunal Federal

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

VEP – Vara de Execuções Penais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 01 – Notas teóricas e metodológicas	24
1.1 COLONIALIDADE DO PODER.....	24
1.2 COLONIALIDADE E GÊNERO.....	32
1.3 INTERSECCIONALIDADE.....	33
1.4 CONSTRUÇÃO DOS DADOS.....	38
CAPÍTULO 02 – O campo de pesquisa: cotidiano de disputas políticas, ideológicas, de território	41
2.1 ESCRITÓRIO SOCIAL.....	41
2.2 POLICIAIS PENAIS.....	51
2.3 GERÊNCIA DE RESSOCIALIZAÇÃO.....	55
2.4 A PESQUISADORA/ GESTORA.....	57
CAPÍTULO 03 – Violência e Resistência enquanto características que coexistem mutuamente	61
3.1 PREPARANDO O CAMINHO.....	62
3.2 VIOLÊNCIA ENQUANTO CERNE.....	63
3.2.1 “[...] a gente não tá na prisão mais não, eu tô sem condições psicológicas de continuar ali”: trabalho explorado e compulsório.....	66
3.2.1.2 GORDOFOBIA.....	71
3.2.1.3 O “MATRIARCADO DA MISÉRIA”.....	75
3.2.2 “[...] e não aconteceu nada com ele, porque ele era vigilante federal e na família dele tinha prefeito, e no interior, antigamente, como até hoje ainda, nome pesava muito”: violência sexual.....	80
3.2.3 “[...] dava pra se virar, mas, como em todo canto, tem muito preconceito”: Transfobia.....	85
3.2.4 “Doutora, vamos comigo!”: violência institucional.....	91

3.2.5 Outras formas de violência.....	92
3.3 RESISTÊNCIA.....	94
3.3.1 “[...] hoje eu tenho vivido mais, tenho mais expectativa, mais esperançosa pelas coisas”: extinção de pena.....	96
CAPÍTULO 04 – ‘Vida do crime’, vivência na prisão, religiosidade e relações familiares.....	103
4.1 “OXE, ERA DINHEIRO DEMAIS!”: vida do crime.....	103
4.2 “[...] ONDE O FILHO CHORA E MÃE NÃO VÊ”: vivência na prisão.....	108
4.2.1 RELAÇÕES AFETIVAS.....	113
4.2.2 RELAÇÕES AFETIVAS DENTRO DO CÁRCERE.....	115
4.3 “[...] GRAÇAS A DEUS TODAS AS DIFICULDADES QUE DEUS TÁ ME DANDO EU TÔ CONSEGUINDO SUPERAR”: religiosidade	117
4.3.1 “[...] A VIDA FOI MUITO INJUSTA E QUANDO A VIDA É MUITO INJUSTA, VOCÊ SE REVOLTA [...] MAS DEUS SABE DE TODAS AS COISAS, NÉ?: religião cristã neopentecostal.....	118
4.3.2 “[...] EU FUI CRIADA NO CANDOMBLÉ, MINHA MÃE GIRAVA, MINHA AVÓ TINHA UM TERREIRO, MEU PAI ERA TOCADOR ILÚ”: candomblé.....	125
4.4 “[...] O MUNDO É UMA ESCOLA E NESSA ESCOLA EU NÃO GOSTEI NÃO, VIU? QUE ESSA ESCOLA É MUITO RUIM, TU É DOIDO”: relações familiares	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICES.....	140
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	141
APÊNDICE B – Parecer Consubstanciado do CEP.....	144

INTRODUÇÃO

Acredito que essa tese me salvou muitas vezes. Foram vários os dias que eu cheguei do trabalho com muitas angústias e me debrucei nesse texto numa tentativa de materializar nas palavras os sentimentos que estavam comigo. O cotidiano de trabalho com pessoas egressas do sistema prisional, sobretudo com as mulheres negras, é hostil, ao passo que também se demonstra potente. Hostil por se tratar de um lugar majoritariamente masculinizado, branco, cisgênero, heterossexual, com discursos fascistas, mas também potente por ser um ambiente com pessoas que realmente possuem rostos bem definidos e histórias fortes para contar e viver.

É importante dizer que a hostilidade do ambiente não está visível a olho nu, pelo contrário: ela é desvendada no dia a dia, nas palavras, atitudes, posições, imposições, nas entrelinhas, com muita sutilidade, numa tentativa de minar os esforços que estão sendo feitos para tentar viabilizar um mínimo na vida de quem nunca teve nada. A hostilidade também se revela quando eu enquanto mulher negra, oriunda da periferia, e por parecer em alguns aspectos com o público pesquisado (não só fisicamente, mas, em relação as histórias de vida), não possuía minha voz ouvida e era a todo tempo desencorajada a estar nesse lugar. A hostilidade também vem quando uma mulher transexual negra é impedida de acessar a referida instituição apenas por não estar com a vestimenta dita adequada¹ para nela adentrar.

Mas aí também existe muita potência e ela se revela ainda com mais força. Potência quando essas mulheres, que mesmo já tendo (sobre)vivido a tantas violências, insistem em querer ter uma vida melhor junto com seus filhos, suas mães, quando elas insistem em viver. Potência quando se observa a rede de ajuda mútua que elas criam entre si, construída a partir do convívio na masmorra chamada prisão; lá elas aprenderam que, diante do sofrimento, só tinham umas às outras e assim seguem aqui fora, na vida extramuros, e isso é belo e poderoso de se ver nas suas relações cotidianas.

Muitas vezes, quando eu estava cansada de todo esse cenário de horror, olhei pra essas mulheres e vi nelas uma força até sobre-humana, que realmente vai contra a corrente, e percebi que as únicas alternativas para elas (e para nós) estão no coletivo, na resiliência que se constrói no chão onde pisam, na insistência em continuar a

¹ Calça comprida, blusas com mangas.

trabalhar, a estudar, a estar junto com seus afetos e amores. É a partir dessa realidade que surgiram as questões que culminaram nesse trabalho.

De forma mais precisa, essa temática surgiu a partir de inquietações oriundas da minha prática profissional atuando na Política Nacional de Atenção as Pessoas Egressas do Sistema Prisional no estado da Paraíba. Nesse lugar, observei o quanto as pessoas que saem da prisão são atravessadas por estigmas, preconceitos, desconfiança e invalidez perante a sociedade; são consideradas como indivíduos perigosos e suas existências são, a todo momento, postas em xeque. Quando a vida em questão se reconhece e se apresenta enquanto mulher negra, as situações de vexame são ainda piores.

O presente objeto de estudo foi sendo construído no decorrer da minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal. Desde a graduação em Serviço Social pesquisei sobre temas relacionados à prisão e violência, com vivência prática e teórica nessas temáticas. Realizei os Estágios Supervisionados Obrigatórios, vinculados à graduação em Serviço Social da UFPB, durante o período de um ano no Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão (CRFMJM), penitenciária feminina localizada no bairro de Mangabeira VII, na cidade de João Pessoa/PB. Neste mesmo período, integrei a pesquisa 'Um estudo sobre as mulheres em situação de cárcere no estado da Paraíba' enquanto estudante voluntária de iniciação científica (PIVIC/CNPQ), no qual a coleta de dados se deu através de um questionário aplicado juntos as detentas do mesmo estabelecimento prisional em que eu estava estagiando. Logo após, integrei a equipe de pesquisa do LAPSUS (Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública), um grupo formado por estudantes de diversos cursos da UFPB que trabalha realizando atividades de pesquisa e extensão sobre sistema prisional, direitos humanos e, sobretudo, junto aos familiares de detentos (as) dos mais diversos presídios de João Pessoa. No Trabalho de Conclusão de Curso decidi abordar acerca da realidade das famílias das mulheres que cumpriam pena ou aguardavam julgamento no Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão, que me rendeu um material valioso em teoria e informações acerca desta temática.

No Mestrado em Serviço Social, dei continuidade à pesquisa iniciada no Trabalho de Conclusão de Curso junto às familiares das mulheres que estavam presas no estabelecimento penal em que estagiei, porém focando nos condicionantes pobreza, gênero e raça. Para a construção e finalização da dissertação, me debrucei nos estudos sobre gênero, classe e violência e, a partir disso, percebi que as mulheres negras e

consideradas criminosas ocuparam e ainda ocupam um espaço marginal na sociedade brasileira; são pessoas ditas desviantes e perigosas.

No tempo em que esse trabalho foi construído, trabalhei na gestão do Escritório Social, que é um equipamento social idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele auxilia as pessoas egressas do sistema prisional a retornarem suas vidas pós-cárcere na sociedade possibilitando acesso à retirada de documentação civil, (re)inserção no mercado de trabalho formal, acesso a serviços de saúde, educação e moradia. A partir das experiências vivenciadas nesse local, percebi que grande parte das mulheres que passaram pela prisão e que acessam o Escritório Social são pobres, residem nas zonas periféricas de João Pessoa/PB ou cidades vizinhas (Ex: Santa Rita, Bayeux, Cabedelo) e são olhadas com desconfiança e insegurança por diversos setores da sociedade, o que dificulta que elas e até seus familiares tenham acesso a serviços considerados básicos como, por exemplo, a alguma unidade de saúde ou a matricular o filho (a) em alguma creche ou escola. Sendo assim, pode-se perceber pelo relato da minha trajetória que assuntos relacionados ao cárcere e seus desdobramentos na vida das pessoas que por ele passam estão a algum tempo juntos comigo, numa tentativa de não só compreender acerca desta realidade, mas, sobretudo, de ouvir atentamente essas pessoas.

A situação de vida dessas mulheres se entrelaça com enredamentos sociais complexos, de modo que faz sentido pensar sobre esse tema à luz da sociologia. O pensamento decolonial, nesse sentido, nos fornece uma forma de ler a sociedade considerando as relações de assimetria que ocorreram ao longo da história e desenharam o contexto no qual vivemos hoje, pois o território hoje chamado Brasil se formou mediante um processo de colonização empreendido pelos europeus. Nas palavras de Curiel (2020, p. 126):

Esse conceito pode ser explicado a partir do entendimento de que com o fim do colonialismo como constituição geo política e geo histórica da modernidade ocidental europeia, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações e a formação dos estados-nação na periferia, não se transformou significativamente. O que acontece, ao contrário, é uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global.

Ou seja, mesmo com o dito fim do colonialismo, as relações que o caracterizavam permaneceram: para se colocar enquanto centro do mundo, a Europa subjugou a América enquanto sua colônia a partir de 1492, quando o capitalismo ganhou

proporções mundiais a partir do colonialismo (Curiel, 2020). Sendo assim, a contar desses movimentos da história, alguns processos se desencadearam que conduziram, propositalmente, alguns países para fora da rota do dito desenvolvimento, os colocando como aqueles que sempre precisavam da ajuda dos países do centro. Com isso, populações inteiras foram massacradas, vozes foram silenciadas e importantes eventos históricos invisibilizados.

Para compreender aspectos cruciais que serão trazidos ao longo desta pesquisa, faz-se essencial os conceitos de colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade do saber. Colonialidade do poder, que é tido enquanto conceito chave para compreensão dos outros dois, é criado por Aníbal Quijano (1992) que corresponde a diversas proporções da vida social que o poder colonial impera ou ainda insiste em imperar².

A colonialidade do ser, noção criada por Walter Mignolo e desenvolvida por Nelson Maldonado Torres, diz respeito às experiências vivenciadas por grupos de pessoas consideradas subalternas que foram invisibilizadas e consideradas empecilhos para o desenrolar da ‘cristianização dos povos e da modernização’; a colonialidade do ser corresponde as vidas das pessoas que foram tomadas enquanto insignificantes e, com isso, abriu-se espaço para a prática da escravização, promoção de guerras e assassinatos destes (Curiel, 2020).

A colonialidade do saber coloca-se enquanto um processo de construção de um modelo de conhecimento produzido por determinados sujeitos que é considerado como sendo o único legítimo; tudo o que se pensa e se produz fora disso não é tido enquanto válido.

Trata-se de um imaginário proposto de uma plataforma neutra, um ponto único, a partir do qual se observa o mundo social, que não poderia ser observado a partir de nenhum ponto, assim como fazem os deuses. A partir daí, cria-se uma grande narrativa universal na qual a Europa e os Estados Unidos são, simultaneamente, o centro geográfico e a culminação do movimento temporal do saber, onde se subvaloriza, ignora, exclui, silencia e invisibiliza conhecimentos de populações subalternizadas (Curiel, 2020, p. 128).

Esses três conceitos aqui colocados são essenciais para entender como o processo de modernização atingiu, sobretudo, as mulheres as quais insistem em falar. Essas mulheres que aqui apresento sabem muito sobre a vida tida enquanto subalterna

² “Para Aníbal Quijano, o mundo “que começou a formar-se com a América, tem em comum três elementos centrais: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo”. (Quijano, 2005, p. 123).

e seus processos, partilham de lugares comuns. Suas falas ‘me fizeram sangrar’ e foi a partir disso que pensei no título desta pesquisa, que é uma adaptação da escrita de Conceição Evaristo em seu livro ‘Olhos D’ água’ (2015), no qual ela diz “[...] escrever é uma maneira de sangrar”. Era exatamente assim, sangrando, que eu me sentia a cada encontro nosso e escrevendo as linhas deste trabalho.

Além de se apoiar no pensamento decolonial com autoras como Rita Segato e María Lugones, esse trabalho também tem por base autoras do feminismo negro, pois ele fornece reflexões importantes para pensar a sociedade brasileira e as assimetrias de gênero que ela carrega. Nesse sentido, abordarei o pensamento de Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

Adicionalmente, também é importante abordar o conceito de interseccionalidade, um termo cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989) para operacionalizar uma abordagem que coloca em relação constante e inseparável aspectos fundamentais como gênero, raça e classe enquanto produtores de opressões comuns.

É, pois, partindo dessas três perspectivas de análise que abordo o problema desta pesquisa: como foram construídas as histórias de vida das mulheres egressas do sistema prisional em João Pessoa/PB? Considero que a perspectiva do pensamento decolonial, do feminismo negro e da interseccionalidade podem fornecer elementos suficientes para compreender esse objeto de estudo. Nesse sentido, o objetivo principal desta pesquisa é analisar os testemunhos de vida de mulheres egressas do sistema prisional em João Pessoa/PB. Para atender a esse objetivo central, considero atender a quatro objetivos específicos, a saber: (1) Verificar como a colonialidade do poder e a interseccionalidade são funcionais para explorar os condicionantes das vidas das mulheres negras egressas da prisão; (2) identificar e destrinchar acerca das questões presentes no campo de pesquisa; (3) examinar como os elementos violência e resistência estão presentes nos relatos das mulheres e (4) compreender como a ‘vida do crime’, as experiências na prisão, a religiosidade e as relações familiares constituem-se enquanto elementos fundamentais na história de vida das mulheres.

Para o procedimento de coleta de dados, empreguei a entrevista em profundidade que, de acordo com Minayo (2009, p. 64), é aquela “[...] que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões”. Sendo assim, objetivei que as mulheres se sentissem livres para falarem sobre suas experiências de vida e coloquei alguns temas norteadores para o diálogo, como: fale-me sobre sua infância; como a senhora foi

presa?; Como era a vida na prisão?; Como é sua relação com sua família e; como está sendo sua vida após o aprisionamento?; Entrevistei oito mulheres negras egressas do sistema prisional que aparecem nesse estudo com nomes fictícios. Os momentos de diálogo com as mulheres foram realizados no Escritório Social, instituição localizada na Rua Diogo Velho, nº 180, no centro da cidade de João Pessoa/PB. Todas essas mulheres assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ao aceitarem participar da pesquisa.

Importante dizer que inicialmente este trabalho possuía por título **‘Fazer viver e deixar morrer’**: eugenia e mulheres negras egressas do sistema prisional em João Pessoa/PB’, entretanto, a partir de conversas com minha orientadora e do próprio movimento da pesquisa, decidi, mudar o título para um que melhor se adequasse.

Sendo assim, esta tese está estruturada da seguinte forma:

No capítulo 01, apresentarei com maior profundidade as bases teóricas e metodológicas que esse trabalho se apoiou. A colonialidade do poder e a interseccionalidade aparecem enquanto principais aportes teóricos e metodológicos que me serviram de suporte para confecção deste estudo.

No capítulo 02, elucido questões que estiveram presentes em todo o processo de coleta de dados bem como apresento a estrutura desse lugar e os setores que o compõem e o dividem.

No capítulo 03, mostrarei os elementos violência e resistência enquanto intrínsecos às experiências de vida das mulheres negras egressas da prisão e como eles existem de forma simultânea em suas vidas, relacionando com bibliografia pertinente a partir de autoras como hooks (2023), Davis (2016), Gonzalez (2020) e Segato (2022). A partir disso, trago relato das entrevistadas que se relacionam com esses aspectos que são as mais variadas formas de violência (sexual, física, transfobia, gordofobia, violência institucional, no ambiente de trabalho) sofridas pelas mulheres e a resistência principalmente no que diz respeito ao momento em que elas encerram seus cumprimentos e obrigações perante ao Poder Judiciário e tornam-se livres da pena.

No capítulo 04, tratarei a respeito dos que as mulheres chamam de ‘vida do crime’, que corresponde ao tempo em que elas estavam ligadas ao universo da criminalidade, sobre as experiências das mulheres na prisão passando pelas relações afetivas dentro e fora desse contexto, acerca da influência da religiosidade na vida das mulheres, principalmente da religião cristã evangélica de vertente neopentecostal e sobre as relações familiares.

Nas considerações finais, focarei nos principais elementos de construção da tese, nos achados da pesquisa e reflexões futuras para a área que se propõe.

CAPÍTULO 01

Notas teóricas e metodológicas

Neste capítulo abordarei as perspectivas teóricas e metodológicas que esse trabalho se apoiará para discutir sobre as experiências de vida das mulheres negras egressas do sistema prisional. Considero fundamental apresentar as principais teorias e ferramentas analíticas que utilizarei para, então, iniciar a apresentação da pesquisa propriamente dita, bem como os passos metodológicos que trilharei.

Sendo assim, trarei aspectos sobre a colonialidade do poder, colonialidade e gênero; interseccionalidade e feminismo negro; e também sobre os procedimentos para realização das entrevistas com as mulheres.

1.1 COLONIALIDADE DO PODER

Para o desenrolar das ideias que serão discutidas aqui, é essencial iniciar debatendo acerca da colonialidade do poder, aspecto extremamente necessário criado por Aníbal Quijano (2005). A colonialidade do poder diz respeito a imposição de uma ordem eurocêntrica que, articulada com o capitalismo³, sustenta-se a partir da classificação de raça⁴ e de trabalho. Vê-se a imposição e execução da colonialidade do poder a partir do processo de colonização dos países europeus na América em que escravizaram e dizimaram⁵ os povos e organizaram categorizações que antes não existiam como a noção de raça.

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005, p. 117).

³ “[...] o padrão colonial é o que funda e organiza, até hoje, o caminho do capital, e constitui seu ambiente originário e permanente”. (Segato, 2021, p. 59, 60).

⁴ “A raça se instala como principal parâmetro classificatório da humanidade” (Segato, 2022, p. 211).

⁵ “Na América Latina, a colonização resultou no extermínio de milhões de indivíduos, bem como na conversão de grupos sobreviventes em excluídos de sua própria terra, tornando-se pessoas subalternizadas que foram obrigadas a deixar seus modos de produção, subsistência e suas formas de existência” (Carvalho, 2020, p. 04).

A categorização das pessoas em raças (negro, índio, branco) favoreceu a exploração a partir do trabalho dos países colonizadores nos colonizados e inaugurou uma fase que até então não existia. Como afirma Quijano (2005) não existem relatos anteriores ao período da colonização acerca do termo raça no que ele chama de seu sentido moderno, ou seja, baseada em diferenças biológicas entre um grupo de pessoas e outro.

Segato (2021, p. 60) diz que “Eurocentrismo e racismo epistêmico são apenas dois nomes para o mesmo gesto colonial”. A partir dessa citação, entendo que tanto o eurocentrismo quanto o racismo estavam entrelaçados numa mesma perspectiva, de escravizar e inferiorizar os povos colonizados. Com o processo colonizador e a classificação das pessoas em raças, o racismo também fora inventado enquanto mecanismo organizador da exploração moderna. Sendo assim, vê-se o racismo enquanto invenção colonial, como estratégia de aproveitamento da modernidade. A autora Segato (2021, p. 67) também diz que a noção de raça “[...] é, sem dúvidas, o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos quinhentos anos”, pois, através dele, inúmeros atos de opressão e dominação foram instrumentalizados.

Especificamente para esse trabalho é importante entender que os principais aspectos da colonialidade do poder, ligados à classificação das pessoas em raças e ao trabalho explorado, ainda se expressam na vida das mulheres egressas da prisão, pois elas são majoritariamente negras e possuem o trabalho compulsório⁶ enquanto fator determinante em suas vidas. Através da imposição da ordem eurocêntrica⁷ na América a partir do avanço do capitalismo, pode se perceber, enquanto sustentáculo desse movimento, a propagação e determinação da ideia de raça e a subjugação dos povos colonizados através do trabalho explorado, assemelhando-se bastante a realidade que atualmente ainda persiste na vida das mulheres negras egressas do cárcere e que se manifesta de formas diferenciadas.

Outra questão significativa trazida por Segato (2021) é sobre gênero e colonialidade que Quijano (2005) equipara ao elemento raça. Os colonizadores buscaram enxergar os corpos sob uma ótica biologizante, de forma que as diferenças de etnias foram postas a partir de elementos naturais, ou seja, os negros estavam mais

⁶ Explanarei sobre essa questão no capítulo 03;

⁷ “Eurocentrismo nada mais é do que racismo no campo da hierarquização e atribuição de valor desigual às pessoas, ao seu trabalho e aos seus produtos, bem como aos saberes, normas e pautas de existência próprias das sociedades que se encontram de um lado e doutro da fronteira traçada entre Norte e Sul pelo processo colonial” (Segato, 2021, p. 66).

perto da natureza do que os brancos devido a diferenças naturais⁸. Sendo assim, o lugar ocupado pelas mulheres, principalmente aquelas de raças consideradas inferiores, ficou designado “[...] junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza, ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza” (Quijano, 2005, p.129). Nessa mesma toada, Segato (2021) afirma que o patriarcado já existia mesmo antes do período colonial, porém de uma forma diferente e não tão nociva quanto a característica do período colonial, diferentemente de María Lugones (2007) que considera o patriarcado como uma invenção colonial que não existia antes desse período histórico.

Essa crítica da colonialidade do poder leva a pensar a formação da América Latina e os rumos da história do mundo de uma outra forma, diferente da que comumente fora ensinada. Como Segato (2021, p. 45) diz

[...] ela imprime um novo rumo à leitura da história mundial e impõe, de tal forma, uma torção em nosso olhar, que é possível falar de um giro copernicano, ou seja, de uma franca mudança de paradigma que cancela a possibilidade de se retornar a um momento anterior ao de sua compreensão e assimilação.

Essa ‘torção em nosso olhar’, esse giro, é fundamental para compreender os processos que foram operacionalizados, os tentáculos do eurocentrismo, que abriram caminho para o progresso do capitalismo e para a dizimação do nosso povo e das nossas terras.

Ainda sobre o processo de dominação da Europa sobre a América, Maia e Farias (2018) afirmam que, antes de 1492, que é o ano que marca o início da modernidade e a invasão dos europeus no continente americano, a América não constava nos mapas. Entretanto, esse local já existia, mas com outras denominações, como, por exemplo, *Anahuac*, que nomina a região que hoje localiza-se o México. Outra informação importante é que, antes do processo colonizador europeu, a Europa não era considerada ‘centro do mundo’. Diferentemente, ela era vista até o século XV enquanto periferia em detrimento da Ásia e da África. Essa mudança, conforme Maia e Farias (2018, p. 580, 581),

[...] mostra que nem sempre a Europa foi o centro do mundo e que tomou para si essa posição por meio de estruturas ideológicas, que

⁸ “[...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade e, conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”. (Quijano, 2005, p. 118).

chegaram ao seu ápice na constituição da modernidade. Este estudo, no entanto, é analisado, em sua maioria, por meio de autores que carregam alguma carga de eurocentrismo e que, por isso, deixam de lado um dos sustentáculos da modernidade e do eurocentrismo, a colonialidade.

Sendo assim, a partir da categorização dos povos encontrados enquanto inferiores, a Europa coloca-se como superior e padrão a ser seguido em todos os setores: crenças, valores, aspectos da vida social. Essa noção de superioridade é espalhada pelo mundo e inculcada enquanto verdade universal, conforme afirma Krenak (2020, p. 11):

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história.

Para Walter Mignolo (2017), a colonialidade é o lado mais obscuro da modernidade. Mignolo (2017, p. 04) afirma que “[...] práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis”. Tais mecanismos embrionários do capitalismo consideravam determinadas vidas inferiores e por vezes descartáveis para o dito progresso proposto, e isso fora feito a partir de um discurso e promessa de novidade; a Modernidade trazia consigo a revolução científica, um novo olhar sob o mundo, porém, a que custo?

Relacionado com a temática que será discutida nesse trabalho, pode-se perceber que as vidas das mulheres negras egressas do sistema prisional são consideradas dispensáveis para o dito progresso da sociedade. Essas ‘vidas precárias’⁹, de acordo com os discursos oficiais, atrapalham ao invés de contribuir, e isso se instrumentaliza através de práticas que impedem que essas pessoas acessem serviços básicos na sociedade e tenham um mínimo de cidadania, como, por exemplo, um serviço de saúde, retirada de documentação civil e educação.

Nesse debate, Mignolo (2017) aponta que vários aspectos foram cruciais para a ascensão e estruturação da colonialidade, e todos estavam imbricados¹⁰. Dentre eles a

⁹ Detalharei sobre isso no capítulo 03;

¹⁰ “Os elementos que constituem o modelo capitalista de poder eurocêntrico e global não estão separados uns dos outros, e nenhum deles preexiste aos processos que constituem o padrão de poder” (Lugones, 2020, p. 57).

propositura de uma superioridade racial (eugenia)¹¹, de uma religião universal, da divisão internacional do trabalho de forma que nas periferias ele era caracterizado pela escravidão, superioridade do gênero ‘masculino’ em detrimento do ‘feminino’, bem como a utilização da noção de heterossexualidade e homossexualidade¹².

Como fora dito, um dos pilares da colonialidade foi a eugenia. Rodrigues (2021) afirma que a eugenia surge ancorada em pressupostos racistas que atuaram nas formas de comportamento e organização da Europa de um modo sutil, porém que desencadearam atitudes violentas que propagaram a divisão de raças. Essas práticas foram embasadas na pseudociência divulgada na época enquanto paradigma para o aperfeiçoamento da raça humana. O autor (idem, 2021, p. 22) afirma que, de acordo com o que era discutido e propagado por David Hume, Emanuel Kant e Voltaire

[...] não haveria qualquer possibilidade de socialização e relação entre povos etnicamente opostos, porque, para eles, seria um ato de construir gerações inferiores e sem potenciais, degradando os aspectos positivos da raça vista como ideal no processo de hegemonização da sociedade e construção de um mundo perfeito, tendo em vista os pressupostos burgueses que disseminam a falsa ideia de que existem humanos que naturalmente, têm aptidão para comandar e serem detentores do poder, enquanto outros deveriam se subalternizar devido à sua necessidade natural de serem controlados para que possam fazer parte da sociedade, pois, estão em estado de inércia na evolução do homem e são bestializados pela cultura de que dispõem, construindo um paradigma científico cuja referência seja unicamente o homem branco.

Sendo assim, vê-se que a eugenia surgiu embasada em pressupostos racistas que acreditavam na superioridade do homem branco em detrimento das outras raças existentes, e que só através da reprodução deste padrão é que a sociedade alcançaria seu ápice.

De acordo com Goés (2015), os postulados que formularam e sustentaram a questão da predominância de uma raça sobre a outra foram pensados no contexto do Iluminismo. Ao delimitarem que o homem branco europeu era sinônimo de civilidade e progresso, taxavam os demais grupos enquanto inferiores, relacionando o continente americano, por exemplo, com a escravidão. O autor afirma que o filósofo Denis Diderot colocava que, nas suas viagens aos outros continentes, os homens europeus não

¹¹ “Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir dos anos 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de “nascimentos desejáveis e controlados”; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade” (Schwarcz, 1993, p. 79);

¹² “[...] toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade” (Lugones, 2020, p. 57).

deviam apenas ir a busca de riquezas, mas também deveriam ter em mente que essas excursões possuíam o objetivo também de levar o povo dito “inteligente e civilizado” para formarem famílias e assim os indivíduos de outras nações adquiririam as características consideradas benquistas e que tinham o marco da civilização.

Observo que alguns dos aspectos citados se refletem na realidade das mulheres pertencentes ao grupo que participou dessa pesquisa como a influência da religião cristã em suas vidas, muitas vezes apresentada como única possibilidade de acesso ao divino ou ao que é espiritual¹³ e o trabalho compulsório que desde a infância apresenta-se enquanto fundante em suas trajetórias com ranços inclusive do período escravista no Brasil.

Outro aspecto da colonialidade na América Latina que Segato (2021, p. 287, 298) traz é a prisão enquanto instituição e a seletividade do sistema de justiça principalmente devido ‘à cor do cárcere’

As poucas informações disponíveis confirmam a seletividade dos sistemas penais e penitenciários latino-americanos, que castigam e discriminam a população não branca. A “cor” dos cárceres é a da raça, não no sentido de pertencimento a um grupo étnico em particular, mas como marca de uma história de dominação colonial que continua até os dias de hoje.

As prisões de hoje são um elo na reprodução desse padrão de colonialidade.

Se é da ordem racial que emana a ordem carcerária, esta última realimenta, recria e reproduz aquela. E a ordem racial é a ordem colonial.

O fato da presença majoritária de pessoas negras nas prisões reforça traços da colonialidade presentes em nosso continente. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), no ano de 2022, haviam 442.033 pessoas negras encarceradas no Brasil, que corresponde a 68,2% do total de pessoas presas. Segato (2021, p. 289, 290) considera “[...] a tortura nas prisões, a violência policial e a parcialidade da justiça de hoje como formas não menos típicas do terror do Estado do que aquelas exercidas por governos autoritários das décadas anteriores”. E segue afirmando que essas formas fazem parte do empreendimento colonial iniciado com a escravização e dizimação dos povos pelos agentes coloniais. Ou seja, a forma como a prisão foi constituída em nossas terras corrobora a tese colonial, pois, a mesma destina-se a um público bastante específico, a saber, pessoas negras¹⁴. Importante frisar que,

¹³ Detalho sobre isso no capítulo 04;

¹⁴ “Essa raça, que é precisamente a que habita as prisões do continente, deve ser nomeada, denominada nas estatísticas e nos relatos testemunhais sobre o encarceramento” (Segato, 2021, p. 291).

quando a autora em tela se refere a ‘raça’ não a aborda enquanto grupo étnico identitário, mas como racialização enquanto fruto do projeto colonial que estabeleceu parâmetros raciais para nomeação de determinados grupos e pessoas¹⁵.

A raça presente e visível nas prisões não é a do sujeito indígena recém-saído de sua aldeia nem a do negro africano que guarda em sua memória o trauma da escravidão. A raça que está nas prisões é a da pessoa não branca, na qual lemos uma posição, uma herança particular, a passagem de uma história, uma carga étnica muito fragmentada, com uma correlação cultural de classe e estrato social (SEGATO, 2021, p. 302).

A majoritária presença de pessoas negras nas prisões reforça a seletividade do sistema de justiça que direciona suas ações e punições a um público específico e determinado em detrimento de outros. A racialização do sistema penal coloca em evidência a instituição prisão e dispositivos do sistema de justiça enquanto funcionais a colonialidade.

A seletividade estrutural do sistema penal [...] é a mais elementar demonstração da falsidade da legalidade processual proclamada pelo discurso jurídico – penal. Os órgãos executivos tem “espaço legal” para exercer poder repressivo sobre qualquer habitante, mas operam quando e contra que decidem.

[...] torna-se óbvio que o sistema penal está estruturalmente montado para que a legalidade processual não opere e, sim, para que exerça seu poder com altíssimo grau de arbitrariedade seletiva dirigida, naturalmente, aos setores vulneráveis (Zaffaroni, 2014, p. 27).

Ou seja, nem todas as pessoas que cometem crimes tipificados nas legislações são presas nem muito menos consideradas criminosas principalmente devido aos componentes de raça e classe que são fundantes do cárcere na América Latina. Há uma seletividade clara na operação e execução do sistema de justiça em nosso continente e as ações punitivas possuem um público específico bem direcionado.

Nesse sentido, Vera Regina P. de Andrade (2014, p. 137) diz que

A seletividade é, portanto, a função real e a lógica estrutural de funcionamento do sistema penal, comum às sociedades capitalistas patriarcais. E nada simboliza melhor a seletividade do que a clientela da prisão, ao revelar que a construção (instrumental e simbólica) da criminalidade – a criminalização – incide seletiva e de modo

¹⁵ “A racialização, que defino como a constituição de um capital racial positivo para a população branca e um capital racial negativo para a não branca, é o eixo gravitacional do padrão de colonialidade e, como tal, permite, dentro do ordenamento policial-jurídico, “guetificar”, prender diferenciadamente e assim expulsar quem traz as marcas dos povos conquistados do espaço hegemônico, do território usurpado onde se encontra o grupo que controla os recursos da Nação e tem acesso aos selos e papéis timbrados do Estado” (Segato, 2021, p. 299).

estigmatizante sobre a pobreza e a exclusão social, majoritariamente de cor não branca e masculina, e apenas residualmente (embora de forma crescente) feminina.

Sendo a seletividade a regra e não a exceção da ação do sistema penal, característica das sociedades em que o capitalismo patriarcal impera, observa-se que as normas da justiça penal incidem com muita força sobre públicos específicos selecionados a partir da raça e da classe. A autora diz que os processos de criminalização atingem de forma majoritária homens não brancos e, de uma forma menor, as mulheres não brancas, entretanto, a criminalização das mulheres não brancas tem crescido substancialmente nos últimos anos a partir das experiências e dados que traremos ao longo deste trabalho.

Acerca da prisão, Segato (2022, p. 54, 55) evidencia

[...] seu impacto positivo no aumento dos índices de violência. Vista dessa forma, a prisão, portanto, é um elo central na reprodução do crime e, por isso, poderia funcionar como um dos eixos da gravidade que, se devidamente tratado, permitiria deter o ciclo de sua reprodução e retirar inúmeros de seus agentes do circuito do crime.

A autora afirma que a instituição prisão é central para reprodução da violência e criminalidade, entretanto, não há interesse do Estado em colocá-la enquanto centro do debate.

Zaffaroni (2014, p. 12) afirma que

Na criminologia de nossos dias, tornou-se comum a descrição da operacionalidade real dos sistemas penais em termos que nada têm a ver com a forma pela qual os discursos jurídicos-penais supõem que eles atuem. Em outros termos, a programação normativa baseia-se em uma “realidade” que não existe e o conjunto de órgãos que deveria levar a termo essa programação atua de forma completamente diferente.

O autor afirma que as normativas e legislações que instituem o sistema penal e todo seu aparato jurídico estão distantes do que realmente se efetiva na prática, no cotidiano desses locais, ocasionando uma disparidade do que se propõe e o que realmente tem sido operacionalizado.

Temos, portanto, um sistema de encarceramento responsável por perpetuar desigualdades que datam dos primeiros avanços coloniais. A lei escrita, usada para tipificar os atos que serão chamados de criminosos, coloca-se como um instrumento de promoção da justiça, coibindo os atos indesejáveis na medida e na proporção que

devem ser coibidos, porém, na prática ela revela a visão dos mesmos grupos que outrora empreenderam a colonização. Isso quer dizer que não é por uma coincidência, ou por uma suposta natureza para o crime, que vemos populações não brancas compondo maioria entre os encarcerados, mas por conta de um processo histórico que pode até passar despercebido, mas que continua produzindo efeitos importantes na sociedade.

Portanto, a partir do que fora apresentado, entende-se que a colonialidade do poder é um elemento crucial para construção de um processo de análise da pesquisa que fora desenvolvida junto às mulheres negras egressas do sistema prisional que trarei neste trabalho. Nesse processo, acredito que seja essencial para análise das experiências de vida das mulheres negras egressas do sistema prisional discutir também acerca da colonialidade em sua relação com gênero.

1.2 COLONIALIDADE E GÊNERO

Sobre a questão de gênero¹⁶, Lugones (2020, p. 56) apresenta o que ela chama de sistema de gênero moderno colonial em que “[...] o dimorfismo biológico, a dicotomia homem/ mulher, a heterossexualidade e o patriarcado estão inscritos”. O sistema de gênero moderno colonial apresenta uma visão patriarcal e heterossexual das relações sociais sem considerar o aspecto racial que, nas análises decoloniais, é tão caro.

Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não a sua presença.

Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial (LUGONES, 2014, p. 935).

A autora, ao apresentar o sistema moderno colonial de gênero, tem por objetivo criticar a ordem colonial que é binária, maniqueísta e que se organiza dessa forma: homem/ mulher, macho/ fêmea. A mesma afirma que a dicotomia entre humano e não humano é a principal divisão característica da modernidade colonial e a partir disso é que outras noções binárias foram construídas. Lugones (2014) diz que só os europeus detentores da dita civilização eram considerados como homens e mulheres por eles mesmos, enquanto as pessoas que foram colonizadas eram tidas como selvagens, espécies não humanas e que eram incapazes de controlar seus desejos sexuais.

¹⁶ “[...] gênero não é sinônimo de mulheres” (McClintock, 2010, p. 24).

Lugones (2020) afirma que Quijano (2001-2002) também não avançou muito nessa questão limitando-se a um olhar mais genérico e abrangente sobre a relação entre raça e gênero, como já fora posto

O olhar de Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos. Ele aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero. Seu quadro de análise- capitalista, eurocêntrico e global- mantém velado o entendimento de que as mulheres colonizadas, não brancas, foram subordinadas e destituídas de poder. Conseguimos perceber como é opressor o caráter heterossexual e patriarcal das relações sociais quando desmitificamos as pressuposições de tal quadro analítico (Lugones, 2020, p. 56)

Sendo assim, Lugones (2020) diz que é crucial considerar os aspectos de raça nas análises de gênero das relações sociais, sobretudo, porque essas duas noções se complementam, são interseccionais.

Carvalho (2023, p. 02) também afirma que

De acordo com valores culturais hegemônicos e concepções prescritivas de gênero predominantes na cultura ocidental, a heterossexualidade é concebida como padrão normativo de comportamento. Assim, gays, lésbicas, transexuais, travestis e pessoas que adotam modos de identificação e expressão da sexualidade diferentes da heterossexualidade situam-se fora dos padrões de comportamento da cultura dominante, sendo classificados como “anormais” ou “não humanos”. Nas práticas cotidianas, essas pessoas são vítimas de violência, sofrimentos psicológicos e opressões múltiplas, as quais relacionam-se com o entrecruzamento interseccional das categorizações conceituais de sexualidade, raça, gênero, classe, geração, território e nação.

O autor afirma que as pessoas que não se encaixam no padrão heterossexual cisgênero são consideradas menos humanas, pois suas subjetividades não estão presentes no escopo do gênero moderno colonial. A partir disso, são alvos de práticas violentas que se interseccionam a partir da sua sexualidade, raça, gênero e outros eixos de dominação. Nesse sentido, cito o exemplo de Dandara, quem terá sua história de vida relatada neste trabalho, uma mulher negra transsexual para a qual são dispensadas discurso de ódio e atitudes violentas.

A colonialidade/ modernidade, a partir da Europa, produziu uma série de medições e nomeações em que se tinha enquanto modelo o padrão europeu, ou seja, a colonialidade criou identidades a partir de si, como “índios” e “africanos”, “mulher”, “negro”, “hispanica”, “nativo americana”, que fora direcionada a toda população mundial,

e tudo que não descendesse da Europa era sinônimo de primitivo, não desenvolvido¹⁷. Sobre isso, Lugones (2020, p. 59) diz que “[...] as categorias invisibilizam as mulheres de cor”, salientando que o termo “mulheres de cor” não é uma concepção dada pela colonialidade, mas, uma propositura para se opor a ela¹⁸.

Anne McClintock (2010) também fala sobre o imperialismo e colonialismo europeu nas mais variadas partes do mundo e ilustra através do mapa de Haggard de 1590, desenhado pelo mercador português José da Silvestre, que elucida três aspectos fundamentais do imperialismo, sendo eles: “[...] transmissão do poder masculino branco através do controle das mulheres colonizadas, surgimento de uma nova ordem global de conhecimento cultural e o comando imperial do capital mercantil” (McClintock, 2010, p. 15). Esse mapa¹⁹ traz à tona uma grande característica da Modernidade que é a dominação do trabalho e da força sexual das mulheres colonizadas.

McClintock (2010) reforça o que fora colocado por Lugones (2020), que “[...] o imperialismo e a invenção da raça foram aspectos fundamentais da Modernidade industrial ocidental”. A autora afirma que a invenção da noção de raça nas grandes cidades fora um aspecto crucial para a criação da classe média e para a investida policial em cima das ditas “classes perigosas”²⁰. Fora essencial também a exaltação da vida doméstica enquanto noção das identidades masculina e feminina como ponto crucial para avanço do mercado industrial. McClintock (2010) diz que a invasão dos colonizadores trouxe consigo normas e noções pré-estabelecidas por eles, inclusive as relacionadas ao gênero tanto que aqueles que não se encaixavam nos padrões ‘feminino’ e ‘masculino’ eram considerados perigosos, ameaças, e a eles eram destinadas todas as formas de opressão.

Seguindo no pensamento de Anne McClintock (2010), vemos que o imperialismo não pode ser desvendado sem uma análise da teoria do poder de gênero, afinal “[...] a dinâmica de gênero foi, desde o início, fundamental para manter o empreendimento colonial.” Porém, é perigoso privilegiar o gênero em detrimento de outras categorias, afinal “[...] nenhuma categoria social existe isolada, mas, em relação social com outras

¹⁷ “À medida que o colonialismo europeu se expandiu, as populações existentes no mundo passaram a ser classificadas de acordo com identidades raciais baseadas em uma lógica dicotômica e hierárquica entre moderno/tradicional, superior/inferior, civilizado/selvagem, moderno/ primitivo” (Carvalho, p. 05).

¹⁸ “Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolivelmente podemos realmente ver as mulheres de cor” (Lugones, 2020, p. 60).

¹⁹ Para ver a ilustração do mapa, conferir em ‘Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial’ (2010, p. 16).

²⁰ “[...] a classe trabalhadora, os irlandeses, os judeus, as prostitutas, as feministas, os gays e as lésbicas, os criminosos, a turba militante, e assim por diante” (McClintock, 1995, p. 20).

categorias, ainda que de modo desigual e contraditório”, até porque o escopo colonial não fora elaborado apenas em torno de uma só questão. Por isso, é tão importante a intersecção de gênero e raça para as questões que serão desenvolvidas ao longo desse trabalho²¹.

Lugones (2020, p. 78), nessa mesma linha, diz que

O sistema de gênero tem um lado visível/iluminado e um oculto/obscuro. O lado visível/ iluminado constrói hegemonicamente o gênero e as relações de gênero. Ele organiza apenas as vidas de homens e mulheres brancos e burgueses, mas dá forma ao significado colonial moderno de “homem” e “mulher”.

O sistema de gênero é heterossexualista, já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado da produção – inclusive do conhecimento – e da autoridade coletiva.

Sendo assim, pode-se perceber que muitas formas de expressão de gênero e sexualidade que ainda vigoram até os dias atuais possuem raízes coloniais; são normas e regras estabelecidas pelos colonizadores que foram trazidas e fincadas em nossas sociedades sem considerar as nossas vivências, do povo que já habitavam esses lugares. É necessário e urgente falar sobre nossas experiências, das pessoas subalternizadas²², suas formas de estarem e se colocarem no mundo para além do parâmetro colonizador²³. Sobre isso, Curiel (2020,p. 134) diz que

Trata-se de identificar conceitos, categorias, teorias, que emergem das experiências subalternizadas, que geralmente são produzidos coletivamente, que têm a possibilidade de generalizar sem universalizar, de explicar realidades diferentes contribuindo com o rompimento da ideia de que esses conhecimentos são locais, individuais e incomunicáveis.

Portanto, vê-se que muitas das consequências do processo colonizador foram instrumentalizadas a partir da colonialidade do poder e se expressam cotidianamente nas rotinas das mulheres negras egressas do sistema prisional, nas suas formas de vida e na maneira de enxergar as relações sociais. Essas mulheres possuem o trabalho

²¹ “A raça não é nem mais mítica nem mais fictícia que o gênero – ambos são ficções poderosas” (Lugones, 2020, p. 73).

²² “Essas populações viram sua memória histórica interceptada, obstruída e cancelada. Seus saberes, línguas e formas de registro ou escrituras; suas cosmologias; “suas próprias imagens, símbolos e experiências subjetivas”, que se encontraram “impedidas de objetivar”; seus valores; suas pautas estéticas; seus padrões de sociabilidade e “relações rituais”; e seu “controle da autoridade pública” comunitária tiveram de readaptar-se “continuamente as exigências mutantes do padrão global de colonialidade”, bem como as regras de solidariedade e reciprocidade pelas quais se orientavam” (Segato, 2021, p. 63 e 64).

²³ “O modo de produção do conhecimento desenvolvido na modernidade europeia atendeu às necessidades e aos interesses do sistema capitalista. Dessa forma, a relação entre sujeito e objeto, a quantificação, a objetivação e o conhecimento produzido foram importantes para o controle das pessoas e da natureza” (Carvalho, 2020, p. 05).

precarizado e compulsório enquanto elemento central de suas vidas e pode-se perceber que esse elemento é uma herança colonial, em que os colonizadores subjulgaram a força de trabalho das pessoas dos países colonizados; elas ainda possuem a heterossexualidade enquanto padrão em relação à orientação sexual, e quando se relacionam com mulheres muitas vezes sentem culpa, como, por exemplo, uma das mulheres falou que *‘sabia que se relacionar com mulheres era errado, mas, fazia isso porque gostava’*. Sendo assim, confirmo que, para a análise das principais questões que permeiam as vidas das mulheres negras egressas da prisão, é essencial a compreensão da colonialidade enquanto produtora de opressões e desigualdades.

Percebo também que para melhor compreensão de aspectos cruciais na vida do público pesquisado, a interseccionalidade apresenta-se enquanto ferramenta analítica fundamental nesse processo, tal qual irei abordar a seguir.

1.3 INTERSECCIONALIDADE

O termo interseccionalidade foi criado pela advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989) e busca compreender diferentes eixos de dominação enquanto fabricantes inseparáveis de opressões que se demonstram na vida de diferentes grupos sociais. Akotirene (2019) afirma que a interseccionalidade coloca o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado enquanto inseparáveis e produtores de opressões comuns tais quais serão exemplificadas aqui (gênero, raça e classe). Patricia Hill Collins (2020) diz que interseccionalidade é a imbricação de formas de opressão, de relações de poder que abrangem as noções de raça, classe e gênero e que juntas formam uma matriz de dominação. As mulheres que participaram desta pesquisa sentem os efeitos de uma matriz de dominação cotidianamente em suas vidas; opressões oriundas do fato de elas serem mulheres, negras e pobres permeiam suas vivências e as colocam em um lugar de invisibilidade social e por isso a importância de utilizar a interseccionalidade enquanto instrumento nesse processo.

Mattos (2012) traz que através do conceito de interseccionalidade é que se entende como *‘normas, valores, ideologias e discursos, assim como estruturas sociais e identidades, influenciam-se reciprocamente’*. No caso das mulheres que participaram desta pesquisa, pode-se perceber claramente como as estruturas sociais afetam suas vidas as colocando em um local de marginalização.

Conforme Vigoya (2021, p. 02)

La interseccionalidad es una problemática sociológica en el sentido en que las intersecciones de clase, género y raza hacen referencia a una articulación concreta, la de las formas de dominación que son experimentadas de acuerdo con las características sociales de los grupos concernidos. Es decir, alude al hecho de que cada actor social es producido por la imbricación de las relaciones de clase, género y raza.

A autora confirma o que fora dito acerca da interseccionalidade e acrescenta que as experiências de vida de certos indivíduos são produzidas através da união das opressões oriundas das relações entre classe, gênero e raça.

Lélia Gonzalez (2020, p. 58) em seu célebre texto “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica”, de 1979, afirma que: “Ser mulher negra no Brasil [...] é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto da opressão”. Essa tripla discriminação qual fala a autora refere-se às opressões referentes a raça, classe e gênero, ou seja, apesar da criação do termo interseccionalidade ter sido atribuído a advogada Kimberlé Crenshaw, anos antes Lélia já estava denunciando que questões específicas que ocorriam na vida de mulheres negras eram decorrentes desse tripé de dominação.

Pereira (2021, p. 446) diz que

Foi a produção intelectual de ativistas e de intelectuais não brancas (no Brasil, de mulheres negras; na África do Sul, durante as lutas anticoloniais e contra o apartheid; nos Estados Unidos, de ativistas afro-americanas, chicanas, latinas, indígenas e asiáticas) entre 1960 e 1980 que passou a defender de modo assertivo que gênero, raça e classe não operam em separado. Suas análises consideravam como tais fatores estavam amalgamados em seu funcionamento, fundando assim uma perspectiva interseccional – se não ainda propriamente o conceito de interseccionalidade.

A partir da convivência com as mulheres negras egressas do sistema prisional em João Pessoa/PB, fui percebendo que violações oriundas de experiências interseccionais possuem enquanto protagonistas relações de gênero, raça e classe e como elas se apresentam enquanto fundantes na vida dessas mulheres.

As mulheres que tiveram suas vidas enquanto objeto de estudo desse trabalho são atravessadas por desigualdades que aparecem enquanto marcadores sociais que, através de violências, são instrumentalizadas em suas trajetórias. Desta forma, pode-se observar que interseccionalidade é um instrumento de análise fundamental e

imprescindível para investigar as formas de vida de grupos marginalizados pela sociedade, pois, propõe, sobretudo, a relação intrínseca de fatores que subjagam tais grupos. No caso deste trabalho, classe, raça e gênero não se separam, pelo contrário, estão juntos, formando violências que se materializam na vida cotidiana das mulheres negras egressas do sistema prisional. Portanto, considero indispensável pensar a interseccionalidade enquanto procedimento analítico para explorar cada vivência aqui relatada.

No próximo tópico, trarei acerca do processo de coleta de dados desta pesquisa.

1.4 CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Para a realização desta pesquisa, foram realizados alguns procedimentos técnicos necessários. O primeiro deles foi solicitar a autorização da execução da pesquisa ao gestor responsável pela principal pasta a qual está vinculada o Escritório Social, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH). Para tanto, entrei em contato com o mesmo que, de pronto, assinou um ofício autorizando. Logo após, submeti o projeto de tese ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPB para autorização da realização da pesquisa de campo e, após a aprovação do projeto pelo referido setor, iniciei as entrevistas junto às mulheres usuárias do Escritório Social. Entrevistei oito mulheres negras egressas do sistema prisional em João Pessoa/PB e todas elas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que mostrou como se daria a participação das mesmas na pesquisa e outras informações importantes. Além dessas oito mulheres, também irei percorrer por algumas falas e narrativas de outras três mulheres cujas trajetórias de vida mantêm relação com algumas das entrevistadas.

É essencial colocar como se deu a escolha das mulheres para participarem das entrevistas, afinal, muitas são as histórias de vida que circulavam todos os dias no Escritório Social. Escolhi as mulheres que participaram da pesquisa a partir de alguns critérios: aproximação que eu já possuía com algumas delas devido ao cotidiano de trabalho, disponibilidade delas participarem desse processo e acessarem suas memórias, conhecimento prévio com algumas mulheres desde o período em que estagiei no presídio feminino da capital paraibana. A partir disso, os diálogos foram estabelecidos e consegui reunir os testemunhos e trazer para este trabalho.

As mulheres que participaram dessa pesquisa são negras, pobres, residem em bairros periféricos da cidade de João Pessoa ou região metropolitana (Santa Rita, Bayeux, Conde e Cabedelo), um perfil parecido com o que é trazido pelo Levantamento de Informações Penitenciárias²⁴ (2022) acerca da população carcerária feminina no Brasil. Por possuírem esse perfil específico, suas falas e posturas são comumente invalidadas e invisibilizadas por alguns setores da sociedade. Os nomes que direcionei para as mulheres são fictícios, sendo metade inspirados a partir de grandes mulheres negras que são e foram destaques na sociedade e metade composta por nomes ‘femininos’ presentes no cotidiano brasileiro. Assim, as participantes receberam os seguintes nomes: Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Dandara dos Palmares e Lélia Gonzalez, Guia, Eloah, Andreza e Sheila. As três mulheres que não participaram da entrevista, mas que aparecem por entre os relatos neste trabalho, por conviverem com algumas das participantes, também receberam nomes fictícios que obedecem à mesma lógica, alguns inspirados em figuras importantes e outros não. Os nomes em questão foram: Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Ana Maria.

Como já fora dito, para a coleta dos dados que serão detalhados neste trabalho optei por utilizar a técnica da entrevista em profundidade que se configura enquanto um instrumento utilizado em pesquisas de cunho qualitativas em que o pesquisador busca realizar perguntas abertas ao entrevistado para que o mesmo fale livremente sobre o tema que fora proposto (Kniess, 2022).

É importante dizer que optei pela técnica da entrevista em profundidade, pois, objetivei que as mulheres falassem sobre suas vidas livremente, sem necessariamente um roteiro fixo. As indagações que foram feitas (fale-me sobre sua infância, sobre qual fora o motivo que a senhora foi presa, como era a vida na prisão, como é sua relação com sua família e como está sendo sua vida após o aprisionamento) tiveram por pretensão aprofundar o que as entrevistadas estavam relatando visto que suas experiências de vida mostraram-se com muitas camadas para explorar.

Elenquei cinco perguntas iniciais para o desenrolar dos diálogos, porém, outras questões da vida das mulheres foram surgindo ao longo dos momentos de entrevista e que também são trazidas neste trabalho, como por exemplo, em relação a gordofobia, religiosidade e trabalho.

²⁴ Disponível em:

[https://app.powerbi.com/view?](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjRmNDUxNWItZGExYy00NmRiLTgxYWMtOTZYTQ3NGEwMjVhliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9)

[r=eyJrIjoiNjRmNDUxNWItZGExYy00NmRiLTgxYWMtOTZYTQ3NGEwMjVhliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjRmNDUxNWItZGExYy00NmRiLTgxYWMtOTZYTQ3NGEwMjVhliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9). Acesso em: 13 de novembro de 2022.

Como também já fora dito, as entrevistas foram realizadas na sede do Escritório Social na cidade de João Pessoa/PB, localizado no centro da cidade de João Pessoa. De início, pensei em me deslocar até as residências das mulheres para a realização das entrevistas e para isso as consultei para verificar a disponibilidade delas, entretanto, elas preferiram se deslocar até o Escritório Social, pois geralmente precisavam realizar algum atendimento com a equipe técnica ou resolver alguma questão de suas vidas no centro da cidade de João Pessoa/PB.

Portanto, a partir do que foi dito, percebe-se a necessidade de analisar as experiências de vida das mulheres negras egressas da prisão participantes desta pesquisa a partir dos aspectos teóricos e metodológicos que foram elencados.

No próximo capítulo, trarei uma descrição detalhada acerca do campo que essa pesquisa se desenrolou, da política do Escritório Social e do meu lugar enquanto pesquisadora e gestora nesse local.

CAPÍTULO 02

O campo de pesquisa: cotidiano de disputas políticas, ideológicas, de território

É sumamente importante falar sobre o campo em que essa pesquisa foi desenrolada, pois muitas questões que discutirei estão conectadas a esse ambiente em que as mulheres negras egressas da prisão frequentam. Sendo assim, nesse capítulo tratarei acerca do Escritório Social em João Pessoa/PB, sobre as outras equipes de profissionais que dividem espaço com esse mesmo serviço²⁵ e sobre meu lugar enquanto gestora e pesquisadora.

2.1 ESCRITÓRIO SOCIAL

O Escritório Social é um equipamento público e social em que as pessoas egressas do sistema prisional podem acessar em uma perspectiva de retomar a vida na sociedade extramuros da prisão. Esse local foi idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através do 'Programa Fazendo Justiça', que, de acordo com dados do CNJ (2021), é um projeto

[...] criado para acelerar respostas estruturantes ao estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal. Coordenado pelo CNJ por meio de seu Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, é executado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e diversos apoiadores.

Porém, como se pode observar na Figura 01, o Escritório Social possui uma grade logo na porta de entrada do serviço e, quando ela foi posta, a alegação era que era necessária, pois, na entrada da instituição, só existia uma porta de vidro e por isso o lugar estava vulnerável a roubos, principalmente por estar localizado no centro da cidade. Lembro que no momento em que o serviço foi inaugurado essa grade não estava lá, porém, com o passar dos dias, os policiais penais, que serão retratados ainda neste capítulo, decidiram colocá-la. Enquanto gestora do local não fui consultada em momento algum sobre essa questão, porém, no outro dia quando cheguei, essa grade simplesmente estava instalada lá. Essa grade na porta do Escritório Social remete ao

²⁵ Até o período em que essa pesquisa foi realizada, as equipes de profissionais que estão relatadas neste capítulo dividiam o mesmo prédio, entretanto, no mês de setembro de 2023, a equipe da Gerência de Ressocialização e os Policiais Penais mudaram-se desse local para um espaço próprio.

cárcere, nesse caso, especificamente ao local em que as pessoas egressas da prisão passaram um tempo de suas vidas cumprindo pena no regime fechado, lugar esse que, geralmente, tem um portão imenso na entrada e quando se adentra, pode-se observar grades por todos os lugares. Ou seja, uma instituição criada para auxiliar no processo de retomada da vida em sociedade termina por se assemelhar a própria vida afastada da sociedade.

Figura 1: Fachada do Escritório Social



Registro realizado em 18 de agosto de 2023.

Com relação ao desenho da política pública, o programa Fazendo Justiça divide-se em quatro eixos que o estruturam que são: “Proporcionalidade penal, Cidadania, Sistemas e Identificação Civil e Socioeducativo – além de um eixo específico para ações transversais e de gestão” (Brasil, 2021). Essas informações encontram-se exemplificadas na Figura 02, a seguir:

Figura 2: Eixos estruturantes do Programa ‘Fazendo Justiça’



Fonte: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/fazendo-justica/sobre-o-programa/>

Os Escritórios Sociais, nesse sentido, estão abarcados no eixo 'Cidadania' do Programa Fazendo Justiça e, na Paraíba, esse serviço foi instituído pela Lei 11.570, de 10 de dezembro de 2019, na estrutura da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP).

Art. 1º Fica criado, no âmbito da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, o Escritório Social da Paraíba, órgão da execução penal, com o objetivo de promover condições de acesso das pessoas egressas e familiares de pessoas em privação de liberdade às políticas públicas e sociais e, subsidiariamente, acompanhar condições de cumprimento de pena em livramento condicional, regimes semiaberto e aberto e prisão aberta domiciliar.

De acordo com a Lei estadual que marca a criação do Escritório Social na Paraíba, são princípios do Escritório Social:

Seção I

Dos Princípios

Art. 2º São princípios do Escritório Social da Paraíba:

I – reconhecimento da questão social como elemento constitutivo do processo de seletividade penal;

II - respeito à pessoa egressa como sujeito de direitos e com participação crítica e construtiva na vida social;

III - promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos, respeitando a autonomia dos usuários e seu protagonismo na definição e condução de seu projeto de vida;

- IV - intervenção fundamentada no respeito à singularidade das pessoas e comprometida com a ampliação de direitos;
- V - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, assegurando a intersectorialidade e multidimensionalidade das políticas públicas e sociais;
- VI - enfrentamento do racismo e das discriminações de gênero, orientação sexual, deficiência, origem étnica ou social, procedência e faixa etária nas políticas públicas.

Apesar do Escritório Social na Paraíba ter sido criado no âmbito da SEAP, sua gestão é compartilhada entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana e a própria Secretaria de Estado da Administração Penitenciária. Esse modelo de gestão do Escritório Social se deu a partir da instituição e assinatura de um termo de cooperação técnica entre essas secretarias e o poder judiciário através do Tribunal de Justiça da Paraíba. Nele estão contidos todos os deveres e obrigações que os mesmos possuem na gestão do Escritório Social.

Figura 3: Termo de Cooperação Técnica



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 036 /2019

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E OS PODERES EXECUTIVO, JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO DO ESTADO DA PARAÍBA, PARA OS FINS A QUE SE DESTINA (Processo CNJ SEI 10661/2019).

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, com sede na SEPN Quadra 514, Lote 9, Bloco D, Brasília-DF, CNPJ 07.421.906/0001-29, doravante denominado CNJ, neste ato representado por seu Secretário-Geral, Desembargador CARLOS VIEIRA VON ADAMEK, e, de outro lado, o PODER EXECUTIVO DO ESTADO DA PARAÍBA, com sede na Praça João Pessoa, S/n - Centro, João Pessoa - PB, CEP 58013-140, CNPJ 08.761.124/0001-00, doravante denominado ESTADO DA PARAÍBA, neste ato representado por seu Governador, JOÃO AZEVEDO LINS FILHO, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, com sede na Praça João Pessoa, s/n, CEP 58013-902, João Pessoa-PB, CNPJ 09.283.185/0001-63, doravante denominado TJPB, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS, e a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, com sede na Praça João Pessoa S/N, Centro, João Pessoa/PB, CEP 58013-900, CNPJ 09.283.912/0001-92, doravante denominada ALPB, neste ato representada por seu Presidente, Deputado ADRIANO GALDINO, RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, com fundamento no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, e, ainda, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

do processo nº 2020017422, nos termos da Lei 11.419. ADME.90742.69382.20851.30623-8
6.704-95] em 28/01/2020 13:19

Fonte: Acervo documental do Escritório Social

O Escritório Social é um órgão articulador; ele não executa nenhum serviço propriamente dito, mas provoca as outras autarquias para que elas prestem o auxílio necessário à pessoa que saiu da prisão. A Figura 4, abaixo, exemplifica bem essa questão:

Figura 4: Exemplo de Atuação do Escritório Social



Fonte: Relatório de Gestão do Escritório Social da Paraíba, 2022.

Partindo de uma perspectiva de atuação integral e humanizada, o Escritório Social possui uma equipe multidisciplinar composta por Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Advogados, Auxiliares Administrativos, Gerência e, na Paraíba, têm dois núcleos de atuação: um na cidade de João Pessoa e outro na cidade de Campina Grande. Os profissionais que atuam neste lugar trabalham encaminhando as pessoas egressas do sistema prisional para acessarem questões básicas ligadas ao exercício da cidadania, como, por exemplo: retirada de documentação civil, acesso ao mercado de trabalho, educação, serviços que lidam com pessoas em situação de rua, saúde mental, violência doméstica, etc. No contexto do estado da Paraíba, é uma instituição que tem se mostrado necessária para o suporte das pessoas egressas que saem do cárcere e não possuem nenhuma referência, nenhum rumo para seguirem com suas vidas fora dali. Atualmente, essa instituição atende e acompanha cerca de 1.500 pessoas egressas do sistema prisional no estado da Paraíba, sendo 1.200 pessoas em João Pessoa e 300 pessoas em Campina Grande.

O Escritório Social também faz parte do escopo da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional que fora prevista pela Resolução Nº 307 de 17 de dezembro de 2019 e instituída através do Decreto Nº 11.843 de 21 de dezembro de 2023. Tanto a Resolução quanto o Decreto além de conceitualizar o equipamento Escritório Social, também trazem o conceito de pessoas egressas e pré-egressas do sistema prisional

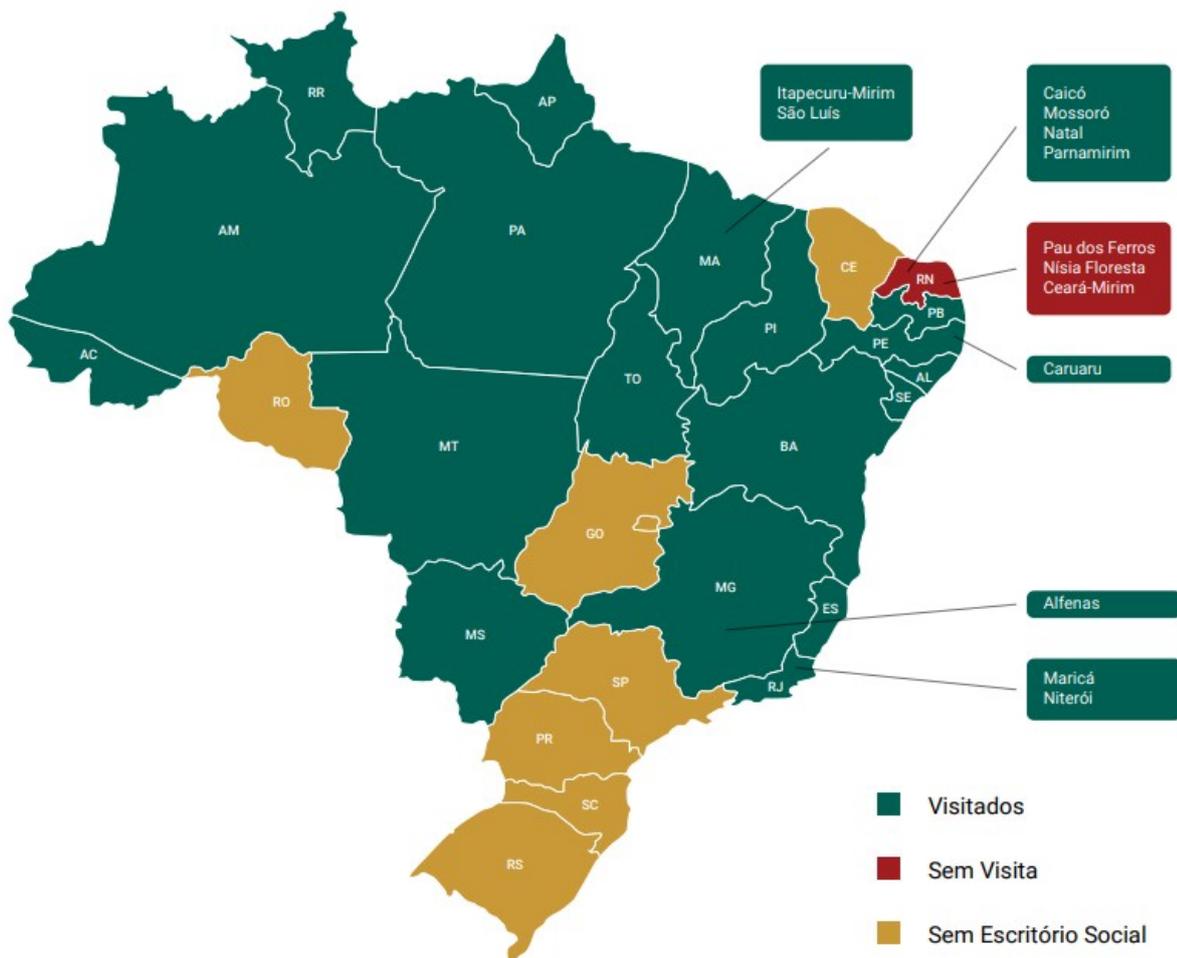
II – Egressa: a pessoa que, após qualquer período de permanência no sistema penitenciário, mesmo em caráter provisório, necessite de algum atendimento no âmbito das políticas públicas em decorrência de sua institucionalização;

III – Pré-egressa: a pessoa que ainda se encontre em cumprimento de pena privativa de liberdade, no período de seis meses que antecede a sua soltura da unidade prisional prevista, ainda que em virtude de progressão de regime ou de livramento condicional.

Contudo, apesar das pessoas pré-egressas serem também públicos-alvo da atuação do Escritório Social, o referido serviço em João Pessoa e em Campina Grande ainda não iniciou as atividades nesse âmbito.

Com relação à distribuição dos Escritórios Sociais pelo Brasil, de acordo com o Relatório de Monitoramento dos Escritórios Sociais (2023), até dezembro de 2022 existiam 35 Escritórios Sociais no país pactuados em 22 unidades federativas. Esses dados são importantes de serem colocados, pois eles atestam para o fato de que os Escritórios Sociais são equipamentos já existentes em todo o Brasil, com exceção de apenas alguns estados, conforme se pode observar no mapa demonstrado na Figura 5.

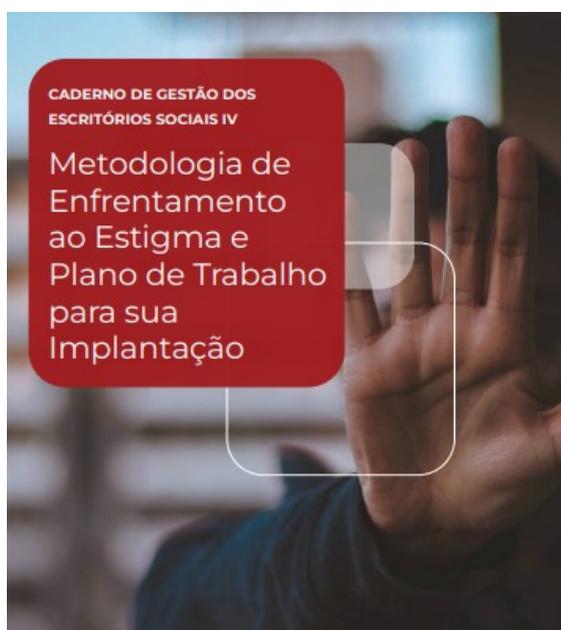
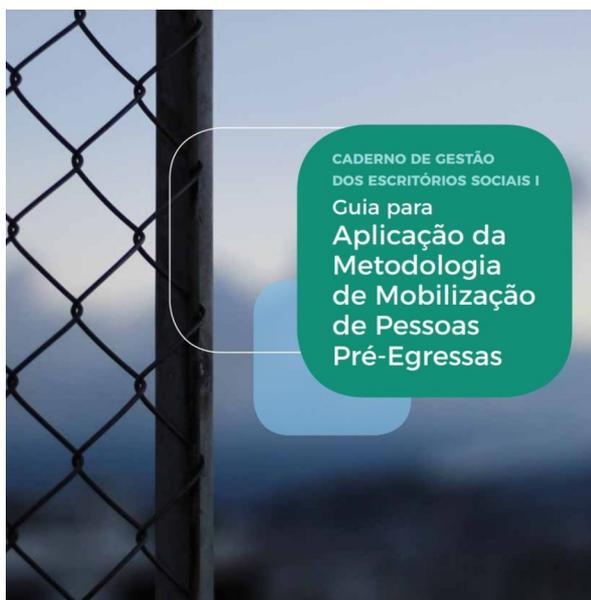
Figura 5: Mapa dos Escritórios Sociais (registro de 2022)



Fonte: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/monitoramento-escritorios-sociais-2022.pdf>.

As ações realizadas pelo Escritório Social possuem como base de atuação os Cadernos de Gestão dos Escritórios Sociais, que são manuais que orientam todas as atividades que são desenvolvidas nesse serviço. Ao todo existem quatro manuais, e eles podem ser observados na Figura 6:

Figura 6: Cadernos de Gestão dos Escritórios Sociais I, II, III e IV



Fonte: Portal CNJ, 2021.

Esses cadernos possuem todas as orientações necessárias para o funcionamento e andamento das atividades no Escritório Social. Importante colocar que, nesse material, está explícito que o Escritório Social precisa ser um local que não possua semelhança com a prisão; um lugar em que as pessoas egressas possam acessar e circular livremente, entretanto, não é isso que se materializa em João Pessoa (conforme é possível observar revisitando a Figura 1). Esse material também traz os princípios éticos para a realização do trabalho nos Escritórios Sociais que são: I) Adesão voluntária, II) Respeito às diversidades e combate às discriminações, III) Reconhecimento das determinações e consequências da prisão e IV) Referência dos

direitos de cidadania (Conselho Nacional de Justiça, 2020). O manual deixa bem claro que a atuação do Escritório Social precisa ser baseada nessas concepções para que o serviço tenha um bom andamento.

Como já foi dito, a equipe do Escritório Social é composta por diversos profissionais das mais diversas áreas do conhecimento. Em sua maioria, a equipe é qualificada, entende a pessoa egressa enquanto sujeito de direitos e busca viabilizar todas as questões que ela sinaliza. Entretanto, alguns profissionais ainda mantêm uma visão estigmatizada da pessoa egressa, possuem preconceito com seu modo de vida, querem imprimir seus valores sobre essas pessoas o que gera desconforto em usuários do serviço que preferem não serem atendidos por eles. Ou seja, existem hiatos entre o que os manuais apresentam e aquilo que se torna material, seja em relação à maneira como o lugar se coloca arquitetonicamente, seja em relação às práticas realizadas pela equipe.

Na Paraíba, o Escritório Social também atua realizando o acompanhamento através de visitas domiciliares das pessoas que saíram do cárcere e suas famílias e não conseguem ir até o serviço devido principalmente a falta de condições monetárias para passagens de ônibus. O referido equipamento também atua na articulação com instituições de ensino para disponibilização de cursos profissionalizantes para esse público.

O espaço do Escritório Social não é ocupado apenas com os profissionais que fazem parte desta equipe. Outras pessoas também trabalham nesse local que são os policiais penais que estão ali para “realizar a guarda do prédio”. Coloquei este termo entre aspas, pois esses profissionais designados para realizar a segurança patrimonial do prédio do Escritório Social acabam exercendo um controle de corpos, de quem pode ou não acessar esse espaço, de quem eles acham dignos ou não de serem atendidos pela equipe do Escritório Social. Além disso, também existe a Gerência de Ressocialização, que é um setor da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP) o qual trabalha com as pessoas cumprindo pena em regime fechado nos presídios do estado da Paraíba. Na minha visão, esse compartilhamento de espaço também é problemático, pois os serviços se confundem ocasionando diversos transtornos.

Sendo assim, gostaria de me ater a esses dois grupos de profissionais que atuam no mesmo espaço do Escritório Social, os Policiais Penais e a Gerência de Ressocialização, iniciando por aqueles que estão na entrada principal do prédio, recebendo os usuários, que são os policiais penais.

2.2 POLICIAIS PENAIS

Gostaria de abordar acerca das pessoas que, em tese, realizam a segurança patrimonial do prédio em que está sediado o Escritório Social em João Pessoa: os policiais penais. Esses agentes do estado, com anos de experiência de trabalho no sistema prisional, em prisões, caracterizadas enquanto instituições totais (Goffman, 1961), foram designados para atuar em um serviço que pretende se desvincular das características da prisão, e isso tem surtido um efeito muito negativo para a execução do trabalho do Escritório Social e, principalmente, para as pessoas egressas que ali adentram.

Como já foi dito, esses Policiais Penais se localizam logo na entrada do prédio, conforme é possível observar na Figura 7, regulando quem pode adentrar ou não ao espaço.

Figura 7: Recepção do Escritório Social em João Pessoa/PB em que se localizam os Policiais Penais

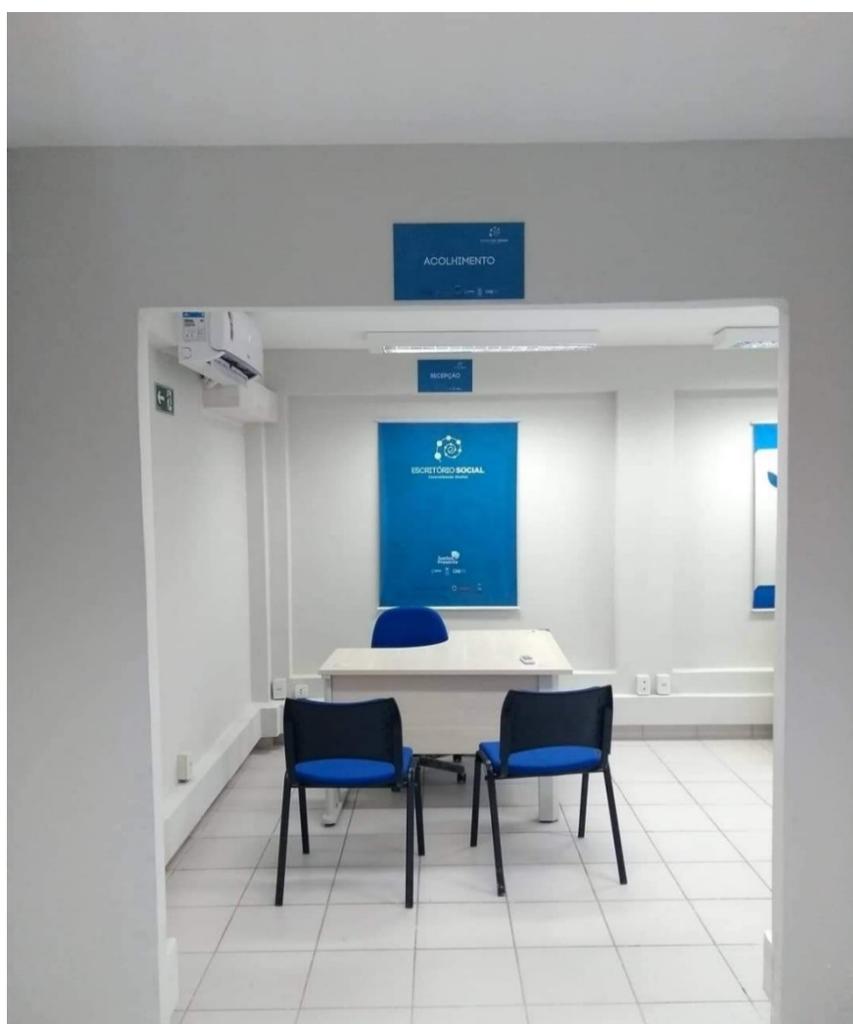


Fonte: Registro realizado em 18 de agosto de 2023.

Esse local ilustrado pela Figura 7 é o posto de trabalho dos policiais penais. Eles se localizam logo na entrada do serviço, e no caderno de capa preta, que é mostrado na figura, anotam os nomes de todas as pessoas que adentram ao Escritório Social,

acompanhado de outros dados pessoais como o Registro Geral (RG) e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Após as pessoas egressas passarem por todo esse trâmite, elas são encaminhadas para o atendimento da equipe do Escritório Social. Importante colocar que a recepção do Escritório Social fora planejada para ser de uma outra forma, diferentemente da que se materializou. Ela deveria ser semelhante à recepção de outros espaços na sociedade que visitamos frequentemente, sem pessoas com fardas pretas que avaliam até mesmo quem pode ou não acessar o serviço. Na figura 8, a seguir, vê-se como fora idealizada a recepção do Escritório Social:

Figura 8: Recepção idealizada para o Escritório Social em João Pessoa/PB



Fonte: Registro realizado em 19 de agosto de 2020.

Falando sobre a atuação dos policiais penais no Escritório Social, considero essencial relatar acerca da primeira vez em que cheguei à instituição para ocupar o cargo de Gerente Executiva, antes mesmo da inauguração e efetivo funcionamento

desta. Lembro que cheguei ao portão e pedi a um dos policiais penais que estava ali para adentrar naquele local, mas eu fui barrada. Ele disse que não me conhecia, então mostrei um documento de identificação com foto e minha nomeação no Diário Oficial do Estado da Paraíba indicando que eu havia sido designada para ocupar aquele cargo, porém ainda não foi suficiente. O operador de segurança resolveu então ligar para uma das pessoas que ele conhecia, também policial penal e, a partir desta ligação, ele obteve a confirmação que eu realmente era quem estava dizendo ser e me permitiu entrar naquele lugar, me acompanhando com palavras de desculpas e justificativas, após cerca de vinte minutos de diálogos no portão da instituição, com o sol a pino. A partir desse primeiro contato eu logo imaginei como seria trabalhar naquele lugar. Na Figura 9, é possível ver o local em que fiquei esperando a liberação para que eu pudesse entrar e iniciar a exercer o cargo de Gerente Executiva a qual eu tinha sido designada.

Figura 9: Portão principal de acesso ao Escritório Social



Fonte: Registro realizado em 18 de agosto de 2023.

Foi exatamente em frente a esse portão que eu fui barrada. Considerei necessário falar sobre esse acontecimento, pois, para adentrar a instituição, processos semelhantes, quiçá piores, vivem as mulheres negras egressas que a procuram em busca de auxílio nas mais determinadas questões de suas vidas. Quando elas chegam

na porta, precisam se identificar e dizer o que pretendem fazer ali. Após isso, elas entram, mostram seu RG ao policial penal que está escalado para ficar na recepção. Depois, são direcionadas para aguardarem atendimento da equipe técnica, porém esse é o procedimento vivido pelas pessoas que conseguem entrar sem nenhum tipo de intervenção da gerência ou equipe. Diversas vezes, assim que cheguei a esse local, encontrei várias pessoas esperando na frente do escritório, em dias de sol ou chuva. Algumas delas haviam chegado há dez minutos ou já estavam lá há uma hora, então tive que intervir junto aos ditos seguranças para que elas entrassem. *'Ah, mas elas estavam sem documento, aqui a gente cumpre a lei doutora, não é assim não'*, eles falavam. *'Mas não podemos deixá-las lá fora, o Escritório Social não age dessa forma não'*, eu apelava. Importante ainda relatar que, certa vez, uma das mulheres, que trarei nesse estudo pelo nome Dandara, adentrou a instituição, mas, ao mostrar seu RG como forma de identificação, um dos operadores de segurança insistiu em afirmar que *'o nome verdadeiro dela não era aquele que estava no documento, pois, ela é homem'*. Dandara é uma mulher transexual, em seu documento de identificação consta seu nome social e o policial penal insistiu que iria se referir a ela a partir do gênero *'masculino'*.

Os policiais penais que trabalham no Escritório Social para supostamente realizar a guarda patrimonial do prédio reproduzem a lógica disciplinar, característica do sistema prisional, onde antes eles eram lotados: portas fechadas, quando uma pessoa chega abrem apenas um espaço pequeno para saberem quem é que deseja adentrar ao serviço, e depois de tudo isso é que alguém pode entrar na instituição caso eles permitam. Eles alegam que aplicam esses mecanismos para manter a segurança do local, porém, percebe-se uma clara delimitação de quem pode ter acesso ou não aquele lugar. Aos poucos, a ação desses profissionais parece concorrer para transformar o Escritório Social em uma espécie de escritório prisional, uma extensão da prisão direcionada aos corpos que a sociedade rotulou como marginais. Se, num primeiro momento, se fala em ressocialização e promoção de oportunidades para retomar a vida em sociedade, logo em seguida se percebe o reforço do estigma da marginalidade e da periculosidade.

Logo no início do funcionamento do Escritório Social em João Pessoa/PB, um dos policiais penais quis instituir uma norma de que os homens egressos da prisão só poderiam adentrar a instituição se estivessem de calças compridas. Porém, dialoguei com ele e afirmei que essa norma não vigoraria, pois as pessoas poderiam adentrar da

forma como elas estivessem vestidas na instituição. Lembro que ele não aceitou de imediato essa resolução, entretanto não permitimos que essa sanção se estabelecesse.

Os policiais penais não possuem formação para trabalhar com o público egresso, foram postos nesse lugar pela SEAP sem nenhum tipo de instrução ou orientação, e isso reverbera situações conflitantes para o trabalho da equipe do Escritório Social em João Pessoa/PB.

Outro setor que na época em que fora realizada a pesquisa dividia o espaço do prédio com o Escritório Social é a Gerência de Ressocialização e é dela que falarei agora.

2.3 GERÊNCIA DE RESSOCIALIZAÇÃO

No mesmo prédio em que está localizado o Escritório Social em João Pessoa também funciona um órgão chamado 'Gerência de Ressocialização', que é vinculado à SEAP e tem por objetivo organizar e administrar as atividades referentes ao que eles chamam de 'ressocialização', processo voltado para as pessoas que estão cumprindo pena em regime fechado dentro das unidades prisionais no estado da Paraíba. Como já foi dito, esse local está sediado no mesmo imóvel que o Escritório Social, sendo o espaço da frente do prédio reservado para o Escritório Social e o espaço de trás para a Gerência de Ressocialização, tendo apenas uma porta para estabelecer a divisão entre os setores, como é possível observar a seguir, na Figura 10:

Figura 10: Porta que divide os setores Escritório Social e Gerência de Ressocialização



Fonte: Registro realizado em 12 de agosto de 2023.

Importante dizer que no prédio só existe apenas uma entrada principal que dá acesso aos dois setores. Essa divisão do prédio entre ambos causa uma série de problemáticas: alguns servidores que compõem a equipe da Gerência de Ressocialização possuem uma forma de trabalhar distinta da maioria das pessoas que integram a equipe do Escritório Social, não enxergando a pessoa egressa enquanto sujeito de direitos; têm uma visão diferente acerca das pessoas egressas, culpabilizando-as por todas as situações que eles vivenciam; acreditam que apenas a

inserção do egresso em atividades laborais resolverá todas as questões de sua vida desconsiderando as outras diversas esferas que o compõem; são a favor de uma guarda armada na instituição para regular a entrada e saída das pessoas naquele lugar, dentre outras diversas questões. A equipe da Gerência de Ressocialização é majoritariamente formada por policiais penais que têm anos de experiência de trabalho em prisões sob uma ótica de repressão e segurança ostensiva, o que exemplifica a maioria de suas atitudes.

O fato desses dois setores ocuparem o mesmo local causa um mal-estar principalmente para o público usuário do Escritório Social que têm que lidar com atitudes e falas estigmatizantes advindas dos policiais penais e também das pessoas que trabalham na Gerência de Ressocialização. Algumas mulheres que conversei nesta pesquisa relataram que algumas vezes que chegaram à instituição foram abordadas de uma forma hostil; que os policiais penais que estavam no plantão abriram apenas um espaço minúsculo na porta, perguntaram o que elas queriam e só após que deixaram elas entrarem no local; algumas vezes, as pessoas egressas solicitaram atendimento aos funcionários da Gerência de Ressocialização, mas para atendê-las havia uma demora exaustiva, o que ocasionava um longo tempo de espera por parte dos egressos; uma vez, uma funcionária da Gerência de Ressocialização afirmou que um dos egressos que aguardavam atendimento no Escritório Social estava fazendo uso de maconha dentro do banheiro da instituição, pois o mesmo estava com os olhos vermelhos e com o nariz irritado, porém ele estava apenas com sintomas de uma crise alérgica, e isso gerou uma situação extremamente humilhante para esse egresso.

Pelo que foi dito, percebe-se que o fato desses dois outros setores ocuparem o mesmo espaço do Escritório Social é extremamente problemático e contra as diretrizes e normas do Escritório Social uma vez que, nesse órgão, os egressos precisam se sentir respeitados enquanto sujeitos de direitos.

Diante de tudo isso, acredito que também é crucial falar sobre a minha figura enquanto pesquisadora e gestora na instituição, pois é dela que lanço olhares sobre o objeto que desejo investigar.

2.4 A PESQUISADORA/ GESTORA

Considero essencial falar sobre a minha representação enquanto gestora da instituição e também como pesquisadora. Inicialmente, é importante dizer que sou uma

mulher negra, oriunda de periferia, mais precisamente do bairro de Tibiri II na cidade de Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa, e ocupar o lugar de gestora dessa instituição apresenta-se enquanto um desafio, pois, como já fora exemplificado neste capítulo através do exemplo de quando cheguei para ocupar o cargo de Gerente Executiva da instituição, minhas falas e posturas são constantemente invalidadas devido ao estigma relacionado a minha cor, ao meu gênero e do lugar social de onde venho.

Estar enquanto pesquisadora nesse lugar me colocou também em um lugar difícil, pois como eu já conhecia o local de pesquisa e as mulheres que entrevistei, a todo o momento me questionava sobre se elas estavam participando da pesquisa porque realmente queriam ou porque pensavam que se não participassem poderia haver alguma sanção da minha parte para que elas acessassem serviços dentro da instituição. Outra questão que me colocou em um lugar vulnerável, pode-se dizer, fora o fato de eu ter optado por trazer neste trabalho a descrição dos setores que compõem a estrutura do prédio do Escritório Social em João Pessoa; em vários momentos me questioneei acerca disso, dialoguei com minha orientadora abordando que eu estava receosa em detalhar acerca dessas seções temendo inclusive alguma represália. Entretanto, decidi manter as explanações desses locais, pois vejo que elas são fundamentais para que seja possível compreender um pouco acerca dos efeitos provenientes de uma lógica de encarceramento que se estende para além da própria prisão. Ou seja, as contradições do Escritório Social são fundamentais para que possamos compreender a história de vida das mulheres presentes neste trabalho. Importante dizer também que o fato de algumas vezes eu não ter me posicionado enquanto gestora do local perante situações arbitrárias que ocorreram como, por exemplo, quando a grade foi colocada em frente a porta do Escritório Social sem ter passado pelo meu crivo, fora que eu temia bastante as represálias vindas pelos profissionais que ocupavam o mesmo espaço de trabalho que eu. Salientando que algumas vezes eu me impus e afirmei perante um policial penal: “ *O senhor me deve respeito, pois, a gerente deste lugar sou eu!*” e temi retaliações. O lugar que eu ocupava naquele momento exigia de mim muita astúcia e perspicácia.

Outra situação importante é que, em alguns pontos, minha história de vida se parecia com as histórias de vida das mulheres e isso me atravessava de uma forma muito forte. Assim como elas eu cresci em um bairro simples, em um local afastado dos grandes centros urbanos, estudei em escolas públicas, não tive a presença de um pai em minha criação, tive amigos que foram assassinados na guerra às drogas e, quando as mulheres relatavam suas vidas tão parecidas com a minha, eu me emocionava bastante e tentava

não deixar que isso transparecesse. Para alguns, essa afetação pelo campo pode ser o sinal de que não seria uma pessoa adequada para investigá-lo. Porém, penso que essa aproximação também me faz perceber, até mesmo por uma via de identificação, aspectos que podem não ser capturados por outros olhares. Os vários pontos de encontro entre nossas trajetórias, portanto, podem ser potentes para pensar sobre suas histórias de vida.

Gostaria de dizer também que atuar enquanto gestora nesse local é uma atividade que, particularmente, me atraía principalmente devido ao fato das ações estarem direcionadas a quem estão que são as pessoas egressas do sistema prisional. Entretanto, essa atuação se apresentou para mim também enquanto uma violência, pois os embates rotineiros que tive que travar dentro da instituição foram muito fortes; não houve um dia sequer em três anos e seis meses que estive a frente desse serviço que eu não considere a ideia de sair desse cargo, de solicitar exoneração. Contudo, pensava nas pessoas beneficiárias das atividades executadas pelo Escritório Social e na minha própria subsistência, e isso gerava um combustível para seguir em frente.

Ter atuado enquanto pesquisadora no local em que trabalhei me auxiliou no processo de entaves cotidianos (políticos, ideológicos), sobretudo porque consegui enxergar várias questões com mais criticidade e entender que muito do que está posto naquele local e introjetado nas pessoas que ali trabalham espelha a instituição prisão que também

[...] reproduz, espelha e expressa a lógica da sociedade como um todo e representa fielmente os valores da comunidade moral que a institui. Não há nada no mundo carcerário, com os erros e excessos de todos os seus representantes, que não faça parte do mundo daqui de fora. Mas, o que é tendência difusa, desse lado da sociedade, do outro lado do muro prisional se encontra em estado condensado, cristalizado e compacto, facilmente objetivável. A prisão é o meio em que os maus hábitos e as deformidades da sociedade “livre” simplesmente se tornam mais claros (Segato, 2022, p. 54).

Ou seja, na prisão pode-se observar de forma mais clara os maus hábitos que na sociedade extra muros observa-se de maneira mais difusa, e é exatamente dessa forma que enxergo muitas questões no campo de pesquisa. O discurso e práticas pairam sob aquele local e atravessam os corpos que ali estão, inclusive o meu.

Sendo assim, no próximo capítulo, abordarei acerca da violência e resistência enquanto características que existem de forma simultânea nas histórias de vida das mulheres negras egressas do sistema prisional em João Pessoa/PB, Para tanto, examinarei questões que dizem respeito a violências sexuais, físicas, transfobia,

gordofobia, o “matriarcado da miséria”, violências institucionais, no ambiente de trabalho e acerca do momento que as mulheres concluem as penalidades perante o Poder Judiciário.

CAPÍTULO 03

Violência e Resistência enquanto características que coexistem mutuamente

É preciso dizer que todo esse trabalho me mobiliza bastante, entretanto, esses três últimos capítulos 3 e 4 me tocam particularmente. As falas das mulheres remontam experiências sensíveis que merecem atenção ao serem ouvidas. Suas histórias apresentam, porém, potências, mesmo em meio a dor e sofrimento, que também são características marcantes delas. Para mim, ter tido a oportunidade de estar com elas foi significativo: ouvir as histórias que Conceição com tanto carinho contava sobre suas filhas, acolher as angústias de Carolina e as preocupações de Guia, encarar as revoltas de Andreza, sentir muita dor nos encontros com Dandara, me inquietar com a situação em que se encontrava Sheila, me surpreender com o bom humor de Lélia. Cada uma dessas mulheres deixou muito delas comigo e suas experiências de vida estão aqui relatadas.

Sendo assim, nesse capítulo e no que se segue, pretendi, sobretudo, ouvir as mulheres negras egressas do sistema prisional e, através disso, possibilitar que elas relatassem o ‘conhecimento testemunho’ que, de acordo com Miglievich-Ribeiro (2020) emerge a partir do trauma coletivo chamado colonialismo racismo, vivenciado por aqueles que experimentam estar no ‘entre lugar’ ou em um ‘não lugar’ e que a partir disso, podem comunicar novas experiências, existências e novas formas de se relacionar. Enquanto indivíduos ditos perigosos, essas mulheres comungam desse não lugar, um lugar que não lhes é designado; partilham de afetos comuns.

Entendendo que gênero, raça e classe são categorias indissociáveis, “elas existem entre si e através dessa relação” (McClintock, 2010), objetivei que mulheres marginalizadas e que trazem em suas vivências diversos elementos em comum, se expressassem e, a partir de suas falas, elucidassem o quanto essa matriz de opressão está presente em suas vidas e também que mostrassem a resistência e potência que são intrínsecas as suas histórias e da forma como elas enfrentam as questões da vida.

Portanto, a seguir, trarei o relato da história de vida de mulheres egressas do sistema prisional, todas usuárias do Escritório Social, focando nos condicionantes violência e resistência. A partir de suas falas, relacionarei com a literatura pertinente questões específicas que estão presentes em suas histórias de vida quais são:

violências sexuais, físicas, no ambiente de trabalho, o “matriarcado da miséria”²⁶, transfobia e violência institucional, como também trarei a resistência enquanto aspecto central especialmente no que diz respeito ao momento da extinção de punibilidade²⁷ em suas vidas.

Entretanto, antes de iniciar, considero essencial explicar os processos de preparação para que esses momentos de escuta e partilha acontecessem.

3.1 PREPARANDO O CAMINHO

Esse trabalho se apresenta para mim enquanto muito valioso, pois concentra as histórias de vida de mulheres que possuem a passagem pelo sistema prisional em comum, mas não só isso, elas se parecem em muitos aspectos, suas vidas muitas vezes se entrelaçam, portanto ter a oportunidade de acessar suas memórias e ouvir seus relatos fora um motivo de muita honra. Porém, por mais que eu já tivesse tido experiências com pessoas que possuem suas vidas marcadas pela prisão, eu não imaginava o quanto esses encontros seriam intensos.

De início, precisei pensar quais mulheres que eu abordaria em um universo consideravelmente grande das que são atendidas e acompanhadas pelo Escritório Social em João Pessoa/PB. Pensei estrategicamente em alguns nomes que eu já havia conversado em algumas outras ocasiões e iniciei o processo de contato com elas, para saber se aceitariam ou não. Basicamente todas que eu falei aceitaram dialogar comigo prontamente, acredito que o fato de eu estar enquanto gerente desse serviço também influenciou nesse sentido, porém duas mulheres não quiseram contar sobre suas histórias. Elas não falaram que não queriam participar desse momento logo no primeiro contato, entretanto, após algumas tentativas de comunicação que realizei, elas não se mostraram dispostas e eu entendi que não queriam participar. A partir disso, tentei o diálogo com mais algumas mulheres que se disponibilizaram.

Nos dias de conversa com as mulheres eu as esperava ansiosa e, ao término, eu precisava de um tempo para digerir as informações, até para me recuperar mentalmente e fisicamente, pois as histórias de suas vidas eram e são muito difíceis. Repito: por mais

²⁶ Essa noção será explicada mais a frente ainda neste capítulo;

²⁷ “A extinção da punibilidade é o fim do direito do Estado de punir um indivíduo por um crime, ou seja, acontece quando não há mais como se impor ao réu ou condenado a sanção cominada ou aplicada”. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/extincao-da-punibilidade/#:~:text=A%20extin%C3%A7%C3%A3o%20da%20punibilidade%20%C3%A9,ou%20o%20cumprimento%20da%20pena.> Acesso em 18 de fevereiro de 2024.

que eu já tenha trabalhado com pessoas em situações semelhantes e vivencie essas questões no cotidiano do meu trabalho, tive a sensação que cada momento era como se fosse a primeira vez, pois quando encerravam os diálogos eu sempre ficava muito dolorida, uma dor não só no âmbito emocional, mas também de forma física, como, por exemplo, dor na cabeça e ombros tensos. Ficava também preocupada com as mulheres, pois elas haviam acessado as mais variadas memórias de sua vida que incluíam períodos de alegrias, mas também de dor, de violências. Por causa disso, eu quis que todas as ocasiões tivessem clareza e honestidade, sempre deixei muito evidente que elas poderiam se sentir à vontade para falar ou não, como também para participar ou não.

Outra coisa que me comoveu foi ver o quanto éramos parecidas em vários aspectos; algumas tinham quase ou a mesma idade que a minha, vinham de bairros parecidos, entretanto com expectativas e perspectivas de vida bastante diferentes. Por exemplo, uma das mulheres, que trago aqui pelo nome de Lélia, ao ser convidada a realizar a prova do ENCCEJA, um exame disponibilizado pelo Governo Federal para conclusão do ensino fundamental ou médio, afirmou que não gostaria de realizar a prova, pois não tinha perspectiva de vida. O fato de ela querer participar ou não da realização desse exame em tese não se configura enquanto um problema, afinal é uma escolha pessoal, porém é notório que o que essa pessoa escolhe ocorre em função de uma inserção social muito particular. Podemos dizer que efetivamente escolhemos, há naquilo que fazemos uma parcela da nossa vontade, mas tudo isso ocorre em diálogos com um contexto social, um terreno composto por diversos relevos que pode dificultar ou facilitar os caminhos que escolhemos trilhar. Nesse sentido, ela dizer que 'não tinha perspectiva de vida' nos mostra não apenas o que ela escolheu, mas a sua inserção na sociedade e a forma como ela enxerga as possibilidades para sua vida. Essa frase ressoou muito dentro de mim; uma jovem de vinte e oito anos afirmar que não tem perspectiva me deixou reflexiva e preocupada.

Sendo assim, a partir deste momento abordarei questões trazidas pelas mulheres com foco nos aspectos de violência e resistência enquanto características centrais de suas vidas, entendendo que elas se constroem sempre em relação a um contexto social mais amplo.

3.2 VIOLÊNCIA ENQUANTO CERNE

Julgo fundamental iniciar a análise e discussão acerca da violência e resistência dessas mulheres negras, pois esses componentes se apresentam enquanto centrais na compreensão das suas vidas enquanto egressas do sistema prisional.

O componente violência ocupa um lugar central em suas trajetórias desde a infância e que perpassam diversas fases, quiçá todas, de suas existências. Para melhor entender essa questão, é importante retomar fatos históricos e perceber que, historicamente, esse elemento faz parte da vida de mulheres negras. Inclusive é necessário trazer à tona o período da escravização como parte desse processo.

Davis (2016, p. 36), ao falar sobre a experiência das mulheres escravizadas nos Estados Unidos, afirma que em relação às opressões típicas desse regime, as mulheres sofriam tanto quanto os homens. Porém, existiam formas peculiares de abuso dirigidas exclusivamente as mulheres²⁸

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.

As mulheres escravizadas eram vulneráveis a todo tipo de violência sexual que se materializava no estupro, que aparece enquanto demonstração do controle do proprietário e do feitor sobre as mulheres negras trabalhadoras. Interessante colocar também acerca das ações das mulheres negras contra as agressões inerentes ao regime escravocrata: elas resistiam ao assédio sexual e participavam de rebeliões e movimentos que visavam a libertação das opressões; as mulheres escravizadas, em sua maioria, lutavam contra as atrocidades que faziam parte de suas rotinas de forma que “[...] aquela que aceitava passivamente a sua sina de escrava era a exceção, não a regra”. (Davis, 2016, p. 31). Então, percebe-se que as opressões e violências de gênero existiam e eram reais no cotidiano dessas mulheres, entretanto, é importante também dar visibilidade as ações de resistência que foram construídas e operacionalizadas mesmo em um contexto tão bárbaro e hostil.

María Lugones (2020, p. 75) também diz que

²⁸ “Mais uma vez, é importante lembrar que os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também estupradas”. (Davis, 2016, p. 36)

Historicamente, a caracterização das mulheres europeias brancas como sexualmente passivas e física e intelectualmente frágeis as colocou em oposição às mulheres colonizadas, não brancas, inclusive as mulheres escravizadas, que, ao contrário foram caracterizadas ao longo de uma vasta gama de perversão e agressão sexuais e, também, consideradas suficientemente fortes para aguentar qualquer tipo de trabalho.

Portanto, evidencia-se que, mesmo sofrendo opressões iguais aos homens, existiam aquelas que se direcionavam especificamente as mulheres escravizadas colonizadas, em detrimento ao tratamento que era direcionado as mulheres brancas europeias que possuíam uma imagem característica distinta das mulheres que eram alvos das violências oriundas da escravidão, a saber, eram tidas como passivas sexualmente, e frágeis fisicamente e intelectualmente.

hooks (2023) afirma que as violências direcionadas às mulheres negras escravizadas iniciavam-se nos trajetos dos navios que vinham das mais variadas partes da África para os Estados Unidos²⁹. Inicialmente, as mulheres eram marcadas com ferro quente e se resistissem eram açoitadas. O estupro³⁰ era uma prática considerada comum naquela realidade, tanto que várias mulheres já desembarcavam grávidas nos novos locais para que foram trazidas. Antes de serem abordadas e colocadas a força nos navios, algumas mulheres já estavam gestantes e passaram pelo período gestacional sem nenhum amparo, diferentemente do tratamento que elas estavam acostumadas a receber em suas comunidades de referência, e o número de mulheres e crianças que morreram no processo de parto é imenso de forma que não existe um quantitativo exato para exemplificar. A autora diz que

As experiências traumáticas de mulheres e homens a bordo de navios negreiros foram apenas as primeiras etapas de um processo de doutrinação que transformaria o ser humano africano livre em escravo. Foram cruciais, no preparo das pessoas africanas para o mercado de escravos, a destruição da dignidade humana, a eliminação de nomes e status, a dispersão de grupos, para não haver uma língua comum, e retirada de qualquer sinal evidente de herança africana (hooks, 2023, p. 43).

Como a autora afirma, o processo de transformação do ser humano livre em escravizado gerou sequelas incalculáveis na vida das pessoas negras, pois, ao serem retiradas a força de seus locais de moradia e convivência, iniciou-se uma sequência de

²⁹ “A rota da África para a América era tão horrível que somente sobreviviam as mulheres e os homens que conseguiam manter o desejo de viver, apesar da condição opressora em que estavam” (hooks, 2023, p. 44).

³⁰ “A ameaça do estupro e de outras violências físicas causava terror psíquico nas africanas que haviam sido deslocadas” (hooks, 2023, p. 41, 42).

atos que objetivavam destruir e eliminar suas culturas, suas formas de expressão no mundo, objetivando fazer dessas pessoas praticamente objetos que podiam e seriam manipulados.

Ao chegarem às terras em que sofreriam as mazelas da escravidão, o trabalho executado por homens e mulheres era distinto: os homens realizavam o trabalho nos campos e as mulheres, além de trabalharem no campo, também trabalhavam enquanto empregadas domésticas, reprodutoras e eram tidas enquanto objetos sexuais pelo homem branco. Os ofícios exploradores que as mulheres realizavam no campo ou nas casas não eram tão degradantes quanto a exploração sexual. As mulheres negras em regime de escravidão eram tão vulneráveis sexualmente que viviam o tempo todo temerosas de serem assediadas e estupradas pelos homens, sendo brancos ou negros.

Nesse sentido, afirmo que questões presentes nas histórias de vida das mulheres negras desde o período da escravidão ainda ressoam nas vivências de mulheres negras atualmente, inclusive das mulheres que passaram pelo sistema prisional. O trabalho explorado e compulsório, as violências sexuais, são características que podem ser percebidas a partir de seus relatos. Sendo assim, a seguir abordarei acerca do trabalho que é tido enquanto valor fundamental em suas vidas e que na maioria das vezes se faz presente de uma forma violenta nas suas trajetórias.

3.2.1 “[...] A GENTE NÃO TÁ NA PRISÃO MAIS, EU TÔ SEM CONDIÇÕES DE CONTINUAR ALI.”³¹: trabalho explorado e compulsório

Uma das características marcantes na fala das mulheres fora a relação que elas possuíam com o trabalho e o enorme espaço que esse componente ocupa em suas vidas. Importante perceber que essa questão é uma característica que acompanha a realidade das mulheres negras desde o período da escravidão e, desde aquela época até agora, essas mulheres seguem ocupando lugares subalternos. Em primeiro lugar, é relevante dizer que, ainda hoje, as mulheres realizam as mais diversas atividades laborais consideradas subalternas e que possuem um ranço da escravidão, como o trabalho realizado por elas nos órgãos que possuem convênios com a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP) para contratação de pessoas egressas do sistema prisional. Quando essas mulheres acessaram o Escritório Social, a primeira demanda que comumente relataram é que precisam trabalhar, pois têm que manter sua

³¹ Trecho retirado da entrevista com uma das interlocutoras desta pesquisa.

família, seus filhos, seus netos, etc. É o trabalho nos convênios que as sustentam e que fazem com que elas não retornem pra ‘vida do crime’.

O trabalho nos convênios, como é conhecido pelas mulheres egressas da prisão, são as atividades que pessoas egressas do sistema prisional no estado da Paraíba, que estejam cumprindo pena nos regimes semi aberto³², aberto³³ e livramento condicional³⁴, podem ser direcionadas a partir do acesso ao Escritório Social. Esse trabalho é desempenhado em algumas instituições estatais e órgãos privados e grande parte das funções que são desenvolvidas são na área de serviços gerais. O trabalho nos convênios faz parte do projeto ‘O Trabalho Liberta’ que

[...] é uma ação do Governo do estado desenvolvida pela secretaria de Estado da administração Penitenciária na concretização da política de humanização dos Sistema Penitenciário da Paraíba. Foi criado em 1991 e regulamentado em 1996. É um projeto que se destaca pela sua importância no processo reeducativo de cada sentenciado, buscando alternativas de solução através do trabalho, colocando-o como condição viabilizadora na preparação do reeducando ao retorno do convívio social. Tem como objetivo promover o processo de reeducação da massa carcerária, através da inserção da mão-de-obra prisional no mercado de trabalho de forma produtiva e remunerada, principalmente na área de serviços gerais (Paraíba, p. 01, 2012).

Esse projeto possui como título ‘O Trabalho Liberta’ que é um dos grandes slogans do Movimento Nazista caracterizado por ideias nacionalistas e extremistas que

³² “Art. 35. Aplica-se a norma do art. 34 deste Código, caput, ao condenado que inicie o cumprimento da pena em regime semiaberto. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) § 1º - O condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) § 2º - O trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)”. Acesso em 09 de março de 2024.

³³ “Art. 36. O regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) § 1º - O condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) § 2º - O condenado será transferido do regime aberto, se praticar fato definido como crime doloso, se frustrar os fins da execução ou se, podendo, não pagar a multa cumulativamente aplicada. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984). Acesso em 09 de março de 2024.

³⁴ “Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) II - cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) III - comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) V - cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza. (Incluído pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990). Acesso em 09 de março de 2024.

culminou na dizimação de milhares de pessoas. A frase ‘O Trabalho Liberta’ estava presente na entrada dos campos de concentração nazistas

Nos campos de concentração, a frase "O trabalho liberta" transformou-se em símbolo da estratégia nazista para enganar e zombar de suas vítimas. Os prisioneiros chegavam aos campos de concentração com a falsa sensação de que eram levados para fazerem trabalhos forçados, mas muitos acabavam executados. Além de Dachau e Auschwitz, o slogan também foi usado em outros campos, como Gross-Rosen, KZ Sachsenhausen e Theresienstadt. Ao todo, cerca de 6 milhões de judeus foram mortos durante o Holocausto (History Channel, 2020).

Considero problemático esse título do projeto em que se insere o trabalho nos convênios, pois traz consigo elementos de uma fase difícil da história da humanidade em que muitos direitos foram cerceados e vidas eliminadas. Além disso, esse título evoca a ideia de que é necessário colocar os corpos para executar atividades consideradas úteis.

Acerca do trabalho nos convênios, Guia, que é uma mulher negra egressa da prisão, natural de Solânea/PB, tem quarenta e cinco anos e atualmente trabalha enquanto auxiliar de serviços gerais em um desses locais, afirmou que

“É notável que ele não gosta de trabalhar com a gente, só que as meninas não falam porque tem medo, e eu digo: gente, a gente não tá na prisão mais não, eu tô sem condições psicológicas de continuar ali, tô porque é o jeito [...] Tá difícil demais, faz três anos que eu tô lá, já passei por várias gestões, chego na hora certa, saio na hora certa, tendo gente ou não eu saio no meu horário, mas, eu nunca passei por isso não, e eu fico com medo porque esse aí pode deixar alguma coisa lá e dizer que é a pessoa e daqui que a gente venha provar, já tá lá³⁵, viu?”

“O que segura a gente é o trabalho. Eu com minha companheira uma paga o aluguel, outra faz a feira, outra paga a luz, então a gente tá vivendo em sociedade, né? Tamo vivendo em sociedade, tamo indo no mercado fazer a feira do mês, então tudo isso, né? Temos nossa internetzinha, pagamos, né?”

No Escritório Social, escutei bastante que as mulheres também realizam os chamados ‘bicos’³⁶ para conseguirem sobreviver ou para complementar a renda: executam faxinas nas residências de outras pessoas no final de semana, cuidam de crianças e idosos, lavam roupas e etc. Variadas são as formas que essas mulheres encontram não só para sobreviver, mas, para garantir o sustento de suas famílias.

³⁵ Na prisão;

³⁶ Os bicos são atividades temporárias que são realizadas muitas vezes para complementar a renda.

Nepomuceno (2013) afirma que no Brasil pós abolição, o preconceito racial se fazia presente de forma mais forte no mercado de trabalho mesmo nas atividades consideradas secundárias. Um exemplo é o fato de as 'patroas brasileiras' preferirem mulheres brancas imigrantes para trabalharem enquanto empregadas domésticas em suas casas, mesmo existindo um contingente populacional de mulheres negras que não possuíam nenhuma ocupação. A autora afirma que a segregação no mercado de trabalho atingia de forma mais dura o homem negro e com isso sobrecarregava as mulheres que precisavam desempenhar várias funções para sua sobrevivência e de sua família, sendo consideradas enquanto "artífices da sobrevivência".

O fato é que nas primeiras décadas do século XX, essas mulheres valeram-se dos trabalhos ligados à cozinha, à venda de salgados e doces nas ruas e à lavagem de roupas. Serviram também como empregadas domésticas. Buscaram a alternativa do trabalho em grupo como pequenas empreendedoras independentes, produzindo e vendendo suas mercadorias. Ou ainda dedicaram-se a atividades artísticas, ocupando palcos baratos de teatros de revista, cabarés e "chopes-berrantes" (Nepomuceno, 2013, p. 187).

Nas funções disponibilizadas para mulheres na indústria e no comércio, a seletividade racial aparecia "velada" pelo discurso da boa aparência, ou seja, só podiam trabalhar nesses ramos mulheres não negras, pois as mulheres negras eram inadequadas para essas funções³⁷. De acordo com a autora, essa justificativa perdurou até os anos 1990, entretanto, ousou dizer que permanece até hoje.

Conforme Bento (1995), a partir de estudos realizados na década de 1990, a mulher negra é aquela que inicia as atividades laborais mais cedo e que permanece nesse lugar por muito mais tempo do que outras mulheres, além de serem as que mais padecem com o desemprego. Sobre isso, é importante dizer que as mulheres egressas da prisão possuem o trabalho enquanto parte fundamental de suas vidas desde a infância, pois tinham que trabalhar para auxiliar na sobrevivência da família. O trabalho aparece enquanto algo compulsório em suas realidades desde cedo. Acerca dessa questão, Gonzalez (2020, p. 160) confirma que

Em uma pesquisa recente realizada com mulheres negras de baixa renda (1983), constatou-se que poucas eram as entrevistadas que haviam começado a trabalhar na idade adulta. A grande maioria começou por

³⁷ "Mas como tais atividades exigem um nível de escolaridade que a grande maioria das mulheres negras não possui, muito mais motivos foram criados no sentido de reforçar a discriminação: o público exige "educação" e "boa aparência". (Gonzalez, 2020, 57).

volta dos oito ou nove anos de idade nas “casas de família” (isto é, como empregadas domésticas), especialmente no caso das filhas mais velhas.

Ou seja, os dados da pesquisa trazidos pela autora se assemelham aos relatos das mulheres que participaram desta pesquisa e confirmam que o trabalho está presente em suas vidas a partir da infância e, como forma de garantir sua sobrevivência e de sua família, boa parte das mulheres exerceram funções de empregada doméstica.

Gonzalez (2020, p. 56,160) também afirma que

Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho.

[...] discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão.

Esse grande espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras remonta desde o período da escravidão em que elas trabalhavam o tempo todo e, a partir do que afirmou Gonzalez (2020), essa demanda se relaciona com os aspectos de raça, classe e gênero, reforçando a importância do elemento da interseccionalidade neste debate. Esse aspecto é fortemente refletido na vida das mulheres egressas que afirmaram que *‘o trabalho é o que me dá dignidade’, ‘sem o trabalho, eu volto pro mundo do crime’*.

No que diz respeito ao universo do trabalho e a relação das mulheres egressas com ele, Andreza afirmou

“Eu nunca tinha trabalhado na minha vida, nunca, nunca, nunca, aí consegui um trabalho depois que eu sai as meninas começou a falar do Escritório aí eu vim aqui me cadastrei aí saiu o emprego, só que antes disso eu tava vendendo droga de novo, antes de trabalhar, porque a única coisa que eu sabia fazer era fazer aquilo, e eu perdi muitas coisas[...] Aperreada olhei por céu e disse: Deus, que esse emprego saia! Veio eu e minha mulher fazer o cadastro, eu morava com ela ainda, e o emprego saiu. Tava lá na favela, no beco, aí do nada o celular toca dizendo que meu emprego saiu.”

“Aquele pessoal ali é porco demais! É uma seboseira muito grande naqueles banheiros, eu fico pensando que eles fazem de propósito pra gente limpar, já que a gente é presa. Nunca vi um negócio desse não!”

Andreza tem trinta anos de idade e é natural de João Pessoa/PB. Desde que ela acessou o Escritório Social, tinha-se um estigma de que *‘ela era muito perigosa’*, de que

‘ela mandava e desmandava dentro do presídio’, que era uma liderança naquele lugar. Isso me gerou curiosidade, eu quis saber o motivo que as pessoas a consideravam dessa forma e entrei em contato com ela para saber se gostaria de participar da pesquisa, e a mesma aceitou.

A partir dos diálogos com Andreza, ela afirmou que fora encaminhada para trabalhar em um dos órgãos conveniados à SEAP na função de auxiliar de serviços gerais e demonstrou bastante indignação ao relatar que o local em que realizava a limpeza cotidiana era muito sujo, e ela imaginava que as pessoas o sujavam daquela forma porque sabiam que quem ia limpar era uma pessoa que estava cumprindo pena.

Acredito que seja importante também colocar a forma como boa parte das pessoas que compõem os corpos dirigentes das instituições conveniadas a SEAP enxergam as mulheres egressas do sistema prisional que trabalham nesses órgãos. Em uma reunião com um dos responsáveis por uma dessas corporações, o mesmo relatou que a equipe do Escritório Social ‘tivesse mais cuidado quando fosse encaminhar essas mulheres para trabalhar com eles, pois elas são irresponsáveis, mal criadas e respondonas’. Essa fala em especial me marcou, a forma como ele se referiu as mulheres egressas do sistema prisional enquanto indivíduos perigosos que se deve evitar e se proteger, pois, perante as humilhações que vivenciavam nesses convênios, as mulheres se posicionavam com muita firmeza e por isso que eles as chamou de ‘mal criadas e respondonas’.

Outro aspecto em relação ao trabalho que também fora trazido pelas mulheres são as inúmeras violações que elas enfrentam nos empregos que ocupam nessas instituições. Assédios tanto morais quanto sexuais, violências psicológicas, gordofobia são vivenciadas por elas em seus cotidianos como bem retratou Guia ao falar que não tem mais *‘condições psicológicas de permanecer naquele trabalho’*, mas está ali *‘porque é o jeito’*. Esse relato de Guia exemplifica bem o que as mulheres trazem, que realmente é claro que boa parte das pessoas que estão nesses órgãos não gostam de trabalhar com as mulheres egressas do sistema prisional, antes, só as toleram.

3.2.1.2 GORDOFOBIA

Um desses aspectos citados que me saltou os olhos nos momentos de diálogo com as mulheres fora a questão da gordofobia. Sobre isso, gostaria de me ater especificamente ao relato de Eloah. Eloah, que é oriunda da cidade de Alagoa

Grande/PB, chegou para realizar seu cadastro no Escritório Social e a demanda imediata que apresentou foi a inserção no mercado de trabalho. Sendo assim, após a realização do atendimento, uma das assistentes sociais do serviço a encaminhou para uma das vagas de trabalho que estavam disponíveis naquele momento. Passados alguns dias, Eloah retornou afirmando que esse local de trabalho não tinha a aceitado porque ela era 'gorda demais'. Isso gerou uma inquietação na equipe e a assistente social que a estava acompanhando a atendeu novamente para obter mais detalhes acerca do que ela havia dito, então ela confirmou: a empresa que o Escritório Social a havia enviado para trabalhar não queria que ela trabalhasse lá porque ela era gorda. Sendo assim, procuramos saber junto a esse órgão acerca dessa situação e o que eles alegaram foi que ela não havia se encaixado para desenvolvimento das atividades propostas. A partir disso, decidimos que seria melhor encaminhá-la para outro local de trabalho e verificar com mais detalhes essa situação vexatória que ela havia passado neste outro órgão e, foi nesse dia, que perguntei se ela gostaria de participar da minha pesquisa. Ela prontamente aceitou.

Quando Eloah aceitou participar da pesquisa, sem titubear, me surgiu uma inquietação acerca da relação de poder que existe entre eu enquanto gerente e as mulheres negras egressas enquanto usuárias do serviço. Como já relatei, boa parte das mulheres que estão incluídas nesse estudo aceitaram participar sem recusas. Nesse sentido, um dos fatores que provavelmente as fizeram aceitar participar da pesquisa fora porque elas sabiam que eu era a gestora daquele espaço. Elas podem ter pensado que se não aceitassem poderiam enfrentar consequências. Essa questão me deixou bastante aflita, porém, foi uma aflição que eu tive que lidar para seguir em frente com este trabalho. Por outro lado, não é de se ignorar que um possível motivo para a pronta participação dessas mulheres seja a necessidade que elas têm de falar sobre si e sobre suas vidas. No caso de Eloah, existe a possibilidade de ela ter aceito participar da pesquisa para poder externar seus pensamentos acerca da sua condição enquanto mulher gorda.

Nesse momento, acredito que seja importante trazer reflexões acerca do poder disciplinar trazido por Foucault (2005). O poder disciplinar emerge a partir da sociedade disciplinar em meados do século XIX. Ele atua sobre o corpo dos indivíduos a partir de instituições como escolas, prisões e manicômios com o objetivo de regulação de suas vidas para torná-las eficientes, dóceis e úteis para a sociedade. O Escritório Social é uma instituição que, através da normatização e controle da vida das pessoas para que

elas se ajustem ao molde social, ao que a sociedade espera dela, também se apresenta enquanto um estabelecimento disciplinar. Apesar de sua premissa de acolhimento, o Escritório Social ainda é um local que busca, através de uma série de instrumentos, dizer o que as pessoas devem fazer ou não para se (re)inserir socialmente.

Enquanto gestora desse local e pesquisadora, minha posição frente às mulheres era delicada. Se nos momentos dos diálogos, as mulheres falassem ou mostrassem alguma postura que eu não gostasse, por exemplo, por mais que eu enquanto profissional jamais realizasse tal ação, eu teria o poder de fazê-las acessar determinado serviço ou não. Se elas se recusassem a conversar comigo e a participar dessa pesquisa, estava em minhas mãos a decisão de colocar um entrave para que elas pudessem trabalhar em um dos órgãos conveniados ou não; minha atuação enquanto gestora desse espaço disciplinar poderia ser a melhor ou a pior caso as mulheres optassem por participar ou não do trabalho e, acredito que essa possibilidade chegou a assustar as mulheres, inclusive porque práticas como essas são bem comuns nos ambientes que elas vivem e pelos que passam ou passaram, a exemplo da prisão, e por isso elas sempre aceitaram conversar comigo. Porém, ainda prefiro acreditar que elas aceitaram dialogar, abrir suas vidas e tocar em pontos tão sensíveis nos diálogos devido aos vínculos de respeito que construímos. Por exemplo, Andreza me disse claramente sentir prazer no roubo, e eu, enquanto gestora do Escritório Social, poderia considerar não lhe encaminhar para algum trabalho entre os convênios disponíveis. Dizer isso pode ter sido um gesto de confiança da sua parte, talvez porque ela se sentiu à vontade comigo. Entretanto, essa foi uma questão que eu tive que encarar durante toda a construção desse trabalho, o fato de estar gerindo o serviço e também ser pesquisadora, o fato de não saber se as mulheres estavam participando porque realmente queriam, mas sim por medo, porém, eu tive que seguir em frente. Deve ter sido por isso que em todos os momentos eu me mostrei o mais flexível possível para realização dos nossos encontros e sempre fazia questão de deixá-las o mais à vontade possível para falar ou não.

Voltando a falar sobre as entrevistas, Eloah trouxe uma questão muito importante a ser debatida, que é o preconceito pelo fato de ela ser gorda; ela relatou que sofreu bastante em relação a isso em um dos convênios que ela trabalhou:

“Ali já é demais já, foi mais a chefe, eu escutei, ela disse mesmo assim comigo, eu fiquei, teve uma das secretárias, ela botou eu pra limpar lá, varrer[...] aí eu limpei, aí ela vinha atrás mas outra colega aí ela fez

assim: “pia o que mandam pra cá, anda bem devagarzinho”, com preconceito comigo, mas eu não respondi, fiquei calada e disse que não venho mais.”

O relato do preconceito vivido por Eloah, pelo fato de ela ser uma mulher gorda, lembra um aspecto importante a ser discutido que é a gordofobia, que, de acordo com Jimenez (2020, p. 147),

É uma discriminação que leva à exclusão social e, conseqüentemente, nega acessibilidade às pessoas gordas. Essa estigmatização é estrutural e cultural, transmitida em muitos e diversos espaços e contextos na sociedade contemporânea. O prejulgamento acontece por meio da desvalorização, humilhação, inferiorização, ofensa e restrição dos corpos gordos de modo geral.

Sendo assim, a gordofobia aparece enquanto forma de desvalorizar a pessoa gorda, nesse caso, a mulher gorda, a colocando em um lugar de humilhação e estigmas³⁸. Interessante que a autora também traz que há anos, os gordos eram respeitados em diversos países e atualmente o que se vê é o contrário e, a partir disso, vê-se o quanto o padrão de beleza é mutável e influencia as sociedades nas mais variadas épocas.

A gordofobia para Eloah apareceu especificamente nesse local em que ela trabalhou, entretanto, quero colocar que no espaço do Escritório Social discursos contra o corpo gordo também se fizeram presentes. Diversas vezes ouvi de profissionais que faziam parte da equipe do referido serviço comentários pejorativos contra pessoas gordas, alguns deles contra pessoas que também fazem parte do mesmo grupo e outros contra usuários, muitas vezes disfarçados de preocupação em relação à saúde. Geralmente, as falas eram: *“Você precisa emagrecer; é uma questão de saúde e não só estética”*, *“Você é tão bonita, se emagrecesse ficaria bem melhor”*. Nos momentos em que eu estava presente, quando ouvia esse tipo de comentário, geralmente me posicionava contra, porém, muitas dessas falas aconteciam nas entrelinhas, de uma forma muito sutil.

Nesse sentido, me chegaram reclamações de pessoas da equipe acerca desses comentários, que determinados profissionais estavam proferindo falas gordofóbicas contra usuários no momento de realização dos atendimentos, dizendo que *‘eles precisavam emagrecer e fazer uma dieta por conta da saúde’*. Esse discurso é tão

³⁸ “A mulher gorda, muito gorda, é considerada uma monstruosidade, o último estado que uma pessoa pode chegar, ou seja, ser gordo é a última coisa que as pessoas querem” (Jimenez, 2020, p. 148).

comum e entranhado em nossa cultura que é reproduzido de forma constante nos mais diversos espaços; são falas violentas que colocam a pessoa gorda em um lugar de constrangimento e humilhação.

Enquanto mulher gorda, eu também me sentia e me sinto mal perante esses comentários; o que me parece, na verdade, é que não existe possibilidade de uma vida plena e sadia no mundo para as pessoas gordas. Nossos corpos sempre são alvos de falas nocivas: *‘Nossa, você é tão linda de rosto, por que não emagrece?’*, *‘Essa roupa ficaria tão melhor em você se emagrecesse mais...’* e isso vai nos empurrando para um local de desprezo por nós mesmas.

No caso de Eloah, essas posturas aconteceram no ambiente de trabalho e a atingiram de uma forma tão nociva que ela não quis mais trabalhar naquele espaço. Enquanto serviço que acompanha pessoas egressas da prisão, entramos em contato com órgãos competentes para tentar providências sobre essa e outras ações violentas (assédio sexual, moral) produzidas por esses locais e que nos relataram os usuários. Fora direcionado que entrássemos em contato com o Ministério Público Estadual para que os usuários realizassem as denúncias, porém boa parte deles não quis se identificar com medo de represálias. Sendo assim, nos foi orientado a confeccionar um relatório e enviar ao Ministério Público, porém, como as pessoas egressas não se identificaram, o órgão alegou que não conseguiria realizar a responsabilização criminal dos que perpetraram as violências, mas apenas realizar ações para prevenir novos casos. Até o dia que esse texto foi escrito, foram aguardadas a realização dessas atividades.

Ainda em relação ao trabalho enquanto componente central na vida das mulheres negras egressas da prisão, considero fundamental discutir acerca do “matriarcado da miséria”.

3.2.1.3 O “MATRIARCADO DA MISÉRIA”

“Eu pari treze crianças e vi a maioria delas ser vendida como escrava e quando clamei com minha dor de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu! E eu não sou mulher?” (Sojourner Truth, 2018).

“Cheguei em casa, aliás, no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera (filha) não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. Faz uns dois anos que pretendo comprar uma máquina de moer carne. E uma máquina de costura. Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças.

Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os péssimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos. Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gozar descanso” (Carolina Maria de Jesus, 2018).

Este tópico do trabalho especificamente me afetou muito, pois recordei da vivência da minha mãe que é uma mulher negra, empregada doméstica³⁹, que, de acordo com Carneiro (2011), é o local o qual desde o período da escravidão fora destinado enquanto função primordial para as mulheres negras. Ela me criou sozinha, contando com o auxílio de alguns poucos familiares enquanto estava fora de casa trabalhando. Minha mãe vivenciou situações de abandono, pobreza, experiência de ter toda a responsabilidade de criação da filha sobre si, e nesse aspecto assemelha-se as mulheres envolvidas nesta pesquisa.

Nos momentos de diálogo com as mulheres, a maioria delas relatou que foram criadas apenas por suas mães, ou avós, e aquelas que tiveram a figura dos pais em suas vidas não os via como uma referência positiva. Elas ressaltaram também que são lideranças em suas famílias. Nesses casos, foram atribuídas às figuras femininas (mães e avós) a incumbência de criar os filhos e sustentar a família.

Carneiro (2011, p. 121) apresenta o conceito de ‘matriarcado da miséria’, o título deste tópico, que

[...] foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social e, revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país.

A partir da expressão ‘matriarcado da miséria’ pode-se entender a experiência de mulheres que atuam enquanto chefes de família a partir das condições sociais em que vivem. As rotinas dessas mulheres são marcadas por situações de vulnerabilidade social, mas é essencial salientar o aspecto da resistência que, muitas vezes, as fazem referências nas comunidades em que residem.

Nepomuceno (2013) diz que a questão da chefia feminina da família se fez presente com mais intensidade no Brasil a partir dos anos 2000, devido ao crescimento de famílias chefiadas por mulheres, entretanto, as mulheres negras já experimentavam

³⁹ “Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares” (Gonzalez, 2020, p. 58).

essa realidade há anos⁴⁰. De acordo com a autora, a partir do período pós – abolição, com a discriminação do homem negro no âmbito do trabalho formal, foi designado as mulheres negras o sustento e manutenção da família. Ou seja, para as mulheres negras, a chefia feminina vem se materializando desde muito tempo em nosso país. Com a obrigação de assumirem o papel de principais mantenedoras de uma família, as mulheres negras abarcam mais uma responsabilidade para si e se dividem entre trabalhar fora de casa, cuidar dos filhos e tantas outras cargas que fazem parte de suas vidas.

Collins (2019), ao falar sobre a realidade das mulheres afro-americanas, afirma que há uma objetificação das mulheres negras como o Outro que deve ser combatido, controlado.

A dominação sempre envolve tentativas de objetificar o grupo subordinado. “Como sujeito, toda pessoa tem o direito de definir sua própria realidade, estabelecer sua própria identidade, dar nome a sua própria história”, afirma bell hooks. “Como objeto, a realidade da pessoa é definida por outras, sua identidade é criada por outras, sua história é nomeada de maneiras que definem sua relação com pessoas consideradas sujeitos. (Collins, 2019, p. 168)

A autora afirma que, enquanto grupo objetificado, imagens de controle e opressão são atribuídas as mulheres negras que possuem suas origens no período escravocrata. Uma delas é a imagem da mulher negra superforte, que aguenta tudo e qualquer tipo de trabalho e essa imagem é reproduzida até hoje nos discursos que enunciam o quanto as mulheres negras são guerreiras, são fortes, independentes e sabem se virar⁴¹. As mulheres que participaram dessa pesquisa são muitas vezes vistas enquanto mulheres superfortes que conseguem dar conta de tudo, incluindo trabalho dentro e fora de casa nas piores condições, família, filhos e o que mais a ela for atribuído. Essa imagem é perigosa, pois adiciona uma sobrecarga a essas mulheres, como se elas não precisassem de auxílio de outras pessoas, como se elas dessem conta de tudo sozinhas só porque querem e não porque a vida lhes atribuiu.

Essa imagem da mulher negra super forte também me lembra minha mãe. Como já coloquei, minha mãe é uma mulher negra, pobre, empregada doméstica e também

⁴⁰ “Para as mulheres negras, esses “novos arranjos familiares” apenas trouxeram visibilidade e legitimidade a uma situação vivida por elas há muito tempo” (Nepomuceno, 2013, p. 192).

⁴¹ “Embora essa possa ser uma forma de valorizar algumas mulheres, tal enaltecimento implica a subordinação das necessidades dessas mulheres às de qualquer outra pessoa, sobretudo dos filhos”. (Biroli, 2018, p. 111).

chefe de família. Desde quando eu era criança, ouvia as pessoas se referirem a ela enquanto 'guerreira, batalhadora' pelo fato de ela ter sido forçada a me criar sozinha (porque meu genitor a abandonou), e a tomar as rédeas de nossa casa. Lembro-me das inúmeras vezes que minha mãe deixou suas necessidades de lado para suprir as minhas ou de qualquer outra pessoa da família, e sempre tendo que se manter firme, até porque ela não podia envergar, sua vida não lhe apresentava essa possibilidade. Hoje percebo o quanto essa imagem ainda me afeta, pois muitas vezes a enxergo enquanto super forte, determinada, que nada lhe abala. Ainda carrego essa figura comigo, porém é importante problematizar desse lugar que fora designado para essas mulheres.

Conforme dados do IBGE (2019), as famílias chefiadas por mulheres, sem companheiros, com filhos menores de 14 anos e em extrema pobreza correspondem a 20,6%. As famílias que são chefiadas por mulheres pretas ou pardas são 23,7%, enquanto as que são chefiadas por mulheres brancas compõem 13,9%. Percebe-se que o número maior de famílias conduzidas por mulheres é de mulheres negras que sustentam não só o núcleo familiar, mas a família em um sentido ampliado.

Biroli (2018, p. 107) diz que

Entre as camadas mais pobres da população, a maternidade não costuma ser uma atividade em tempo integral e, quando o é, traz as marcas do desemprego e da precariedade. As escolhas das mulheres podem ser analisadas como respostas às dificuldades de conciliar o exercício do trabalho remunerado e o cuidado com as crianças, em contextos nos quais as famílias se transformaram, as relações de trabalho não atendem a uma lógica que incorpore a dependência de outras pessoas em relação às trabalhadoras, os equipamentos públicos são insuficientes e os recursos para a compra de serviços no mercado são escassos.

Como já foi dito, as mulheres chefes de famílias em estado de pobreza não conseguem dar conta da maternidade de forma integral, pois precisam trabalhar para sustentar os filhos e os demais parentes. Com isso, precisam deixar suas crianças aos cuidados de outras pessoas visto que, infelizmente, não há vagas nas creches, por exemplo, que abarquem todo o público que dela necessita. E quando as mulheres conseguem ter todo o tempo disponível para cuidar das crianças, experimentam situações de desemprego, o que acarreta falta de materiais para subsistência.

Outra questão importante trazida por Biroli (2018) é que grande parte das mulheres pobres vivenciam a maternidade em locais marcados pela violência policial a

jovens e grupos que pertencem àquela localidade e outras situações típicas de bairros e comunidade vulneráveis, como, por exemplo, a guerra às drogas. Essa rotina coloca a vida das mulheres, de seus filhos e de sua família em risco, pois nesse ambiente a insegurança é característica central. Essas vivências se repetem nas histórias de vida das mulheres egressas da prisão, como as que estão presentes neste trabalho. Durante os momentos de diálogo, algumas mulheres relataram que seus filhos haviam sido assassinados, a maioria deles devido à guerra às drogas. Essas situações trazem marcas muito profundas na vida das mulheres que apresentam enquanto componente central o sofrimento.

Como já foi dito, as mulheres negras atuam majoritariamente enquanto chefes de famílias extensas. Sobre família extensa, Sarti (2002) diz que, devido a situação de vulnerabilidade social em que se encontram, as famílias das pessoas pobres existem enquanto redes de ajuda mútua, são da família aqueles com os quais se pode contar. As famílias das pessoas pobres, em sua grande parte, não são constituídas a partir do núcleo familiar que é apresentado enquanto produto histórico (Biroli, 2018), mas, a partir de uma diversidade no qual todos se unem numa perspectiva de sobrevivência.

É a partir dessa realidade que se assenta o conceito de 'Matriarcado da Miséria', algo que atravessa a vida de muitas mulheres negras. Quando adicionamos a camada do encarceramento, essa realidade torna-se ainda mais perceptível nas mulheres que participaram desta pesquisa e que, por exemplo, terceirizam o cuidados dos seus próprios filhos para cuidarem dos filhos de outras pessoas, para conseguirem subsistir junto com suas famílias. Como exemplo, trago o caso de Conceição que terá sua história de vida relatada no próximo tópico, que tem três filhas e que delega os cuidados de sua filha menor a sua mãe, que é uma mulher idosa, para que a mesma consiga sair e trabalhar nos convênios para adquirir mantimentos necessários à sobrevivência dela e dos seus.

No próximo tópico, abordarei mais uma questão séria trazida pelas mulheres que diz respeito a violência sexual em suas vidas e nos órgãos conveniados a SEAP que as recebem para trabalhar. Algumas mulheres afirmaram que um dos responsáveis do convênio empreendeu diversas práticas de assédio sexual contra elas e afirmou que se elas insistissem em falar sobre isso para alguém, seriam desligadas da instituição, acarretando assim o desemprego.

3.2.2 “[...] E NÃO ACONTECEU NADA COM ELE PORQUE ELE ERA VIGILANTE FEDERAL E NA FAMÍLIA DELE TINHA PREFEITO E NO INTERIOR ANTIGAMENTE COMO ATÉ HOJE, NOME PESAVA MUITO”: violência sexual

Muitas dessas mulheres também possuem o histórico de exploração sexual em suas vidas; é uma marca que se repete com muita força nas vivências e que se retratam nos diálogos. O abuso sexual, na maioria das vezes, invade as vidas dessas mulheres quando elas ainda experimentam a infância, e é uma variável que se reproduz pelas gerações de mulheres da família. Sueli Carneiro (2003, p. 01) diz que

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão.

A autora exemplifica bem o que quis trazer para a análise: infelizmente experiências traumáticas típicas das vivências das mulheres negras no período da escravidão ainda estão presentes com muita força na vida de outras mulheres negras atualmente. Nesse sentido, trago como exemplo uma parte do relato de Conceição, que é uma mulher negra, tem trinta e nove anos de idade, tem três filhas e foi uma das primeiras mulheres que conheci dentro do espaço do Escritório Social. Ela chegou à instituição para trabalhar enquanto auxiliar de serviços gerais, e desde sua chegada tivemos bons momentos de diálogos nos quais falávamos sobre nossas vidas e cotidianos; por vezes tomamos café da manhã e almoçamos juntas e, em alguns aspectos, nossas histórias se conectavam. Nesses momentos, ela me contou que seu marido estava preso em uma unidade prisional de segurança máxima em João Pessoa/PB e que ela fora condenada a quinze anos de prisão, pois “assassinou”, com a ajuda de sua mãe e irmão, seu pai que a abusava sexualmente desde a infância, e atualmente está cumprindo pena em livramento condicional⁴². Tivemos outros momentos de diálogos e Conceição relatou que sua infância fora de sofrimento e dificuldades:

“eu cresci em um ambiente familiar onde a bebida prevalecia, eu cresci vendo meu pai espancando minha mãe, batendo na minha mãe, e isso, eu cresci nesse ambiente de bebidas, de espancamento, de traições do meu pai para com minha mãe e foi bastante difícil”

⁴² “O instituto do livramento condicional é benefício concedido a um apenado que permite o cumprimento da punição em liberdade até a extinção da pena”. Disponível em: < <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-livramento-condicional/>>. Acesso em: 08 de novembro de 2022.

Ela afirmou que na infância começou a estudar, mas não obteve bom rendimento, pois, era traumatizada pelas questões que vivenciava em sua casa, até que chegou o momento em que seu pai a violentou sexualmente, faltando vinte dias para ela completar doze anos: *“E não aconteceu nada com ele, porque ele era vigilante federal e na família dele tinha prefeito, e no interior, antigamente, como até hoje ainda, nome pesava muito”*. Como disse Conceição, no interior do estado da Paraíba (não só nele, mas em vários estados do Brasil) *‘nome pesava muito’* e, com isso, ela quis afirmar que nessas cidades existia e ainda existe uma forte cultura paternalista, de tradição, que beneficia determinadas famílias que há muitos anos fazem parte daquele local, e essas práticas vão se estendendo de geração a geração. É por isso que o *‘nome pesava muito’* e ainda influencia na vida das pessoas que pertencem a esse grupo; e foi por isso que, de acordo com a fala de Conceição, nenhuma providência foi tomada em relação a seu agressor.

Como se pode perceber, a violência é um aspecto fundamental na vida de mulheres colonizadas que experienciam formas de opressão típicas e particulares. Sobre uma dessas expressões de opressão colocada aqui, o estupro, Segato (2022, p. 14, 15), diz que

[...] o estupro é um ato que prende as mulheres a seus corpos como sinal de uma posição inescapável, de um destino silenciado. O estupro não resulta de uma cultura em particular. Trata-se da evidência da continuidade e da exacerbação de uma ordem política arcaica: o patriarcado.

Segato, ao dizer que o estupro é oriundo do patriarcado e ao colocar o *‘patriarcado enquanto violência originária’*, mostra que essa dominação dos corpos das mulheres relaciona-se com o processo de colonização em que houve contornos específicos ligados à sexualização dos corpos *‘femininos’*. Nesse sentido, tanto a categorização das pessoas em raças quanto a sexualização das mulheres possuem uma imbricação e são oriundos da colonização⁴³. A autora diz que a instrumentalização do estupro se dá principalmente pelo ordenamento da masculinidade e que a masculinidade é corporativa. O corporativismo da masculinidade também se expressa em instituições que são majoritariamente ocupadas por homens como a polícia, as instituições do poder judiciário, as forças armadas e até a universidade, a academia. A

⁴³ “É quando nos deparamos com a invenção das minorias. A racialização e a genderização deixam de ser diferenças num ordenamento hierárquico e tornam-se restos, margens do sujeito” (Segato, 2022, p. 16).

masculinidade possui o poder enquanto seu elemento central de controle dos corpos 'femininos' e os crimes de estupro que se materializam contra as mulheres também são crimes de poder.

Rita Segato (2022) mostra um aspecto crucial da execução desses crimes, que é o fato de eles serem perpetrados na esfera privada da vida, na área doméstica que se pressupõe sagrada e inviolável, que é uma característica da modernidade⁴⁴. Seu esforço é trazer esses crimes para a esfera pública, política

[...] para a Justiça, os crimes contra as mulheres serão sempre – e isso é uma categoria, “um crime menor”: nesse esquema cognitivo afetado pela noção de gênero da modernidade colonial, a Justiça sempre verá as violações contra nós como crimes menores (Segato, 2022, p. 23).

Quando a autora afirma que para a Justiça os crimes cometidos contra as mulheres são considerados menores, lembro do caso de um usuário do Escritório Social que fora preso por ter praticado importunação sexual, artigo 215–A do código penal brasileiro. Esse usuário fora condenado a cumprir dois anos e onze meses de pena e atualmente encontra-se no regime de livramento condicional. O interessante a se notar é que, geralmente, as falas desse homem eram que ele 'não cometeu crime nenhum, que a mulher que o denunciou era louca e vive o perseguindo e que ele não é como os outros criminosos'. No ambiente do Escritório Social, outros homens se aliaram ao discurso desse usuário e já chegaram até a dizer que 'ele não fez nada demais' e o acolheram. Essa situação exemplifica bem o que Segato diz; é uma faceta do patriarcado que é imprimida na vida das mulheres e que traz consequências indeléveis. E através desse trabalho pode-se observar os efeitos dessa violência na vida das mulheres negras egressas do sistema prisional.

Acerca das marcas oriundas do período da escravidão, bell hooks (2023, p. 59) afirma que “O tratamento brutal de mulheres negras escravizadas por homens brancos expôs a intensidade do ódio do homem à mulher e ao corpo da mulher”. Esse tratamento tem como base os ensinamentos fundamentalistas cristãos que diziam (e ainda dizem) que a mulher fora a responsável pela entrada do pecado no mundo, que elas representam lascívia e luxúria e que os homens são apenas suas vítimas. Por isso, homens brancos colocaram restrições a vida sexual das mulheres brancas de forma que elas jamais poderiam exercer comportamentos sexuais fora desse padrão. Entretanto,

⁴⁴ “É também na captura e no encapsulamento da família nuclear moderna que as mulheres e suas proles se tornam vulneráveis e matáveis como nunca antes” (Segato, 2022, p. 240).

no século XIX, devido ao crescimento econômico dos Estados Unidos e consequente prosperidade dos homens brancos, houve um afastamento das doutrinas cristãs que colocavam as mulheres brancas enquanto pecadoras por natureza e passaram a considerá-las virtuosas, puras, assemelhando-se a imagem de uma deusa. Porém,

A mudança da imagem da mulher branca como pecadora e sexual para mulher branca como senhora virtuosa ocorreu concomitantemente à massiva exploração sexual das mulheres negras escravizadas. Enquanto os homens brancos idealizavam a mulheridade branca, eles assediavam e brutalizavam sexualmente as mulheres negras (hooks, 2023, p. 64).

É imprescindível dizer que na medida em que o olhar acerca das mulheres brancas foi melhorado, as opressões sexistas se aprofundaram para as mulheres negras que eram tidas enquanto pagãs e selvagens sexuais. Essas diferenciações baseadas na raça são relevantes e merecem atenção, principalmente ao trazer à tona as questões ocasionadas pelo período de escravidão, nesse caso nos Estados Unidos. Sobre isso, bell hooks (2023) também diz que as mulheres negras escravizadas tentaram muitas vezes solicitar ajuda as mulheres brancas para se livrarem das opressões, entretanto esse auxílio era negado por diversos motivos, e um deles era que as mulheres brancas também haviam sido socializadas com a premissa de que as mulheres negras eram lascivas e que seduziam seus maridos.

bell hooks (2023) ainda diz que haviam outras formas de destruir a dignidade das mulheres negras para além do estupro, que eram as punições públicas as quais se mostravam através dos açoites em seus corpos nus perante uma plateia, e também através da reprodução compulsória. Os castigos nos corpos das mulheres escravizadas se materializavam por pouca coisa: um serviço doméstico malfeito, por exemplo, já era motivo de tortura. A reprodução compulsória “era outro método socialmente legitimado para a exploração sexual das mulheres negras” (hooks, 2023, p. 73). As mulheres negras eram obrigadas a se reproduzir de forma contínua devido ao lucro que o comércio de pessoas escravizadas gerava e era interessante para os proprietários que essa reprodução acontecesse com homens brancos, pois as crianças tidas enquanto mestiças tinham um valor mais alto no mercado. É de se imaginar que as mulheres estéreis, que não conseguiam se reproduzir, sofressem mais nesse cenário, sendo a esterilidade vista como um crime. A autora diz que uma parte das mulheres escravizadas ansiavam engravidar, pois isso acarretaria alguns “privilégios” dentro das suas realidades, como a redução da jornada de trabalho.

A reprodução era opressora para todas as mulheres negras férteis escravizadas. Subnutridas, sobrecarregadas de trabalho, as mulheres raramente tinham uma condição física que proporcionasse um parto fácil e seguro. Gestações repetidas e sem cuidados apropriados resultavam em vários abortos espontâneos e morte (hooks, 2023, p. 78).

Sendo assim, pode-se perceber que as violências direcionadas as mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos tinham por característica a tortura e desumanização de seus corpos. Estupros, açoites, reproduções forçadas estavam presentes em seus cotidianos o que configuravam uma degradação de suas vidas. Aspectos semelhantes se repetiam nas realidades das mulheres negras escravizadas no Brasil.

Na realidade brasileira, Dias (2013, p. 175, 176) diz que quando as mulheres africanas escravizadas⁴⁵ chegaram ao Brasil elas tiveram que lidar com outras dificuldades as quais não estavam habituadas; na sua terra natal, elas eram acostumadas a trabalhar ininterruptamente e ao poder patriarcal, sendo submissas aos seus esposos mais velhos. Na nova terra, a violência já começava pelo fato de elas terem sido escravizadas e trazidas à força para o Brasil e, nesse novo mundo, elas estavam longe de suas comunidades de referência, trabalhando em locais que não conheciam e junto de pessoas escravizadas de outras etnias.

As violências eram direcionadas a todas as mulheres, sem exceção, inclusive as que estavam grávidas “[...] como os pontapés na barriga aplicados pelos capatazes – que, muitas vezes, eram responsáveis pela morte do bebê dentro da mãe.” (Dias, 2013, p. 176). Além de toda violência instrumentalizada pelos senhores e feitores, as mulheres negras escravizadas também sofriam agressões vindas de seus companheiros de escravidão, a exemplo dos sentimentos de posse e ciúmes dos homens em relação a elas que era tanto que muitas vezes chegava ao assassinato delas.

Em 1868, numa fazenda de café em Campinas, Benedito, escravo de Francisco José de Camargo, ausentou-se por um mês, levado por seu senhor para outra fazenda; ao voltar, percebeu que sua mulher estava mantendo relações com outro escravo, a quem ela deu um prato de carne e uma garrafa de pinga. Desesperado de ciúme, Benedito assassinou a mulher (Dias, 2013, p. 176).

Como fora dito, as violências que as mulheres negras vivenciavam se efetivavam em diversos âmbitos inclusive nos relacionamentos conjugais/ amorosos.

⁴⁵ “Para Lugones, as fêmeas escravizadas não eram mulheres” (Curiel, 2020).

Outro aspecto importante de ser discutido neste trabalho é em relação a transfobia enquanto violação crucial vivenciada pelas mulheres transexuais e que trago na próxima seção a seguir.

3.2.3 “[...] DAVA PRA SE VIRAR, MAS, COMO EM TODO CANTO, TEM MUITO PRECONCEITO”: Transfobia

Uma das mulheres que participou dessa pesquisa, que chamo de Dandara, é uma mulher transexual. As violências que ela enfrenta e que são imprimidas em seu corpo possuem características específicas, cujos contornos compartilham elementos para além daqueles presentes naquilo que é vivido pelas mulheres dentro e fora da prisão. Santos (2020, p. 42) diz que

Além das violações aos direitos humanos que acometem a todos aqueles que estão cumprindo pena restritiva de liberdade, os presos em situação de vulnerabilidade, mais especificamente a população trans encarcerada, padece de uma violência potencializada pelo preconceito e desrespeito. As travestis e transexuais, muitas vezes são vítimas de discriminação e violência [...] merece ser destacado que a realidade das pessoas trans na prisão não é diferente, uma vez que a população carcerária reflete a sociedade fora da prisão. Nesse sentido, a população trans encarcerada [...] sofre uma múltipla vulnerabilidade.

A autora afirma que as violações dos direitos humanos são inerentes a todas as pessoas que se encontram presas e, no caso das pessoas transexuais, as violências são ainda mais agudas. Para falar acerca das violências presentes na história de vida de Dandara, é importante primeiro apresentá-la.

Dandara é uma mulher negra de vinte e quatro anos; não possui vínculos familiares, pois o único contato que ela tinha nesse sentido era com a avó que faleceu alguns anos que, como ela diz *‘foi como se fosse minha mãe’*. Dandara veio para João Pessoa/PB para cumprir pena na unidade prisional Sílvio Porto e fora direcionada para a ala LGBTQIAPNB⁴⁶ do presídio. Ao conversarmos sobre como era a vida dentro da prisão, Dandara disse que *“[...] dava pra se virar, mas, como em todo canto, tem muito preconceito. A gente tem que fazer o que eles pedem, como eu não tinha visita de família era pior. Mas eu fiz amizade lá dentro, eu fui me virando”*.

⁴⁶ Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer /Questionando, Intersexo, Assexuais/ Arromânticas, Pan/Póli, Não-binárias e mais.

Ao relatar sobre diversos âmbitos da sua vida, Dandara fazia questão de enfatizar que em todos eles o preconceito estava presente, inclusive no ambiente do Escritório Social. Dandara ia ao Escritório Social praticamente todos os dias muitas vezes em busca de uma alimentação, de um lanche, um café como também de um diálogo com a equipe, e em várias dessas idas até o serviço ela ouviu alguns comentários pejorativos sobre sua forma de se vestir, sobre seus cabelos, sobre ela de uma forma geral. Inclusive, em alguns desses dias, ela disse que os policiais penais que faziam a guarda do prédio do Escritório Social lhe impediram de acessar o serviço, pois ela estava sem seu documento de identificação oficial.

Essas falas e posturas preconceituosas em relação à Dandara eram muito latentes no espaço do Escritório Social, tanto que, em um determinado dia, o celular institucional do serviço sumiu e eu acompanhada da equipe procuramos por todo o Escritório Social e só o encontramos muito tempo depois junto aos materiais de escritório, porém no meio dessa procura, um dos funcionários sugeriu que talvez Dandara tivesse furtado o celular, já que ela estava sempre por lá. Esse foi um dos momentos mais difíceis pra mim, pois de tantas pessoas que transitam e trabalham naquele espaço, porque justamente Dandara que teria praticado tal ato? Essa resposta estava bem clara.

Na época em que esse texto foi escrito, Dandara estava em situação de rua, portanto não tinha nenhum lugar para morar. Ela se prostituía para conseguir sobreviver e fazia programas geralmente à noite. Muitas vezes, pela manhã ia ao Escritório Social em busca de alimentação, como já relatei, mas não só isso, Dandara também ia ao Escritório Social para dormir. Já foram incontáveis as vezes que encontrei Dandara dormindo nas cadeiras e debruçada sobre a mesa da copa. Dandara também ia ao serviço encontrar outras pessoas egressas que ela conhecia e que trabalhavam no Escritório Social, a disposição de um dos setores que compartilhavam o espaço do prédio com esse serviço, como auxiliar de serviços gerais para conversar com elas, principalmente com outra mulher transexuak que cumpriu pena no mesmo tempo e na mesma cela que ela, quem chamarei de Sueli. Dandara e Sueli nutriam uma amizade desde o tempo em que estavam cumprindo pena no regime fechado; seus vínculos se estreitaram e naquele espaço elas se ajudavam mutuamente. Aqui fora, essa amizade perdura. Algumas vezes cheguei à copa e elas estavam conversando, e lembro-me de um momento em que Sueli estava muito irritada com Dandara e falou *que 'ela tinha que se organizar na vida, que tinha que tomar postura'*. Já em outro momento, Sueli me

perguntou sobre o que eu achava de ela chamar Dandara para morar consigo em sua casa já que ela estava em situação de rua, que ela queria muito fazer isso, mas que tinha medo de Dandara levar pessoas desconhecidas para lá. Conversamos e ela disse que iria pensar e amadurecer a ideia. De toda forma, a amizade de Dandara e Sueli apresenta-se enquanto uma relação potente, cheia de momentos bons e outros conflituosos, que as auxilia, sobretudo, a encarar a vida.

Dandara vivia numa situação de extrema vulnerabilidade social e diversas vezes já pediu lâminas de barbear a assistente social do Escritório Social e sabão em pó para lavar suas roupas. Muitas vezes, dentro do Escritório Social, Dandara também já foi alvo de comentários eugenistas em relação a sua aparência 'que ela estava muito suja, que precisava tomar um banho, que suas unhas estavam sujas'; em todos os lugares que Dandara circulava, incluindo o Escritório Social, sua aparência, seus trejeitos, eram alvos de comentários que objetivam depreciar quem ela é. Algumas dessas falas são ditas na presença dela, porém boa parte é dita quando ela não está.

Percebo também que Dandara possui uma falta muito grande de escuta atenta, tanto que ela estabeleceu conversas com praticamente todos os funcionários do Escritório Social, contando sobre suas questões, relacionamentos amorosos etc.

Em uma reunião, a equipe do Escritório Social chegou a uma decisão de encaminhar Dandara para uma das vagas de trabalho existentes nos convênios devido à situação de extrema vulnerabilidade em que se encontrava. Sendo assim, ela foi direcionada para essa vaga, porém, permaneceu no emprego por apenas dez dias. Segundo a equipe do local de trabalho em que ela estava, Dandara foi demitida, pois não estava chegando no horário estabelecido e possuía reiteradas faltas. Já Dandara disse que o motivo de ela ter sido demitida foi porque ela foi realizar um programa com um homem e ele havia oferecido pó para ela cheirar, daí ela perdeu o horário de trabalho. O fato de ela ter sido desligada do emprego gerou uma revolta nos egressos que trabalhavam no Escritório Social e principalmente em Sueli, tanto que a presenciei mais uma vez brigando com Dandara por ela, '*estar desperdiçando as oportunidades da vida*'. A partir disso, Sueli ficou intrigada com Dandara e disse que '*tinha largado de mão*⁴⁷, que não se preocuparia mais com ela'.

Dandara é considerada um indivíduo perigoso, um Outro que deve-se evitar. A construção dos indivíduos considerados perigosos, especificamente em nossa

⁴⁷ 'Largado de mão' significa não se importar mais com alguma coisa ou pessoa.

sociedade, põe uma divisão entre os ditos “cidadãos de bem” e aqueles outros que se devem segregar e separar dos demais.

Sobre a construção da figura do Outro, Butler (2011) afirma que, através do rosto das pessoas, que não necessariamente significa a face, mas tudo que possa expressar algum sentimento, somos impelidos para a precariedade da vida do Outro. Esse rosto, que pode ser qualquer parte do corpo, como uma representação do mal, o rosto do Outro como algo espantoso, digno de violência, que tem o potencial de falar, de verbalizar e comunicar. Butler se refere à mídia norte americana que elabora processos de esvaziamento contra os rostos muçulmanos, afirmando que estes são menos humanos e também estão na linha dos menos que humanos de forma que não nos reconheçamos neles. Assim, Butler (2011) entende que certas vidas são precárias para a sociedade, não são passíveis de luto, e diz que a mídia estadunidense, por exemplo, imprime uma imagem das pessoas muçulmanas enquanto terroristas, inimigos, o que afasta e impossibilita que a população cultive qualquer sentimento de empatia acerca dessas pessoas.

O pensamento de Butler (2011) me faz perceber que as vidas que passaram pela prisão são, no limite, consideradas menos que seres humanos, principalmente se forem mulheres negras transsexuais. O rosto dessas pessoas não incita compaixão do corpo social, antes, violência. A mídia, especificamente a mídia local de João Pessoa/PB, produz um discurso que insensibiliza a população a reconhecer esses sujeitos enquanto pares; se uma mulher negra que passou pelo sistema prisional morre, os ditos cidadãos de bem se alegram, afinal, é menos uma para fazer o que é dito mal. Essas vidas não são dignas de luto, do contrário, toda a indignação, raiva e hostilidade da sociedade são despejadas nelas. Nesse sentido, o rosto de Dandara é visto pelas pessoas enquanto algo que causa e gera espanto; é uma vida precária que em hipótese alguma é passível de luto, pois, sua existência é colocada na linha de menos humana. Infelizmente é comum que os corpos de pessoas transexuais e travestis sejam alvo de violências mesmo após a morte, pois, nos rituais de sepultamento, as pessoas costumam vestir seus corpos com roupas que não condizem com o gênero expressado durante a vida. Ou seja, se não há luto, tampouco há respeito.

A história de vida de Dandara mexeu muito comigo. Todos os dias em que ela ia ao serviço, me deparava com uma nova questão que a colocava em um lugar marginalizado; todos os dias que ela ia ao Escritório Social eu me surpreendia com o quanto que ela é vulnerável; sua passagem pela prisão, o fato de ela ser uma mulher

transsexual, negra, miserável, inserida em um sistema que só quer a sua morte e extermínio. Nessas condições, parece que viver acaba se tornando um ato de coragem e resistência.

Dandara relatou que cumpriu o tempo de pena do regime fechado em um local específico para o público LGBTQIAPN+, entretanto em um presídio masculino⁴⁸, e nesse local passou por diversas situações violentas; ela relatou que na cela em que ‘morava’ existiam brigas constantes entre as próprias parceiras que dividiam o mesmo espaço que ela, que os recursos eram escassos (ex: material de higiene pessoal) e que ouvia insultos vindos dos agentes penais.

Escrevendo sobre a vivência violenta de Dandara no cárcere, lembro-me de alguns relatos de experiências vivenciadas por outra mulher negra transexual usuária do Escritório Social, que aqui chamarei de Ana Maria. Ana Maria é uma mulher que também passou pelo mesmo espaço de cumprimento de pena em regime fechado em que Dandara esteve e, quando saiu do cárcere, trabalhou um tempo na sede do Escritório Social a disposição de um dos setores que trago neste trabalho. Entretanto, sua passagem por aquele local foi breve, pois surgiram boatos que ela havia furtado uma quantia em dinheiro de alguma das pessoas que ali trabalhavam, portanto ela fora transferida pelo setor que ela estava subordinada para trabalhar em outra instituição. Nesse local, Ana Maria desempenhava diligentemente suas funções, porém, depois de um tempo, passou a faltar recorrentemente ao trabalho e a sair no meio do expediente sem nenhuma justificativa prévia. A partir disso, seus empregadores a advertiram e ela foi até ao Escritório Social para relatar sobre o que estava acontecendo. Nesse sentido, Ana Maria foi conversar comigo e relatou que um dos motivos de suas saídas rápidas e sem aviso prévio no meio da rotina laboral era que, quando ela esteve na unidade prisional, as outras pessoas que lá estavam com ela a violentaram sexualmente, de maneira contínua, de forma que nos dias atuais pós-cárcere, ela não conseguia administrar seus movimentos intestinais, causando uma incontinência fecal; Ana Maria relatou que às vezes em que ela saia desesperada em pleno horário de trabalho era para ir para a casa, pois não aguentava cumprir os horários regulares que a empresa estabelecia devido a esse problema de saúde que adquiriu decorrente das violências que foram perpetradas no seu corpo na prisão.

⁴⁸ A Resolução nº 348 de 13 de outubro de 2020 do CNJ diz que os juízes precisavam perguntar as pessoas transexuais se elas preferem ficar presas em unidades prisionais masculinas ou femininas, porém, no dia 14 de agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou essa resolução afirmando que cabe aos juízes decidir se essas mulheres irão cumprir pena em regime fechado em presídios masculinos ou femininos.

As violações enfrentadas pelas mulheres negras transexuais dentro da prisão refletem as violências que elas enfrentam na realidade extra muros do cárcere. A precariedade da vida dessas mulheres egressas do sistema prisional é refletida em diversos âmbitos, e um deles é o mercado de trabalho. Se para as mulheres negras cis gênero egressas da prisão são reservadas vagas de emprego relacionadas à limpeza, as mulheres negras transexuais não chegam nem a serem cogitadas para essas vagas. Tomo como exemplo a experiência de Dandara, que recebeu diversas respostas negativas em relação à inserção no trabalho nos órgãos conveniados à SEAP; é difícil perceber que nem para trabalharem em serviços considerados subalternizados essas mulheres são cotadas e, quando são, passam por várias violências dentro desses espaços.

Em relação a essa questão em especial, trago o caso de outra mulher negra transexual egressa da prisão que chamarei de Beatriz. Beatriz também é usuária do Escritório Social e fora encaminhada pela equipe para trabalhar enquanto auxiliar de serviços gerais em uma dessas instituições conveniadas com a SEAP para contratação de egressos. Nesse local, Beatriz vivenciou situações de violências extremas até chegar ao momento em que fora impedida de entrar nesse local, pois, era *persona non grata*. Um dos motivos para que isso acontecesse fora que um dos vigilantes do lugar havia cometido transfobia com a mesma diversas vezes através de comentários e em todas as vezes ela o rebateu. A partir disso, os responsáveis pelo convênio decidiram desligá-la e afirmaram que *'apesar de ela trabalhar muito bem, ela era muito queixuda'⁴⁹ e não se encaixava no padrão da instituição'*, fora que na maioria das vezes que essas pessoas se referiam a Beatriz a chamavam de 'homossexual'.

Com pouca ou nenhuma oportunidade, as mulheres negras transexuais egressas da prisão recorrem à prostituição, como é o caso de Dandara, que realizava programas para providenciar o que precisava para sobreviver. Essas questões específicas da vida dessas mulheres mostram que a transfobia faz parte de suas rotinas e se demonstra através de práticas institucionais do cotidiano.

A seguir, trarei acerca da violência institucional enquanto elemento central na vida das mulheres que participaram desta pesquisa.

3.2.4 “DOUTORA, VAMOS COMIGO!”: violência institucional

⁴⁹ Quem rebate, quem não se cala e não aceita passivamente uma situação.

Uma situação interessante e angustiante a se destacar é que, em um dos dias em que eu estava dialogando com Conceição no Escritório Social, a Polícia Civil chegou à instituição a procura de uma outra mulher negra egressa do sistema prisional que trabalhava por lá, que nomearei de Sheila. De forma extremamente truculenta, os policiais à paisana adentraram no Escritório Social e arrastaram Sheila junto com eles. Quando ouvi a movimentação, saí da sala e, percebendo o que estava acontecendo, tentei dialogar com os mesmos, afirmando que aquela não era a forma de entrar em um órgão do Estado, que eles precisavam respeitar o local e, sobretudo, a pessoa egressa que eles estavam procurando, e eles diziam que estavam com um mandato de busca e apreensão para a casa da egressa e que só sairiam dali com a mesma. Sendo assim, chamei Sheila na minha sala, conversei com ela e chorando muito, ela disse que não iria com eles e pediu: *“Doutora, vamos comigo!”*, porém, nesse ínterim, os policiais a levaram até sua casa para cumprir o mandato. Pouco tempo depois, Sheila retornou ao Escritório Social, relatando que os policiais foram até sua casa, reviraram tudo e não encontraram nada que pudesse incriminá-la e levá-la presa, e afirmou que, no caminho até sua residência, eles foram ainda mais violentos do que já tinham se mostrado, proferindo xingamentos e ofensas contra a mesma.

Passado esse acontecimento, os dias no ambiente de trabalho seguiram tranquilos até que um outro mandato fora expedido para ela, para que retornasse ao regime fechado, ao cárcere, pois, havia sido apreendida novamente pela Polícia, junto com seu marido, e como ela estava no regime semiaberto, ela precisaria retornar a prisão e não poderia continuar trabalhando no Escritório Social. Essa inclusive fora uma situação muito delicada, pois, eu tive que comunicá-la sobre a decisão judicial e ela chorou muito, falando que ‘não tinha com quem deixar sua filha, que não se imaginava novamente dentro daquele lugar e que ia entrar em contato com o advogado’. Em desespero, Sheila afirmou que não retornaria à unidade prisional e a cumprir a pena no regime fechado devido principalmente pelo fato de não ter a quem direcionar os cuidados da sua filha de quatro anos de idade, pois, seu marido, que já estava cumprindo pena em liberdade, havia voltado para o presídio no mesmo dia em que foram apreendidos juntos, que não confiava em sua sogra e que não tinha família. Nesse momento, Sheila se despediu e foi embora do serviço.

Alguns dias depois, entrei em contato com Sheila para saber como ela estava e se havia decidido cumprir o mandado judicial e ela reafirmou ‘que estava indo e que não retornaria ao presídio, pois, não tinha com quem deixar sua filha’. Após esse momento,

tentei contato com ela alguns outros dias, porém, a mesma não atendeu as ligações nem respondeu no WhatsApp e, infelizmente, não consegui obter mais nenhum outro contato com ela até o dia em que escrevo essas linhas.

Sheila tinha vinte e oito anos e foi condenada a sete anos e onze meses de prisão pelo crime de roubo. Através do cadastro realizado no Escritório Social, ela fora trabalhar conosco na instituição e trabalhou lá cerca de sete meses.

A ação violenta direcionada por agentes do Estado contra Sheila através de um procedimento padrão, que na rotina dos mesmos é considerado comum, evidencia alguns traços da violência policial. Conforme Cappellari (2018, p. 02, 03)

Tencionase chamar de violência policial aquela produzida por agentes de segurança pública do Estado.

[...] as forças policiais são instituições autorizadas a usar a força, embora tenha que se diferenciar entre uso da força e violência policial, haja vista que uma determinada prática ainda que tenha sido declarada legítima em algum momento, pode vir a ser interpretada como violenta e ilegal em outras épocas e sociedades. Hoje, inúmeras práticas são reconhecidas como formas de violência policial: a tortura; as detenções violentas; as mortes sob custódia; o abuso da força letal; o controle violento das manifestações públicas; as operações policiais e a intimidação e a vingança. O fato é que partimos do pressuposto que a violência policial no âmbito brasileiro, contexto que nos toca, é estrutural e institucionalizada, produzindo uma cultura policial que tencionamos influenciar as práticas judiciárias, inclusive.

Nessa situação específica, a violência policial caracteriza-se através da detenção violenta que fora direcionada ao corpo de Sheila quando a mesma estava em seu ambiente de trabalho. Considerei importante relatar esse acontecimento e junto com ele trazer um pouco sobre a história de Sheila, pois, foi uma ação de agentes do Estado que se dirigiu a uma mulher negra egressa do sistema prisional de uma forma extremamente brutal. É crucial entender esses movimentos e perceber como a violência é um fator que faz parte do cotidiano dessas pessoas.

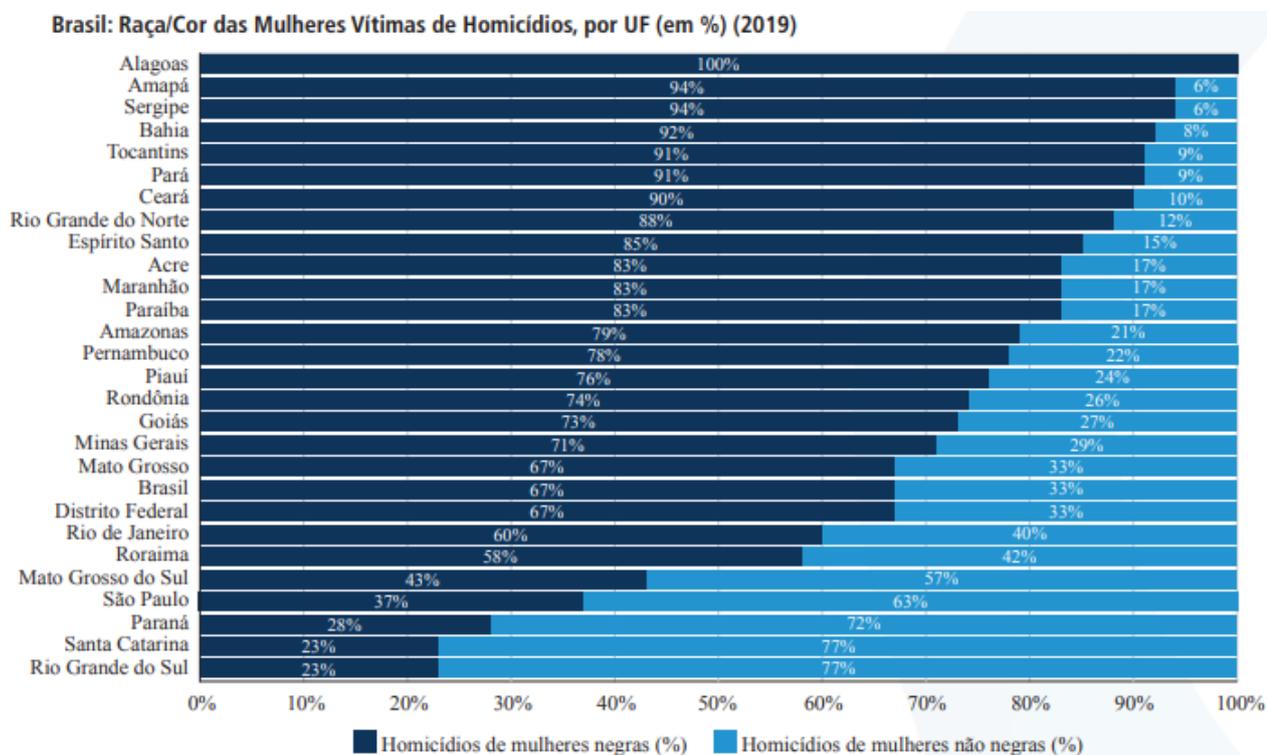
3.2.5 Outras formas de violência

Ainda sobre as mais variadas formas de violência sofridas por mulheres, conforme dados Atlas da Violência (2021), no que diz respeito ao feminicídio, em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil e destas 66% eram negras⁵⁰. Acerca da

⁵⁰ “Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra

raça das mulheres vítimas de homicídios em 2019, a pesquisa mostra detalhadamente os dados por cada estado do Brasil:

Figura 11: Quantitativo Raça/Cor das Mulheres Vítimas de Homicídios, por UF



Fonte: www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf

Através desse gráfico, pode-se observar claramente que a maior parte das mulheres vítimas de homicídios são negras, com índices de violência chegando a 100% no estado de Alagoas. Na Paraíba, 83% das mulheres que foram assassinadas são negras enquanto apenas 17% são mulheres não negras. Esse dado, além de alarmante, é importante para demonstrar que as formas de violências construídas historicamente contra as mulheres negras ainda se fazem presentes em suas vidas chegando muitas vezes ao feminicídio.

Nas experiências com essas mulheres, e com outras usuárias do Escritório Social, percebi que elas majoritariamente se sentiam muito à vontade para falar de suas vidas, sem nenhuma restrição e diziam que ‘é importante se sentirem ouvidas’. Percebi que elas gostavam e até sentiam necessidade de falar e, principalmente, de uma escuta⁵¹ atenta. Refleti que a possibilidade de ser realmente ouvida é essencial para

morta, morrem 1,7 mulheres negras.” (Cerqueira, Daniel. Atlas da Violência, 2021).

⁵¹ Assemelha-me à Segato (2012) quando afirma que seu ‘procedimento é a escuta etnográfica’.

uma vida saudável e que, nas realidades delas, isso também aparece enquanto uma violência, pois, elas relataram que não conseguiam serem ouvidas de verdade, dentro de casa, na rua ou nas instituições. Com firmeza, elas diziam que *‘é bom poder falar sem julgamentos’* ou *‘eu precisava muito falar isso’*, por exemplo. Pensei também que a oportunidade de ser ouvida não é para todas, principalmente a quem pertence a grupos invisibilizados como esse.

Através da análise bibliográfica de situações de violência vivenciadas pelo público pesquisado, percebo que diversos elementos históricos ainda se repetem no dia a dia dessas mulheres. As práticas violentas fazem parte de suas vidas desde a infância, nas relações familiares, o que, por conseguinte, muitas vezes as impediu de vivenciar o acesso à educação e a outras possibilidades que a infância oferece. Violências sexuais quando eram crianças e ao longo da vida, violências físicas através de espancamentos dos que se dizem seus companheiros, violências instrumentalizadas pelo Estado ao negar direitos básicos a essas mulheres estão presentes em suas trajetórias que são marcadas pela dor.

Entretanto, nas histórias de vida das mulheres, percebe-se elementos de resistência que elas utilizaram para se sobressaírem em diversas situações inclusive após o cumprimento total de suas penalidades perante o Poder Judiciário, como trarei a seguir.

3.3 RESISTÊNCIA

Acredito que, nesse movimento de rememoração das vivências das mulheres negras ao longo da história e de conexão com suas histórias de vida das mulheres negras egressas da prisão, seja crucial também mostrar as formas de resistência que foram e são utilizadas por elas. Rocha (2012) mostra as experiências de lutas pela liberdade de três mulheres negras escravizadas na Paraíba⁵²: Gertrudes Maria, Juliana e Salústia. Gertrudes Maria exercia a função de quitandeira que andava pela cidade vendendo os mais variados produtos, bem como alimentos. A autora diz que

O trabalho de quitandeira exigia de Gertrudes Maria um frequente deslocamento por inúmeras artérias urbanas, abrindo possibilidades para a formação de redes sociais com pessoas livres ou escravizadas, pobres

⁵² “As trajetórias dessas três mulheres negras na Paraíba oitocentista evidenciam fragmentos das lutas pela liberdade em diferentes décadas do século XIX e têm em comum o fato de terem nascido em uma província do “Norte”, com baixa presença de pessoas escravizadas, em comparação com outras do Brasil Imperial” (Rocha, 2012, p. 86).

e ricas, que poderiam apoiá-la em um momento crucial como o da ação judicial contra o seu “patrono”, o qual colocava em risco sua liberdade parcial (Rocha, 2012, p. 87).

É interessante perceber que o trabalho exercido por Gertrudes Maria poderia e foi utilizado enquanto estratégia na luta pela sua liberdade, pois, ao circular pela cidade, ela conhecia pessoas e construía laços que a auxiliaram numa ação judicial contra “seu senhor” que a colocou em risco de perder a liberdade a qual já havia adquirido de forma parcial.

Juliana, a partir de valor monetário formado através de serviços extras ou contando com apoio de alguns amigos, conseguiu comprar a liberdade de sua filha Maria, de nove anos em 1863 e, dois anos antes, sua mãe Luísa também havia conseguido adquirir sua liberdade.

Vale destacar que Juliana viveu em um período em que se intensificou o tráfico interprovincial e em que escravos atingiram seu maior valor. Mesmo assim, ela e sua família superaram as dificuldades e se libertaram, com a compra de alforria sem “condição alguma”, passando a compor a população forra da Paraíba (Rocha, 2012, p. 91, 92).

Já Salústia também executou ações que visava sua liberdade também em contato com a justiça paraibana da época

A história de Salústia, a seu turno, é a de uma astuta escravizada que foi alertada de que seu nome não constava no *Livro de Matrícula de 1873* e de que, se conseguisse comprovar o fato na Justiça, poderia conseguir sua carta de liberdade. Assim, ela entrou com ação judicial, sob a alegação de não ter sido matriculada como “escrava”. Salústia morava em Mamanguape, no litoral norte da Paraíba, promovida à condição de cidade em 1855 e, oito anos depois, à de comarca, recebendo estrutura jurídica e atendendo inclusive a outras áreas da região (Rocha, 2012, p. 92).

As histórias dessas mulheres mostram as formas que elas encontraram dentro do sistema escravista no estado da Paraíba para burlar e conseguirem suas liberdades. Elas são figuras históricas que merecem ser trazidas e lembradas enquanto fortes agentes políticos que lutaram por uma vida melhor mesmo dentro de um contexto opressor. Para isso, foi necessário paciência, muito trabalho e persistência no objetivo que almejavam que era a mudança das condições sociais em que viviam, mesmo que esse propósito fosse uma liberdade precária, mas que para elas, naquela realidade, seria um grande avanço. Histórias como essas são extremamente necessárias de serem

trazidas, pois, mostram que as mulheres negras escravizadas não aceitavam a situação em que se encontravam de forma passiva, pelo contrário, se articulavam e encontravam formas de resistir aos movimentos de opressão.

Penso que seja importante relacionar as ações de resistência dessas figuras históricas com as práticas de mulheres negras egressas do sistema prisional que trago nesta pesquisa. Um comportamento que considero como uma estratégia de resistência das mulheres é a expectativa de vida que as mesmas têm a partir da extinção de suas penas perante o poder judiciário, pois, mesmo com tantas impossibilidades que se apresentam em suas vidas, as mulheres preferem acreditar que a partir das conclusões de suas condenações, novos caminhos e novas oportunidades surgirão.

3.3.1 “[...] HOJE EU TENHO VIVIDO MAIS, TENHO MAIS EXPECTATIVA, MAIS ESPERANÇOSA PELAS COISAS”: extinção de pena

Como já fora dito, a partir da extinção de suas condenações perante a justiça paraibana, as mulheres vislumbram novas possibilidades para as suas vidas. Nesse sentido, gostaria de iniciar relatando a experiência de Carolina. Carolina é mais uma mulher negra egressa do sistema prisional, tem quarenta e cinco anos de idade e é usuária do Escritório Social. Conheci Carolina através do projeto ‘Empreender Mulher Reintegração Social’ que disponibilizou linhas de crédito para quinze mulheres egressas do sistema prisional que desejavam empreender, montarem seus próprios negócios⁵³. Inicialmente, Carolina não seria uma das mulheres contempladas por esse projeto, porém, logo na primeira reunião de apresentação da proposta ela estava lá, acompanhando uma colega que tinha sido convidada e nessa oportunidade ela se apresentou e pediu para participar também.

Acerca da sua vida após o término de sua pena, Carolina disse:

“Eu passo a entender tudo diferente, porque, na verdade, quando eu vi no meu papel, não quando eu recebi o papel, quando eu vi a minha extinção de pena, que ela acabaria dia treze de janeiro de dois mil e vinte e dois, que eu olhei na VEP, que eu fui no celular e olhei na VEP e meu

⁵³ O projeto foi pensando conjuntamente por diversos atores e surgiu a partir de uma demanda recorrente do público usuário do Escritório Social da Paraíba, de pessoas que chegavam até o serviço e relatavam que, antes de serem presas, empreendiam em alguma atividade e que, devido à prisão, essa trajetória havia sido interrompida e que desejavam retornar com seus próprios negócios. Sendo assim, foram feitas articulações com a Gerência de Ressocialização, Secretaria Executiva do Empreendedorismo, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana para execução da referida iniciativa.

nome já não estava lá registrado como pena, você passa a ter uma nova expectativa diante da justiça, você não dever nada, sabe? Eu vivi oito anos com medo de não errar, de uma falta, de uma falha, de não voltar, de não ver a sua família constante porque foram 08 anos duros, de angústia, porque as vezes eu tava ali, num tem? Porque eu passei 02 anos no semiaberto, tinha que ir todo dia, as vezes você não tem passagem, as vezes as coisas é difícil, as vezes você sai de casa, sua filha tá doente, você tem que ir, né? [...] Saia na chuva, atrasava um pouco, 10, 15 minutos e você chegar perturbada pra não atrasar”.

Carolina afirmou que compreendeu que sua pena tinha sido extinta através do documento de extinção de punibilidade disponibilizado pela Vara de Execuções Penais (VEP) de João Pessoa⁵⁴. A partir disso, como a própria afirmou, ela passou a ter uma nova perspectiva sobre a vida, pois, durante seis anos em que ela estava cumprindo pena em liberdade, vivia em estado de constante vigilância, dado que por qualquer falha ela poderia retornar ao regime fechado do presídio. Carolina relatou também que durante dois anos cumpriu pena em regime semiaberto em que tinha a possibilidade de passar o dia inteiro fora da unidade prisional e retornar a partir das dezoito horas, entretanto nesse período ela se preocupava bastante se teria condições financeiras de pagar a passagem do ônibus para ir à prisão e qualquer atraso, o mínimo que fosse, ela já seria penalizada.

Antes de sua pena ser extinta, de ela terminar de cumprir suas obrigações junto ao Poder Judiciário, Carolina trabalhava enquanto auxiliar de serviços gerais em um órgão do governo do estado da Paraíba, através do convênio celebrado para contratação de pessoas egressas do sistema prisional que ainda estão cumprindo pena nos regimes semiaberto, aberto e livramento condicional. Após o término da pena, a coordenadora desse local em que ela trabalhava conseguiu um emprego para ela em uma empresa privada em João Pessoa e ela ficou bastante feliz, pois estava preocupada em como subsistiria sem um trabalho.

Ainda sobre a vida pós-pena, Carolina falou:

“Eu saí, graças a Deus não devo nada a justiça e hoje eu tenho vivido mais, tenho mais expectativa, mais esperançosa pelas coisas, às vezes você pode não acreditar nas pessoas, porque tem muita gente que discrimina a pessoa, mas, graças a Deus, eu sempre mostrei ser diferente[...]

⁵⁴ “As Varas de Execuções Penais podem ser da Justiça Estadual ou Federal, chefiadas por juízes. São responsáveis por processos de pessoas que foram condenadas pelas varas criminais ou por júris populares” (Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 2019).

Carolina confirmou que após o término de sua pena ‘tem vivido mais’, sem as condicionalidades que a condenação lhe apresentava.

Recentemente, tive outro contato com Carolina em que ela me ligou relatando que tinha sofrido um acidente e que estava em casa se recuperando e que havia sido demitida do emprego. Nesse momento, conversamos um pouco e disse que se ela precisasse de auxílio poderia entrar em contato com o Escritório Social que a equipe estaria disposta a estar junto dela nessa situação. Após esse contato, não consegui falar com ela novamente.

Ainda sobre as perspectivas de vida após a extinção da pena, trago a experiência de Lélia. Lélia tem vinte e oito anos e foi presa pelo crime tipificado no Artigo 157 do Código Penal Brasileiro⁵⁵, o roubo. Nós nos conhecemos também através do projeto ‘Empreender Mulher Reintegração Social’, que já fora relatado neste capítulo, e a partir de então Lélia iniciou suas idas ao Escritório Social. Lélia afirmou que

“Não tenho muita expectativa do futuro, sabe? É de mim mesmo assim, eu não tenho expectativa, assim, falta pouquinho para mim terminar⁵⁶, dois anos pra mim terminar, penso em me limpar, não dever mais nada, sei lá, procurar uma melhora assim, pelo menos de saúde né? Melhorar de saúde pra viver, assim, não tenho muita expectativa não, assim, eu só pretendo não fazer mais nada errado pra não entrar na prisão, não entrar e não fazer nada errado. Mas expectativa, expectativa assim eu não tenho não, de dizer assim, estudar, tenho não, meu cérebro não raciocina essas coisa. Eu tendo o que comer e tendo uma casa pra dormir tá bom”.

Lélia disse que o que faz ela ainda querer trabalhar e seguir em frente é porque agora ela tem um filho sob sua responsabilidade: *“Eu só quero criar meu filho com dignidade, somente”*. Ela disse que o pai de seu filho cumpre com a responsabilidade de pai, porém, *“[...] o fardo maior sempre fica com a mulher”*. Logo após os momentos das entrevistas, Lélia soube que estava grávida novamente e voltou a afirmar que ‘o que faz que ela tenha alguma perspectiva de futuro é devido aos seus filhos’. Por ela mesmo, Lélia afirma que não tem expectativa a não ser pelos seus filhos.

Ainda sobre a vida após a prisão, Lélia disse que

“A vida continua dura, né? A vida continua dura, mas, a pessoa com uma oportunidade fica melhor, né? Porque a pessoa sem uma oportunidade fica difícil. Porque assim, muitos que quando caem lá dentro, caem por tráfico, por roubo, alguma coisa assim, muitos as vez, é, veve nessa vida

⁵⁵ “Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”.

⁵⁶ Quando ela disse que ‘falta pouco para terminar’ refere-se a sua pena que faltam dois anos para se extinta.

por safadeza, e outros porque não têm opção nem oportunidade. Eu mesmo assim, eu sempre, o que aconteceu comigo eu fiz de safada, não vou mentir, fiz de safadeza porque a minha mãe e meu pai nunca acoitou essas coisas dentro de casa, chegar com coisa, com roubo, ou com droga eles nunca aceitaram, eu fiz por safada mesmo. Eu fui safada, fui na onda dos outros e me lasquei”.

Acredito que seja crucial frisar quando Lélia falou que ‘a vida continua dura’, afinal, quais benefícios efetivos que o tempo no cárcere traz para a vida das pessoas a não ser marcas de sofrimento? Portanto, colocar que a vida que sempre foi difícil continua o sendo é importante para provar que a prisão não produz nenhum bem, não ressocializa e não prepara o ser humano para uma vida em sociedade.

Nesse sentido, gostaria de contar acerca da história de vida de Lélia. Sua mãe teve cinco filhos, entretanto, um deles foi assassinado com dezessete anos no ano de 2013 devido a ‘guerra de facções’: a família dela era de uma facção e as pessoas que assassinaram seu irmão eram de outra. Lélia contou que haviam questões específicas que movimentavam as relações familiares dentro de casa, principalmente quando ela relatou sobre as ausências e questões relacionadas a seu pai que bebia muito e era ausente e acerca do assassinato de seu irmão.

Lélia disse que estudou até os treze anos: *“Acho que meu cérebro não é muito bom não, acho que é por conta dos aperrei, também usei drogas, acho que deve ter sido isso, aí afetou meu cérebro mais ainda”*. Disse também que gostava de se juntar com pessoas que a incentivavam a fazer uso abusivo de substâncias e *“isso me levou até onde eu tô agora”*. Ela falou que foi presa junto com um rapaz e hoje responde sozinha por isso: *“ele foi preso, se soltou primeiro do que eu e nunca foi... só tem o nome no processo porque lá ele nunca foi, teve sorte”*.

Lélia passou quatro meses presa em regime fechado e um ano no regime semiaberto, que passava o dia todo fora do presídio, mas que ao final da tarde precisava retornar para lá para dormir. Nesses momentos ela relatou que *“quase tocava fogo lá dentro, porque tinha muito aperrei, foi Jesus⁵⁷ que não deixou”*. Após isso, colocou a tornozeleira eletrônica e permaneceu com ela durante um ano e dois meses e que *“vivia mais na média⁵⁸ do que em casa”*, pois, sua tornozeleira vez ou outra apresentava problema de funcionamento: *“duas vez no mês eu tava lá pra ajeitar o carregador ou se não ela estava fora de sinal”*. Esse relato de Lélia era muito comum

⁵⁷ Percebe-se uma referência positiva ao divino na fala das mulheres;

⁵⁸ Referindo-se a Penitenciária de Segurança Média Hitler Cantalice que é responsável por fazer o monitoramento e manutenção das tornozeleiras eletrônicas.

entre as outras pessoas egressas da prisão que são atendidas no Escritório Social; comumente a equipe do serviço recebia usuários relatando que já foram retirados e colocados vários equipamentos e que geralmente apresentam problemas de funcionamento, o que ocasionava diversas idas a Penitenciária de Segurança Média Hitler Cantalice para ajustes. Importante dizer que o relato de Lélia e de mais algumas pessoas que são acompanhadas pelo Escritório Social mostram que as 'idas a Média', como eles dizem, são via de regra acompanhadas por humilhações, gritos e também agressões tanto que, alguns usuários do Escritório Social solicitam o acompanhamento de algum profissional do serviço nesses momentos. Essas idas acontecem geralmente mensalmente, porém, como boa parte dos equipamentos apresentam falhas constantes no funcionamento, esse trajeto se torna mais comum do que deveria ser. Cada 'ida a Média' representa um ritual de afronta a dignidade dessas pessoas que precisam passar por essa situação.

Lélia contou que a relação com seus pais sempre foi muito boa, porém, ela recebeu uma educação rígida '*sem afagos*'. Entretanto, logo após falar que a relação com seus pais sempre foi tranquila, Lélia disse que ela, sua mãe e suas irmãs sofreram muito na infância, pois o seu pai só queria "*raparigar e tomar cachaça*". Lélia possui um diagnóstico de esquizofrenia e disse que "*[...] tinha esse problema desde criança, mas, as condições financeiras da família não permitiam que me cuidasse, tem gente que diz que é safadeza, mas, desde criança que eu tenho esse problema*". Ela também relatou que desde a infância também possui diagnóstico de epilepsia, às vezes tem crises, e reforçou que as crises de esquizofrenia e epilepsia aumentaram devido às perdas que ela sofreu em sua vida, em relação às pessoas que faleceram de sua família das mais variadas formas, a exemplo do seu irmão. É nítido nas falas de Lélia como a morte do seu irmão impactou e ainda impacta a sua vida.

Lélia e sua família são naturais da cidade de Campina Grande, na Paraíba, e vieram para João Pessoa após seu tio assassinar uma pessoa naquele local e "*[...] depois que ele matou essa pessoa a vida da gente virou um inferno*".

Lélia é uma das mulheres que mais me apeguei durante a pesquisa e durante o cotidiano de trabalho, pois, Lélia desempenhava a função de auxiliar de serviços gerais no Escritório Social. Apesar das durezas que aqui foram relatadas, Lélia apresentava um senso de humor raro, tanto que os momentos de diálogo nas entrevistas, apesar de possuírem por pauta temas difíceis, muitas vezes se tornavam mais leves devido a isso.

Andreza, que tem trinta anos de idade e também relatou acerca do que espera para a sua vida a partir do seu término de pena:

“Trabalho, vida do crime não quero”

“Eu vejo as meninas tudo novinha assim e digo: vem cá senta aqui. Muitos me respeitam, tem aquela consideração, muitos não. Me vê assim, perguntam como tô. Fumo minha coisa, não nego pra ninguém, chego lá, sento com elas assim e digo: minha irmã, se oriente, isso não é vida pra ninguém não. Eu sou prova viva disso, eu tenho trinta anos, desde quatoze anos que eu era envolvida na vida do crime, eu sou a prova viva disso, olha eu aqui. Eu vi uma família se destruindo na minha frente que foi a família do meu marido [...] e eu sobrei com meus filhos”.

A partir do relato das mulheres, percebe-se que as mesmas objetivam novas experiências para as suas vidas a partir do momento em que suas condenações forem encerradas, pois sem as obrigações que a pena coloca, como, por exemplo, ter que comparecer a Penitenciária Feminina local mensalmente para assinatura que comprove que elas estão cumprindo seus deveres a partir do regime⁵⁹ em que estão, novos caminhos se abrem em suas vidas. Entretanto, há mulheres que não possuem tantas perspectivas para além do processo penal como é o caso de Lélia, que confirmou que ‘o motivo de ela continuar lutando e vivendo é para poder dar uma vida melhor a seus filhos’.

Conforme Miranda, Goldberg e Bermudez (p. 4601, 2022)

A reinserção social tem como premissa a garantia de humanização da passagem da pessoa privada de liberdade da instituição correccional à sociedade, considerando as questões dos direitos humanos, educação e saúde, a fim de situar o indivíduo que infringiu a lei como centro do processo e não o crime. Apesar das dificuldades enfrentadas na reinserção social por mulheres egressas serem semelhantes às dos indivíduos do sexo masculino, a intensidade e a multiplicidade de suas necessidades após a privação de liberdade podem ser muito diferentes. A discriminação e estigma presentes na sociedade são mais frequentes em relação ao sexo feminino, devido a estereótipos sociais. Essas mulheres podem ser rejeitadas por suas famílias e, em alguns países, podem perder seus direitos parentais.

Os autores afirmam que o processo de reinserção social pode ser mais difícil para as mulheres devido os estigmas e estereótipos em relação ao gênero. Na minha experiência cotidiana de trabalho com mulheres que saíram do cárcere e que, nesse caso, concluíram suas condenações, observo que para elas o processo de retorno à vida social fora da prisão, a retirada da tornozeleira eletrônica que representa uma

⁵⁹ Semi Aberto, Aberto e Livramento Condicional.

condicionalidade da pena e o encerramento do ciclo do processo penal se apresenta enquanto uma nova chance de viver outras alternativas, porém, os estigmas as acompanham principalmente pelo fato de elas serem mulheres negras e periféricas.

Sendo assim, a partir do que foi dito, pode-se perceber que elementos de violência e de resistência, a partir dos elementos trabalho compulsório, violências sexuais, físicas, gordofobia, o “matriarcado da miséria”, violências institucionais estão presentes de forma concomitante na vida das mulheres que saíram do sistema prisional. As violências aparecem em suas vidas das mais variadas formas e, nesse contexto, elas buscam estratégias de resistência para continuarem seguindo em frente.

No próximo capítulo, abordarei acerca das experiências das mulheres na ‘vida do crime’⁶⁰, a vivência na prisão, sobre influência da religiosidade na vida das mulheres, principalmente da religião cristã de vertente neopentecostal e de como o discurso religioso é imbricado na estrutura do cárcere o que reflete na vivência naquele lugar e especificidades acerca das relações familiares das mulheres.

⁶⁰ É assim que as mulheres se referem ao tempo em que passaram praticando crimes.

CAPÍTULO 04

‘Vida do crime’, vivência na prisão, religiosidade e relações familiares

Neste capítulo, abordarei acerca das experiências das mulheres na ‘vida do crime’, as vivências das mulheres na prisão falando também sobre as relações afetivas que elas estabeleceram lá dentro, a atuação e importância da religiosidade em suas vidas, principalmente a religião cristão de vertente neopentecostal e sobre suas relações familiares.

4.1 “**OXE, ERA DINHEIRO DEMAIS**”: ‘vida do crime’

Na narrativa de boa parte das mulheres negras egressas do sistema prisional, a ‘vida do crime’ iniciou-se através de influência dos que se diziam seus parceiros, companheiros. Entretanto, apesar de esse universo ter sido introduzido em suas vidas a partir de seus cônjuges, algumas afirmaram que ocupavam e ocupam esse lugar porque gostam, como, por exemplo, Andreza que afirmou que *‘gostava de roubar’* e era uma liderança influente no tráfico de drogas em sua comunidade.

Nos diálogos com Andreza, a mesma falou bastante sobre a Comunidade Beira Molhada, no Distrito Industrial em João Pessoa, no qual morou por um tempo, e afirmou: “[...] a Beira Molhada foi uma perdição na minha vida, foi ali que eu me perdi”. Peregrina, Brito e Silveira (2017, p. 462, 463) apresentam informações acerca desse local:

A favela ‘Beira Molhada’, popularmente conhecida como “Três Lagoas”, está localizada entre o Açude das Três Lagoas e as rodovias BR-101 e BR-230, no bairro Jardim Veneza, em João Pessoa, Paraíba, Brasil. Beira Molhada encontra-se inserida no bairro Jardim Veneza, na fronteira com o bairro Oitizeiro, próximo ao Distrito Industrial e distante, 8,7 km do centro da cidade.

É uma favela do bairro Jardim Veneza e caracteriza-se por ser um lugar com poucos acessos a recursos materiais. Julguei necessário trazer uma descrição desse local porque nos diálogos que tive com Andreza ela geralmente o referenciava.

Andreza afirmou que foi na escola na favela Beira Molhada que conheceu o rapaz que posteriormente iria apresentá-la a ‘vida do crime’:

“[...] ele mobiliou a casa e me chamou e eu disse: eu quero isso pra mim, mas eu não quero trazer meu filho porque não é filho seu e eu sei que você teve uma vida errada e a partir do dia que eu vim pra cá eu vou ser

desbaratinada feito você, pronto, fui morar com ele, eu tinha 16 anos quando eu fui morar com ele”.

Ela relatou que foi presa com dezesseis anos, em 2010, na frente do Presídio Sílvio Porto em João Pessoa/PB pelo crime de tráfico de drogas quando estava saindo de uma visita social a seu parceiro que já estava preso; ela havia ido visitar seu companheiro e na saída foi presa e levada ao Presídio Feminino Maria Júlia Maranhão. Andreza afirmou que com dezesseis anos de idade já entrava na unidade prisional, pois esse rapaz havia facilitado a falsificação dos seus documentos para que ela pudesse visitá-lo. Com dezoito anos foi presa novamente em Brasília/ DF, vindo de Rondônia/ RO, com sete quilos e meio de substâncias e, quando retornou de Brasília, foi presa novamente em João Pessoa/PB, com dezenove anos e passou quatro anos e dois meses dentro do Presídio Maria Júlia Maranhão.

Andreza disse que seu ex-companheiro foi transferido pra Recife e lá ele fugiu da prisão. Nessa fuga o sogro dele o assassinou; ele havia se apaixonado por uma adolescente e o pai dela não aceitava esse relacionamento. Quando ele morreu, Andreza estava grávida de oito meses dele e teve que ir buscar o corpo na cidade de Patos, sertão da Paraíba: *“ele morreu em dezembro e eu tive meu menino em janeiro”.*

A entrevistada relatou que, quando seu parceiro morreu, ela assumiu o lugar dele na liderança do tráfico de drogas na comunidade. Relembrando os momentos que viveram no ‘mundo do tráfico’, ela afirmou que

“Oxe, era dinheiro demais! Você tem noção de um dia, da gente transar em cima de 35 mil reais, de ele chegar de uma fita e dizer assim: oh, vamos transar em cima de 35 mil reais, espalhar o dinheiro assim e a gente transar em cima. Era dinheiro demais! Se eu dissesse assim, eu quero isso, ele só não me dava ouro em pó porque, não sei nem porque, e hoje em dia, quando eu cai de novo na cadeia em 2017, depois que ele morreu, veio a realidade [...] quando eu entrei naquela cadeia eu disse assim: De novo aqui? Eu não tô nem acreditando que eu tô de novo aqui. Mas, quando eu sai da cadeia, eu rodei 04 vezes, nessas 04 vezes eu gastei 57 mil reais, pra mim não ir pra cadeia porque meu pânico era voltar pra aquele lugar, só que eu não conseguia sair da vida do crime, eu gostava de roubar, gostava de fazer tudo, ai pronto, fui pra cadeia de novo.”

Nesse fragmento da fala de Andreza, ela afirmou que: *[...] só que eu não conseguia sair da vida do crime, eu gostava de roubar, gostava de fazer tudo”.* Apesar de ter sido apresentada a ‘vida do crime’ pelo seu companheiro na época, Andreza deixou claro que gostava desse universo.

Já na realidade de Guia, a 'vida do crime' fora apresentada pelo seu companheiro na época: "*aí as pessoas falam que romance não influi, influi sim*". Figueiredo (2021) afirma que existe a subordinação da mulher ao homem não só nos espaços domésticos, mas inclusive nas práticas consideradas ilícitas que as mulheres cometem; comumente, os homens considerados "companheiros" as influenciam a realizar crimes. Isso é uma marca muito presente na fala de grande parte das mulheres que participaram deste trabalho. Com suas histórias elas confirmam o que fora trazido acima. Importante colocar que, na maioria dos casos, os homens estão juntos das mulheres no cometimento dos crimes, porém quando elas adentram as unidades prisionais, suas jornadas passam a ser solitárias.

Guia foi presa pelo crime de latrocínio, roubo seguido de morte e, nessa ocasião, estava com seu namorado na época e um amigo, mas afirmou que acabou assumindo o crime, pois "*era mais conhecida na cidade*", e, segundo a mesma, por isso sua pena fora de vinte e nove anos.

Na história de vida de Carolina, a mesma conheceu a 'vida do crime' através do seu segundo marido e, no início, o relacionamento com ele era tranquilo, entretanto, ela afirmou que ele "*consumia maconha e o seu avô vendia*". Seu marido começou a fazer transporte de drogas, a comercializar e com isso foi preso, então ela passou a visitá-lo na prisão: "*Quando você conhece o homem fica tão cega que você enxerga nada a não ser ele, como se fosse um deus, como se fosse a única pessoa na sua vida, e esquece da pessoa, né? Da gente mesmo.*"

Carolina disse que após alguns anos ele foi solto e retornou para casa de forma que ela afirmou que '*não o reconheceu*', pois ele '*vivia bebendo, fumando e comercializando drogas*', até que, um dia, ele pediu para que ela levasse alguns pacotes de drogas para um colega, então ela foi e começou a se '*envolver*'. Ele foi preso novamente e a mesma relatou que ele realizava ligações para ela dentro da prisão pedindo que ela resolvesse as questões dele relacionada ao tráfico de drogas fora da unidade prisional, e ela dizia que não ia, porém, ela afirmou que teve que ceder, pois estava em uma situação difícil "*com três filhos adolescentes dentro de casa e um pai inútil preso*".

Até que chegou um dia, após o seu marido sair da prisão, que ela falou que não queria '*mais viver com ele*' e ele tentou assassiná-la: "*pegou uma faca e correu atrás de mim, porque, dizia que: se ela não vive com ele, não vive com mais ninguém*". Afirmava também que se ela saísse de casa ele a assassinava, matava também seus filhos e

depois se matava. Isso aconteceu no dia dez de janeiro de 2014, e no dia treze de janeiro do mesmo ano ela foi presa com a alegação de que tinham muitas drogas em sua casa.

Outras mulheres relataram que recorreram a ‘vida do crime’ por questões de sobrevivência. Para algumas, esse universo se apresentou enquanto o inesperado, mas, para outras, mostra-se enquanto possibilidade, sobretudo de subsistência. Para entender melhor essas relações é necessário compreender questões básicas referentes a noções de gênero e como o espaço destinado as mulheres, inclusive as mulheres negras, fora construído.

Historicamente, o lugar destinado a algumas mulheres fora o espaço doméstico, de cuidado da casa e dos filhos, com diferentes níveis de exploração a partir da raça e da classe, como por exemplo, no caso das mulheres negras que desempenhavam funções consideradas subalternas mesmo dentro do espaço privado (limpeza, passar roupas). A partir das lutas feministas consideradas emancipatórias, determinados lugares no ambiente público abriram-se para as mulheres, entretanto, mais uma vez é importante sinalizar que a forma como as mulheres negras e brancas ocuparam esse campo foi diferente: para as mulheres brancas se enxergava a possibilidade de construção de uma carreira, porém, para as mulheres negras, os níveis de exploração aprofundaram-se, pois, para elas seriam destinados lugares instáveis, precários, subalternos⁶¹ (Biroli, 2018).

É importante afirmar também que as mulheres brancas possuíam uma imagem sacralizada com base no cristianismo que as colocavam no lugar de mãe, donas de casa e boas esposas enquanto as mulheres negras não possuíam esse privilégio e sempre estiveram em lugares de exploração.

Sendo assim, com a abertura de outras alternativas para as mulheres, a ‘vida do crime’ também apareceu enquanto possibilidade no espaço público (Nascimento, 2015). Porém, é essencial dizer que esse novo local que se apresenta para a mulher é ocupado em sua maioria por mulheres negras, ou seja, a ‘vida do crime’ manifesta-se enquanto lugar potencial para as mulheres negras. Os dados do Infopen Mulheres (2018) mostram bem essa realidade: 62% das mulheres que estão presas no Brasil são negras.

⁶¹ “[...] muitas mulheres negras desempenham trabalho alienante não remunerado - como o trabalho doméstico infundável das avós e das mães solteiras - e remunerado – como o trabalho doméstico assalariado, o trabalho de limpeza em estabelecimentos comerciais e de passar roupas em lavanderias. O acesso a esse tipo de trabalho não assume, assim, cotidiana e historicamente, o mesmo sentido que o acesso ao trabalho pelas mulheres brancas que puderam trilhar carreiras profissionais.” (Biroli, 2018, p. 38).

Carneiro (2003, p. 01, 02) diz que

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário [...] que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!

A autora afirma que os lugares destinados às mulheres negras são bem diferentes dos lugares ocupados pelas mulheres brancas, pois as mulheres negras sempre tiveram o trabalho explorado fora de casa enquanto um determinante central em suas vidas, o que evidencia a importância da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica que possibilita o olhar para a vida dessas mulheres a partir de pontos específicos de opressão, nesse caso da raça e da classe. Sendo assim, enquanto alguns locais eram considerados novos para as mulheres brancas, para as mulheres negras eles já se apresentavam enquanto realidade há muito tempo, devido principalmente a necessidades de sobrevivência. Assim, entendo que o espaço na 'vida do crime' também fora constituído de forma semelhante e, apesar de diversas mulheres ocuparem esse espaço, as mulheres negras ainda são as mais criminalizadas nesse ambiente. Nesse sentido, lembro-me de um dos momentos de conversa com Andreza, que ela disse que *'se não conseguisse emprego, iria voltar a traficar para colocar comida dentro de casa'*. Apesar de Andreza dizer várias vezes nos momentos de diálogo que gostava da 'vida do crime', sua ocupação nesse espaço também se dava pelo fator da sobrevivência.

Nascimento (2015) diz que há uma invisibilidade da mulher no universo do crime por ser um ambiente majoritariamente masculino, entretanto, com as experiências trazidas nesse trabalho e no cotidiano profissional, discordo em parte com essa afirmação. A autora não especifica a raça das mulheres a qual se refere. É certo que há a influência dos parceiros na vida dessas mulheres, na introdução a 'vida do crime' e que por vezes elas passam a serem coadjuvantes nessa seara, porém, as mulheres negras continuam sendo alvos fáceis de criminalização e do encarceramento como fora demonstrado pelos dados citados acima. Acredito que a invisibilidade na 'vida do crime' seja destinada a algumas mulheres, alguns segmentos, enquanto outras convivem com a não – invisibilidade devido a raça e o lugar social que ocupam, evidenciando mais uma vez a importância do uso da interseccionalidade nesse debate.

A 'vida do crime' que as mulheres estavam ou ainda estão inseridas as levou a prisão e, portanto, na próxima seção, irei abordar acerca da vivência das mulheres no cárcere.

4.2 “[...] ONDE O FILHO CHORA E MÃE NÃO VÊ”:

“A opressão não muda ninguém não, doutora, porque se a opressão tivesse mudado tinha mudado eu logo quando cheguei, e quanto mais oprimia, mas eu fazia [...] O que muda é o diálogo, a confiança.”
(Guia)

Sobre o cotidiano na prisão, Eloah disse que “[...] ali é onde o filho chora e a mãe não vê”. Já Andreza abordou expectativas que tinha em relação a experiência no cárcere e relatou vivências também relacionadas a processos de adaptação lá dentro:

“Quando eu cheguei eu tinha medo, né? Porque o povo dizia que tinha uma negona lá, fazia aquele espanto, mas, não era isso [...] a gente pega o costume, tudo a gente se acostuma, cheguei com dezenove e fiquei velha dentro da cadeia. Ai fui presa de novo, sendo que agora, na primeira vez que eu tirei cadeia, tinha ele pra me sustentar e ele me dava tudo, tudo ele me dava, tirava a cadeia, chegava na cadeia já tinha uma cama, já tinha um celular, já tinha tudo, que ele de dentro da cadeia já agilizava: olha minha mulher tá indo pra aí, quero uma cama, quero um celular, quero isso, quero aquilo, pronto, só que nessa vez não porque ele morreu, mataram ele faz seis anos, eu tenho um pirraí dele”.

Guia, por sua vez, enfatizou as relações de conflito e poder na sua experiência como encarcerada:

“A minha vida lá, quando eu comecei né? A gente chega do interior aí tem uma turma que é mais antiga que quer te bater, quer segurar suas coisas, e eu dizia: que lugar é esse? Porque eu não tinha uma visão de um presídio feminino, né? [...] Então eu tive que escolher: ou você vai tirar apanhando ou você vai se impor pra elas com tudo ou nada. Então eu me juntei com a maioria, né? Que fazia as coisas lá dentro. Porque eu já cheguei com vinte e nove anos nas costas e tá apanhando de presa não dá “.

Lélia também relatou sobre sua experiência dentro do cárcere:

“Quase apanhei, só não apanhei porque fiz amizade, mas, se você não fizer amizade, você apanha. A estadia lá no hotel não foi muito legal não, sabe? A pessoa é muito humilhado, oprimido pelos outros, a pessoa não pode falar nada que vem cinco, seis quer ser mãe da pessoa, eu digo que as vezes, você não respeita pai e mãe, mas, lá no presídio tem que respeitar, porque, se não respeitar a pêia canta” [...] quem tá muito tempo

lá dentro quer ser o dono do local, né? Mas não foi muito boa minha estadia lá não”.

Os relatos das mulheres apontam a unidade prisional feminina enquanto um local de conflitos, de relações de poder, como descreveu Guia, que nesse ‘novo universo desconhecido teve que se impor’.

Quando eu estagiei na mesma instituição prisional de que a maioria dessas mulheres são egressas, ouvia relatos de todos os tipos acerca da rotina dentro do presídio: cerca de quinze a vinte mulheres ocupavam celas extremamente pequenas; as mulheres que não recebiam visitas de seus familiares ou parceiros(as) tinham dificuldade de acessar material de higiene pessoal, conseguindo realizar a troca desses materiais com suas companheiras de cela por outros objetos; a presença de várias Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST’s); a comida que ‘parece uma lavagem’; superlotação; espaços insalubres; trabalho na ‘casa’⁶²; brigas; as idas ao ‘isolado’; a solidariedade; solidão; amizades; construção de amores e afetos.

Lembro-me de um dia, no período de estágio, em que eu ouvi a porta de frente a sala na qual eu estava bater muito forte, após isso gritos vieram deste local. Logo em seguida, uma operadora policial da instituição saiu desse lugar e atrás dela uma mulher presa, de mãos para trás, algemada e de cabeça baixa. Essa cena me marcou e estive comigo todos esses anos e quando penso acerca da ‘vida na prisão’ geralmente lembro-me dela.

As mulheres relataram que dividiam o espaço da cela com muitas outras mulheres, o que, de acordo com elas, gerava muitas brigas e desentendimentos. Entretanto, outras relações e sentimentos foram nutridos como as amizades, parcerias, laços de solidariedade, afetos e relacionamentos amorosos como na história de Guia. Guia mantém um relacionamento amoroso com sua companheira há nove anos. Ambas se conheceram na prisão, e antes de iniciarem um relacionamento eram muito amigas, se ajudavam na sobrevivência no cárcere. Andreza também relatou que manteve dois relacionamentos amorosos dentro do presídio e que foi com uma delas que aprendeu a ‘viver com pouco’, essa companheira serviu como auxílio nos dias mais difíceis e a ajudou a amenizar a solidão, a distância da casa e dos filhos.

⁶² Forma como as mulheres se referiram ao trabalho executado dentro da unidade prisional;

Sobre as idas ao ‘isolado’⁶³, Guia trouxe aspectos importantes. De início, é bom saber o que é o ‘isolado’ e para que fim se destina. Esse lugar chamado ‘isolado’ é um cubículo sem luz nem ventilação ao qual as mulheres presas são direcionadas como forma de punição pelo descumprimento de alguma norma da instituição. Nesse local, elas passavam dias e até semanas, sem nenhuma assistência e com poucas refeições ao dia. Sobre isso, Guia falou:

“A opressão não muda ninguém não, doutora, porque se a opressão tivesse mudado tinha mudado eu logo quando cheguei, e quanto mais oprimia, mas eu fazia[...] O que muda é o diálogo, a confiança. A doutora lá disse: eu mudei Guia. E eu disse: a senhora não! A vontade tem que vim de mim, todos os castigos que a senhora me deu, todos os isolados que a senhora me deu, cada vez que a senhora me botava no isolado, eu já tramava mais coisa errada, a vontade foi minha!”

A partir do relato de Guia, percebe-se que as idas ao isolado em nada serviram para o fim que se destinaram que era a ‘correção’: quanto mais Guia era enviada ao ‘isolado’, mais ela se revoltava e se tornava insubordinada as regras e ditames da instituição.

Lembro de uma vez, quando eu estagiava na instituição penal feminina da qual essas mulheres são egressas, que eu descii até o pavilhão⁶⁴ e entrei em algumas celas com a Assistente Social que me acompanhava. Nesse momento, inicialmente me surpreendi em como as celas eram pequenas para a quantidade de mulheres que lá estavam e lembro também de ter questionado uma das mulheres presas sobre onde era o ‘isolado’. Ela me disse que o ‘isolado’ não era ali onde estavam as celas; ele se localizava no outro lado e era bem menor, com o ‘chão batido’⁶⁵, sem cama, sem local adequado para realização das necessidades fisiológicas, tendo apenas um buraco no chão para isso e, conseqüentemente, sem nenhum tipo de higiene e ventilação.

Acerca do ‘trabalho na casa’, Conceição, Guia, Andreza e Eloah relataram suas experiências e as funções que exerceram no tempo em que passaram presas: chamadora⁶⁶, chefe da cozinha, limpeza, capinagem. Eloah disse que trabalhou dentro da unidade prisional durante três anos e seis meses como chamadora, depois passando

⁶³ O termo “isolado” trazido por Guia refere-se a um lugar em que as presas são direcionadas quando apresentam mal comportamento, quando fogem à disciplina da prisão. É um local pequeno, escuro, úmido, que mal dá para deitar direito. Geralmente, elas passam de dez a quinze dias nesse lugar como forma de castigo, um ambiente marcado pela insalubridade e pelo total desrespeito aos Direitos Humanos.

⁶⁴ Local em que se concentram todas as celas que as mulheres ficam presas;

⁶⁵ ‘Chão batido’ é uma superfície de terra sem nenhum tipo de revestimento;

⁶⁶ Chamadora é a detenta que fica responsável de chamar as outras detentas em suas celas para irem resolverem suas questões com a equipe de saúde, defensoria pública, atendimento social.

café e após na capinagem, e saiu do presídio em 2018. Essas atribuições comumente são realizadas pelas presas e, quando elas saem da instituição prisional, recebem os valores pelo trabalho realizado que são apenas R\$ 100,00 reais por mês trabalhado, o que se configura como um total desrespeito pelo trabalho realizado por elas e infração ao que preconiza a Lei de Execuções Penais (LEP) quando afirma: “Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo (BRASIL, 1984). Esse trabalho realizado pelas mulheres dentro da instituição prisional serve também para diminuição, remissão de suas penas.

Em relação à falta do fornecimento de material de higiene pessoal, a LEP diz que

SEÇÃO II

Da Assistência Material

Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

Art. 13. O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração (Brasil, 1984).

Entretanto, as práticas nas unidades prisionais mostram o contrário. Na Unidade Prisional Maria Júlia Maranhão, por exemplo, os materiais de higiene pessoal (creme dental, sabonete) geralmente são levados pelas familiares das presas, pelas igrejas evangélicas que realizam trabalhos de evangelização na instituição ou pela assistente social do presídio que, fugindo de suas atribuições, reúne alguns itens e entrega as mulheres presas. Uma das mulheres relatou que, como não recebia visitas de sua família, iniciou um relacionamento amoroso com outra presa para conseguir materiais de higiene, pois, essa sua companheira recebia visitas e dividia com ela os itens que recebia. Sobre a falta de materiais de higiene pessoal adequado nesses espaços, as mulheres também reclamaram acerca da inexistência de absorventes para o período menstrual, o que coloca em cena uma questão importante que é a pobreza menstrual. As mulheres, principalmente as mulheres que não recebiam visitas no presídio, sofrem com a falta de absorventes tendo que ‘se virar’ com o que tem em mãos, a exemplo de pedaços de pano.

Cenário semelhante fora identificado por Araújo (2017, p. 24) em pesquisa etnográfica na Colônia Penal Feminina Do Recife/ Bom Pastor

Presenciei durante as incursões das pesquisas, muitas mulheres pedindo absorventes ou reclamando da falta de anticoncepcionais, por exemplo. Necessidades básicas, simples, que por lei deveriam ser minimamente

atendidas, não são. Certa vez, quando entrevistava a diretora que à época coordenava a escola Olga Benário Prestes, escutei dela que o mundo da Colônia não era o horror que diziam, que era mais difícil por que eram muitas mulheres juntas, que eram muitos hormônios juntos, muita mulher de TPM, que em alguns dias as coisas ficavam complicadas pois haviam brigas, mas nada que não se contornasse com uma conversa.

A partir do que foi exemplificado, percebe-se que a falta de recursos básicos se repete na realidade de outras mulheres que estão em privação de liberdade pelo país.

No que diz respeito à alimentação, as mulheres comungaram de uma mesma fala: *'a comida é horrível', 'parece uma lavagem'*. Elas afirmaram que a comida é intragável, que não dá para sobreviver apenas se alimentando da comida que o presídio oferece. As mulheres falaram que na maioria dos dias na prisão são servidos salsichas com algum acompanhamento, inclusive, uma das mulheres disse que não come mais salsicha desde que saiu do presídio, pois quando estava lá dentro era basicamente o único alimento que comia.

Nesse sentido, as mulheres presas que recebem visitas obtêm outros alimentos de seus familiares, já aquelas que não possuem visitas contam com a solidariedade das colegas de cela que repartem a alimentação. Há ainda, de acordo com as mulheres que participaram desta pesquisa, outra forma de conseguir alimentar-se para além da comida que é oferecida pela prisão. Em um dos discursos, uma entrevistada falou que trocava objetos de valor dentro do cárcere como celulares e carregadores de celulares com outras colegas para conseguir mantimentos extras.

Falando especificamente acerca das experiências de Dandara no cárcere, a mesma relatou que *'era difícil porque não recebia visitas'*. O único laço de parentesco de Dandara era com a sua avó que morava na cidade de Patos/PB, interior da Paraíba e ela não podia vir para João Pessoa para visitar Dandara no presídio, pois era muito idosa e não tinha meios materiais para tal. Sendo assim, Dandara sobrevivia no cárcere realizando alguns serviços para as *'bichas'*⁶⁷ que cumpriam pena junto com ela na ala LGBTQIAPNB+ da unidade prisional Sílvio Porto. Ela escovava cabelos, limpava os espaços que as mulheres ocupavam que, de acordo com Dandara, são divididos por lençóis, fazia as unhas de suas colegas, ela se *'virava'*. Suas companheiras de cela também a auxiliavam, tanto que sua amizade com Sueli surgiu nesse contexto de ajuda mútua para fins de sobrevivência. Dandara relatou que nesse espaço também existiam

⁶⁷ Forma como ela se referia a suas companheiras de cela.

muitas brigas, fofocas, que às vezes a convivência se tornava impossível, ‘qualquer coisa era motivo de briga’ diz ela; um ambiente marcado por tensões.

As mulheres afirmaram que a passagem pela prisão fora uma experiência difícil, traumática, que fez com elas amadurecessem e que *‘você por si só consegue se regenerar lá dentro’*, *‘que a vontade de mudar tem que vir da gente’*. As falas das mulheres nesse sentido sinalizam para a inutilidade da prisão e seus mecanismos disciplinares (Foucault, 2014) que, com uma promessa de “ressocialização” não conseguem se efetivar na prática, e se as mulheres desejam sair da ‘vida do crime’ precisam ter objetivos próprios, pois o âmbito da prisão, com suas técnicas de controle, em nada ajuda no chamado processo de reintegração social.

4.2.1 RELAÇÕES AFETIVAS

Na fala das mulheres, quando se tratava de seus companheiros e de relacionamentos amorosos, percebi que, ao passo que elas se referiam a eles com carinho e afeto, também falavam com revolta e indignação devido a atitudes que eles tiveram. Como já foi dito, algumas dessas mulheres foram apresentadas à ‘vida do crime’ por seus ditos companheiros; quando eles foram presos, elas estavam sempre presentes através das visitas realizadas na prisão e no fornecimento de mantimentos, suporte e amor para que eles pudessem aguentar o tempo no cárcere. Porém, quando algumas dessas mulheres foram presas, seus ditos companheiros não forneceram o amparo necessário, pelo contrário, as abandonaram. Esses homens, por vezes, também abandonaram seus filhos e a responsabilidade sobre essas crianças passou para as mulheres e suas famílias.

Nascimento (2019, p. 57, 58) fala um pouco sobre essas diferenças:

A profunda desvantagem em que se encontra a maioria da população feminina repercute nas suas relações com o outro sexo, uma vez que não há a noção de paridade sexual entre ela e os elementos do sexo masculino. Essas relações são marcadas mais por um desejo amoroso de repartir afeto, assim como repartir o recurso material. Nas camadas mais baixas da população, cabe à mulher negra o verdadeiro eixo econômico onde gira a família. Essa família, grosso modo, não obedece aos padrões patriarcais, muito menos aos padrões modernos de constituição nuclear. São da família todos aqueles (filhos, maridos, parentes) que vivem as dificuldades da extrema pobreza.

De acordo com a autora, nas classes baixas da sociedade geralmente as mulheres negras são as grandes responsáveis pelo sustento da família que não obedece aos moldes da família nuclear burguesa, mas são da família aqueles que compartilham a situação de pobreza (Sarti, 2002). Ela diz também que as desigualdades de gênero, principalmente no mercado de trabalho, refletem nos relacionamentos românticos que são marcados por amor, mas também pela necessidade de sobrevivência, de dividir os custos e os recursos. Na pesquisa, algumas mulheres revelaram que se ‘juntaram’⁶⁸ aos seus companheiros em determinado momento principalmente porque precisavam garantir o sustento, portanto neles encontraram momentaneamente esse apoio. Além disso, se vê que as mulheres são o grande pilar econômico, e por isso são as principais responsáveis pelo sustento da família extensa, pois trabalham para garantir os mantimentos destes. Essas mulheres possuem carinho e afeto por seus cônjuges, pois eles representam segurança, mas a maioria apresenta revolta, uma vez que, como já fora relatado, muitas adentraram ao cárcere por conta deles e foram abandonadas no momento em que mais precisavam.

Conforme hooks (2010, p. 01)

Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso.

A autora em tela afirma que a experiência da escravidão fez com que as pessoas negras não desenvolvessem a capacidade de dar e receber amor devido às explorações que faziam parte de seu cotidiano; para as pessoas escravizadas, o amor era um sentimento estranho, tanto que, mesmo com o fim do período escravista nos Estados Unidos, os espaços domésticos das pessoas negras eram permeados por conflitos: “[...] com a abolição da escravatura os negros não ficaram imediatamente livres para amar” (hooks, 2010, p. 03). Os anos de opressão refletiram nas subjetividades das pessoas negras e a repressão desses sentimentos representava uma busca pela sobrevivência, e se mostrou nessa dificuldade de dar e receber amor, nesse caso, especificamente em relação as mulheres negras.

bell hooks (2010) afirma que, na sua vivência, o amor era tido como um luxo, reservado apenas a alguns grupos de pessoas, como avós, bisavós, padrinhos e madrinhas; a busca da sobrevivência sempre vinha em primeiro plano. Vejo como isso

⁶⁸ Termo que as mulheres utilizaram.

se refletiu na vida das mulheres egressas que participaram desta pesquisa, visto que muitas vezes elas tiveram que se preocupar com seu sustento e de sua família para depois pensar em si, na sua capacidade de amar e ser amada, tanto por seus companheiros como por sua família e amigos. Enxergo essa questão também na vivência da minha mãe, que também é uma mulher negra, periférica e que sempre teve que se preocupar mais com a sobrevivência, sua, minha e de nossa família, de que com a experiência do amor. Tenho muitas lembranças de minha mãe sempre assoberbada de trabalho, com tantas faxinas para dar conta, sem conseguir dormir ou descansar, pois, no outro dia, tinha dívidas para pagar, alimentos para comprar e uma filha para criar. Minha mãe, assim como muitas dessas mulheres, teve e tem sua vida marcada pela sobrevivência e isso impediu que ela vivenciasse outras esferas de sua vida, a exemplo, no âmbito das relações amorosas.

Importante ressaltar que isso também atinge as vivências dos homens negros que são acostumados com a brutalidade em vez de relações de carinho e afeto, e também vejo essa questão a partir do discurso das mulheres. O desamor marcou tão fortemente nossas vidas que ainda estamos aprendendo a vivenciar experiências consideradas normais na vida de outras pessoas.

A partir disso, no próximo tópico, trarei acerca da construção de relações afetivas no cárcere pelas mulheres.

4.2.2 RELAÇÕES AFETIVAS DENTRO DO CÁRCERE

Algumas das mulheres relataram que no período em que passaram presas tiveram relacionamentos amorosos com outras mulheres como afirmou Andreza:

“[...] na cadeia me envolvi com mulher, passei uns quatro anos com ela, só que eu achei assim: vou me envolver com ela que ela é mais antiga e não vão tirar onda, só que não foi assim, foi tipo assim, eu vou me envolver com ela pra ver a realidade da cadeia que ela já é vivida e eu vou aprender com ela, porque, no meio desses quatro anos teve momento de eu dizer assim: não quero você não, mas...”

“me envolvi com outra pessoa, uma de Campina, uma mulher também, vivi com ela, a outra que eu morava não, a outra ganhou uma transferência aí eu me envolvi com essa outra, me envolvi com essa outra e ela me ensinou a viver com pouco, ela é lésbica desde os onze anos, nunca ficou com homem[...] no momento que ela chegou na cadeia foi um momento que eu perdi tudo: perdi cama, perdi rádio⁶⁹, perdi tudo, eu tava no meu momento ruim mesmo de dizer assim: eu tenho só esse rádio pra resolver tudo que é meu lá fora e se eu perder esse rádio eu perco tudo

⁶⁹ O ‘rádio’ que Andreza se refere é o celular.

lá fora e chegou esse momento, a polícia invadiu lá levou tudo: rádio, carregador, tudo, tudo eles levaram. Ai fui pra cela treze conheci ela.”

Andreza afirmou que no período em que passou no regime fechado manteve dois relacionamentos com duas mulheres, e quando iniciou o namoro com a primeira pessoa foi na intenção de se proteger dentro daquele lugar, já que essa mulher que ela iria se relacionar estava ali por mais tempo e conhecia melhor a dinâmica do cárcere. Já em relação à segunda pessoa com quem se relacionou, Andreza disse que as duas saíram praticamente no mesmo tempo da prisão e foram morar juntas.

Araújo (2017, p. 69) diz que

Manter um relacionamento afetivo amoroso no ambiente prisional, diz muito da dinâmica que ele precisa enfrentar para sobreviver ao ambiente do cárcere. Por mais que os relatos indiquem que não há uma repressão ou um controle mais direto aos relacionamentos entre as internas e seus companheiros e companheiras, o exercício etnográfico consegue mostrar que a realidade difere um pouco do enredo contado. Essa diferença ocorre em função da internalização das regras e deixa claro que há uma normalidade na aplicação delas.

A autora relata que o exercício da etnografia que empreendeu, em pesquisa com mulheres da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor, mostrou que há uma repressão dos relacionamentos que são estabelecidos dentro das prisões, nesse caso de prisões femininas. A partir da minha experiência no período de estágio supervisionado na unidade prisional feminina em João Pessoa/PB, percebi através dos discursos tidos como orientações que alguns profissionais buscavam tolher e recriminar as relações amorosas que emergiam no ambiente do cárcere, como por exemplo: ‘É melhor você não se relacionar com mulher porque é pecado’. Algumas das mulheres também me relataram que se relacionaram com outras mulheres na prisão porque se sentiam sós, visto que não recebiam visitas íntimas de seus conjugues que estavam fora da realidade prisional.

Outra entrevistada, Guia, também afirmou que conheceu sua atual parceira no ambiente carcerário, como já havia dito acima. Ela confirmou que foram dez anos de amizade para poderem ter um relacionamento, e hoje são casadas há nove anos. Elas moram juntas e o filho mais novo de Guia também mora com elas. Araújo (2017,p. 72), nesse sentido, expõe que

Empreender um relacionamento dentro de um contexto hostil e imposto de regras e privações é colocado como algo que passa por vetos e

proibições, assim como qualquer outro ato de um indivíduo institucionalizado e, portanto, controlado em suas instâncias mais íntimas.

Percebe-se que o fato das mulheres se relacionarem com outras mulheres dentro da prisão passa por inúmeras questões que cerceiam esses relacionamentos com imposições que são oriundas de pessoas que estão em instituições totais que, segundo Goffman (1961, p. 11)

a instituição total “[...] pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Ou seja, os relacionamentos que as mulheres empreendem na prisão passam primeiramente pelos ditames e regras da instituição. O tempo necessário para Guia iniciar uma relação pode, sem dúvidas, ter ocorrido devido a questões internas à dinâmica entre ela e sua atual cônjuge, contudo é possível que esse tempo se justifique em função das amarras institucionais. Múltiplos são os fatores que podem explicar essa dinâmica de relacionamentos, e certamente eles se relacionam de forma interseccional.

Nesse sentido, é importante perceber o espraiamento do cristianismo evangélico neopentecostal, com seu código moral que recrimina esse tipo de relacionamento e exerce uma forte influência na vida das mulheres como explanarei a seguir.

4.3 “[...] GRAÇAS A DEUS TODAS AS DIFICULDADES QUE DEUS TÁ ME DANDO EU TÔ CONSEGUINDO SUPERAR”: religiosidade

Em um dos momentos de diálogo com Conceição acerca de questões que a mesma já enfrentou e enfrenta em sua vida, ela relatou:

“[...] a vida foi muito injusta, e quando a vida é muito injusta, você se revolta [...] mas Deus sabe de todas as coisas, né? A gente tem que passar pra ficar mais fortalecida, e graças a Deus todas as dificuldades que Deus tá me dando eu tô conseguindo superar”.

Em outra oportunidade, conversando com Eloah, sobre como foi o tempo em que ela saiu da unidade prisional, ela afirmou:

“Quando sai da cadeia fiquei quatro anos foragida, fiquei doente, fiquei dezenove dias sem andar, internada, vendo a hora ser presa denovo, mas, Deus não deixou não, aí fui lá me entreguei e ganhei o perdão”⁷⁰.

A partir dos momentos de entrevista com Andreza, que também já fora apresentada neste trabalho, sobre sua vida pós-cárcere e a construção de novas possibilidades após o período de aprisionamento, a mesma falou:

“Eu nunca tinha trabalhado na minha vida, nunca, nunca, nunca, aí consegui um trabalho depois que eu sai as meninas começou a falar do Escritório aí eu vim aqui me cadastrei aí saiu o emprego, só que antes disso eu tava vendendo droga de novo, antes de trabalhar, porque a única coisa que eu sabia fazer era fazer aquilo, e eu perdi muitas coisas[...] Aperreada olhei por céu e disse: Deus, que esse emprego saia! Veio eu e minha mulher fazer o cadastro, eu morava com ela ainda, e o emprego saiu. Tava lá na favela, no beco, aí do nada o celular toca dizendo que meu emprego saiu.”

Com base nos diálogos com as mulheres que aqui trouxe e na convivência diária com esse público, o que se repete em suas falas é o apelo ao divino e apego principalmente à religião cristã evangélica, especificamente à vertente neopentecostal⁷¹, como colocarei a seguir.

4.3.1 “[...] A VIDA FOI MUITO INJUSTA E QUANDO A VIDA É MUITO INJUSTA, VOCÊ SE REVOLTA [...] MAS DEUS SABE DE TODAS AS COISAS, NÉ?: religião cristã neopentecostal

Segato (2005) chama as religiões com cunho cristão de religiões “da superioridade moral” que possibilitam “[...] o acesso ao bem, mas também detém o monopólio do bem, dos discursos do bem” (2005, p. 44). Ou seja, as religiões da superioridade moral apresentam-se enquanto alternativas de redenção e conversão para as mulheres tidas enquanto criminosas, uma via de acesso à divindade. No cárcere, as religiões cristãs, principalmente as evangélicas neopentecostais, alcançam um monopólio, uma hegemonia⁷² mediante outras religiões que quase ou nunca

⁷⁰ O perdão que ela se refere é não imputação desta a mesma pela Vara de Execuções Penais (VEP), fazendo com que ela permaneça em liberdade.

⁷¹ “A presença de determinados tipos de cristianismo no ambiente carcerário não só o torna adepto de um paradigma de conversão que perversamente quebra a unidade narrativa do sujeito, [...], mas também estabelece o que chamei de “monopólio” ou um “sequestro” das vias de acesso ao bem e à redenção (Segato, 2022, p. 68);

⁷² “Este fechamento do campo discursivo me parecia pior que os próprios muros da prisão” (Segato, 2005, p. 44);

aparecem nos discursos das mulheres. Sendo assim, a religião cristã evangélica aparece enquanto majoritária no espaço prisional feminino e nas trajetórias de vida das mulheres egressas da prisão.

O discurso das mulheres muitas vezes me lembrou do tempo em que estive enquanto estagiária de Serviço Social no Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão (CRFMJM), única prisão feminina da cidade de João Pessoa/PB. Nesse período, presenciei diversas vezes grupos religiosos evangélicos adentrando a instituição numa perspectiva de evangelização⁷³ àquelas que ali estavam. Eles também levavam mantimentos e materiais de higiene pessoal para as presas que não recebiam visitas de familiares, e suas ações não se limitavam apenas ao espaço de dentro da prisão, mas, também se instalavam do lado de fora nos dias de visita social abordando os familiares. Um desses grupos inclusive instalou uma tenda na porta do presídio, nos dias de visita das famílias, e além da evangelização ofereciam café da manhã para as pessoas que estavam chegando para visitar suas familiares que estavam presas.

Outra questão que me pareceu evidente, nesse tempo em que eu estive com mais frequência naquele espaço, fora como o discurso cristão é enraizado na própria instituição, o que remonta à gênese das prisões femininas no Brasil, tanto que até hoje o presídio feminino de João Pessoa é conhecido como 'Bom Pastor', bem como também de outras localidades do país a exemplo de Recife/PE. De acordo com França (2013), as prisões femininas foram pensadas para serem locais de regeneração e para reconduzir as mulheres consideradas desviadas a seus lugares originários na sociedade, a saber, o espaço doméstico. Essas instituições eram conduzidas pelas irmãs da Congregação Católica do Bom Pastor que possuíam como objetivo conduzir as mulheres ao que era considerado o ideal feminino (mães e donas de casa), e não houve nenhum planejamento prévio acerca dos espaços que as mulheres iriam ocupar, pelo contrário elas foram depositadas em lugares que não consideravam suas subjetividades (Soares; Ilgenfritz, 2002). Essa questão, de não ter havido nenhum projeto que pensasse uma prisão para mulheres antes de encarcerá-las, fica bem clara na fala das entrevistadas, quando elas afirmaram que o local não possui nenhuma estrutura para abrigá-las; na verdade, o local não possui condições de abrigar nenhum ser humano. Importante colocar que se a prisão feminina não fora pensada para abrigar mulheres

⁷³ "Em grego, o verbo é utilizado para resumir a expressão anunciar boas notícias: alguém que é evangelizado é, basicamente, alguém a quem foi dado a conhecer. Pode ser usado para anunciar um nascimento, um armistício ou um novo líder. Não tem, por si só, um significado religioso. No entanto, e apesar de ser quase um lugar comum, foi esta a palavra escolhida pelos cristãos para descrever o aspecto mais precioso da sua fé: o anúncio da ressurreição de Cristo" (Taizé, 2007, p. 01).

cisgênero, avalie então como isso se dá para as mulheres transexuais. A prisão não apresenta características específicas para nenhuma mulher.

Como se pode perceber, o discurso moral fundamentalista cristão está presente desde o início da prisão feminina enquanto instituição, atuando sobre corpos e mentes, e atualmente ainda é uma presença forte nesses estabelecimentos. No meu período de estágio, ouvia bastante “orientações” que eram tidas como normas, padrões a serem seguidos, mas que não passavam de discursos carregados pela moral cristã. Certa vez, ouvi um operador da prisão repreender uma presa, pois ela mantinha um relacionamento amoroso dentro do cárcere com uma companheira de cela, que ‘ela devia namorar com um homem, pois, isso era pecado’; diversas vezes atentei para discursos evangelizadores, que diziam que as presas deveriam se converter, que a melhor saída era a religião (cristã) e que elas só conseguiriam mudar se fosse por esse caminho. A prisão feminina possui raízes fortes de cunho fundamentalista cristão e, infelizmente, ainda ressoam nos espaços e nas práticas daqueles que nela trabalham. De tanto se ouvir, esses discursos moralistas são impregnados e reproduzidos também pelas próprias presas, como pude observar no cotidiano no Escritório Social quando algumas vezes as mulheres reproduziam falas numa perspectiva de controle da sexualidade, como, por exemplo, que ‘não podiam se relacionar com outra mulher porque isso não era a vontade de Deus’. Mas também é importante dizer que existem mulheres que exercem sua sexualidade da forma como querem como é o caso de Guia, que possui um relacionamento estável há muito tempo com sua companheira, como já fora colocado.

As práticas e as falas elucidam o que Segato (2005) diz quando coloca a religião evangélica dentro do escopo das religiões “da superioridade moral”, pois, de acordo com o discurso de grande parte das pessoas da instituição, somente essas religiões ou apenas a religião evangélica é aquela que possibilita as mulheres presas acessarem o que é bom, a se tornarem o que eles chamam de ‘pessoas melhores’. Esse é um discurso muito perigoso e sedutor, pois em um ambiente em que as pessoas estão fragilizadas a religião evangélica aparece como uma possibilidade de redenção e remissão de ‘pecados’, o que coloca as mulheres presas em uma situação ainda mais vulnerável mediante os ditos detentores do bem.

É importante destacar que o ramo da religião evangélica que geralmente prevalece nas unidades prisionais atualmente é o que pode ser chamado de neopentecostalismo⁷⁴. Conforme Paravidini e Gonçalves (2009, p. 1174)

O neopentecostalismo é delimitado tendo em vista suas características principais, a saber, a Teologia do Domínio, em sua articulação de um cenário de permanente guerra espiritual entre Deus e o Diabo, a Teologia da Prosperidade, a superação dos estereotipados usos e costumes de santidade e sua organização empresarial.

O neopentecostalismo, ramo da religião evangélica pentecostal⁷⁵, tem seu crescimento datado da década de 1970 e, como fora dito acima, é caracterizado enquanto movimento que possui a Teologia do Domínio e a Teologia da Prosperidade, a eliminação dos usos e costumes característicos de pessoas que frequentam denominações evangélicas pentecostais⁷⁶, e a forma de se organizar enquanto empresa. Gostaria de me ater especificamente aos aspectos da Teologia do Domínio e a Teologia da Prosperidade, pois esses dois elementos me saltaram os olhos nos momentos de entrevistas com as mulheres.

A Teologia do Domínio diz respeito a uma luta constante, uma guerra espiritual entre Deus e o Diabo, a luz contra as trevas de forma que, se a vida do indivíduo não está sendo dirigida por Deus, ela está sendo conduzida por forças malignas.

Ao analisarem suas experiências de vida anteriores à conversão religiosa, os fiéis salientam que a causa de todo o mal e das diversas formas de sofrimento pelas quais passaram deve ser encontrada na ação do diabo. É sob o campo da sedução diabólica que se pode encontrar a razão da submissão humana, que é geradora de todos os males (Paravidini e Gonçalves, 2009, p. 1181).

Encontro fortes características da Teologia do Domínio nos relatos das mulheres negras egressas do sistema prisional que aqui trago. De forma majoritária, as mulheres afirmam que no tempo em que foram presas suas vidas estavam sendo alvos de ações do Diabo, portanto elas não estavam no caminho que Deus havia estabelecido para

⁷⁴ “E assim, delineamos o perfil religioso do movimento neopentecostal: uma reformulação da religiosidade evangélica que atende às demandas de uma sociedade fragmentada e desesperançada, sofredora de desajustes sociais, e que se projeta no fervor religioso” (Morais, 2012, p. 55).

⁷⁵ “O Pentecostalismo é um movimento evangélico protestante que surgiu no início do século XX, nos Estados Unidos. A palavra pentecostal é oriunda de Pentecostes, importante festa cristã, comemorada 50 dias depois da Páscoa. Essa data é celebrada como o dia em que os cristãos são batizados pelo Espírito Santo e começam a falar em línguas, conforme descrito na Bíblia em Atos dos Apóstolos 2” (Guimarães, 2023, p. 01).

⁷⁶ Saias longas, cabelos compridos, a proibição do uso de calças compridas pelas mulheres e de bermudas por homens, por exemplo;

elas, e isso as levou à prisão e também a cometer crimes. O cenário de uma guerra espiritual é constante na vida de boa parte das mulheres que participaram da pesquisa; elas relataram que em todo tempo as forças malignas estavam em luta com as forças divinas e elas escolheram os caminhos de Deus para terem uma vida feliz e sem tormentos. Os elementos históricos enquanto produtores de desigualdades sociais quase não são percebidos em suas narrativas, e todas as dificuldades que enfrentaram ou enfrentam articula-se com uma ação diabólica⁷⁷.

Outro aspecto que é necessário ressaltar é o quanto a Teologia da Prosperidade também está presente nas falas das mulheres. Paravidini e Gonçalves (2009, p. 1182) afirmam que

[...] a Teologia da Prosperidade indica que Deus reserva toda sorte de bênçãos para aqueles que lhe são fiéis. Segundo essa teologia, as promessas de Deus, contidas na Bíblia, são destinadas a todas as pessoas. Porém, para se chegar ao gozo das promessas divinas o fiel deve promover e articular toda a sua existência a partir da fé.

Os autores também dizem que, diferentemente do pentecostalismo que apresenta a salvação da alma após a morte enquanto principal recompensa da fé, o neopentecostalismo, através da Teologia da Prosperidade, afirma que saúde, felicidade e principalmente sucesso financeiro acompanham aqueles que professam a fé cristã evangélica de cunho neopentecostal, e isso é condicionado através de um compromisso dos fiéis em contribuir assiduamente com dízimos e ofertas em suas igrejas. Nos momentos de conversa com as mulheres, as mesmas por vezes deixaram evidenciar que o fato de elas estarem vivenciando momentos de dificuldades financeiras após o tempo em que passaram no regime fechado se justificava pelo fato de elas não 'serem fiéis a Deus' através do dinheiro que recebiam. Articulando Teologia do Domínio e Teologia da Prosperidade, se elas passarem por um momento como esse significa que suas vidas foram acometidas por alguma opressão maligna.

Sendo assim, percebo a evidente influência do neopentecostalismo na vida das mulheres que participaram desta pesquisa e é predominante na prisão e também nos bairros em que residem. Conforme Antônio e Lahuerta (2014, p.64)

⁷⁷ As contradições e as injustiças sociais, longe de indicar os modelos de sociedade que nascem das mãos humanas, passam a ser vistas como resultado dos estragos que o diabo é capaz de fazer na vida de quem lhe dá abertura (Paravidini; Gonçalves, 2009, P. 1181).

A internalização de valores privatistas na doutrina religiosa neopentecostal e propalada aos fiéis pela recursiva insistência no sucesso intramundano mediante a emulação espiritual, e pode ser considerada como um efeito de tomada de consciência dessa vertente religiosa quanto a gradual configuração de um indivíduo moderno que brota da periferia, privado muitas vezes de condições básicas de cidadania e, portanto, submetido a condições econômicas e sociais de profunda instabilidade, insegurança e abandono estatal, e que encontra na possibilidade de autorrealização e no empreendimento de si um mecanismo alternativo de ascensão social, prestígio e acesso a sociedade de consumo.

Ou seja, a partir da assimilação dos valores neopentecostais que afirmam que os indivíduos precisam e podem ter uma vida terrena de sucesso, as pessoas oriundas de periferia encontram nessa vertente religiosa oportunidades de ascender socialmente, de autorrealização e de ter o poder de consumir a partir do empreendimento de si mesmo, da lógica empreendedora que essas denominações neopentecostais também pregam e defendem. É por isso que essa dimensão neopentecostal encontra tantos adeptos nas regiões mais empobrecidas da sociedade, pois em locais em que a ausência do Estado é tão séria e visível, o discurso religioso neopentecostal avança com mais facilidade, encontrando mais adeptos para seu rebanho.

Aspectos desta vertente da religião cristã evangélica muitas vezes moldam a forma como as mulheres enxergam os acontecimentos de suas vidas e as relações na sociedade de forma que, se alguma situação de sua vida não se desenvolveu como ela gostaria ou esperava, a mesma remete a um agir diabólico que contribuiu para que isso não acontecesse, e não a uma série de fatores inclusive sociais que podem ter colaborado para isso.

Através da fala das mulheres, me recordei também que as detentas que professavam a religião evangélica eram mais respeitadas dentro da prisão pelo próprio corpo dirigente. Por terem abraçado essa religião, as presas possuíam uma confiança maior das pessoas que trabalhavam na instituição, o que para elas era vantajoso.

Compreendi também que a presença de religiões cristãs na prisão, principalmente as evangélicas, funcionava como forma de 'deixar a cadeia calma', pois, nos atendimentos que acompanhei junto à assistente social no período de estágio supervisionado, as presas falavam que 'o que segurava elas ali era a fé, era Deus' fazendo alusão a religião que professava. Lobo (2005) a partir de experiência nos presídios que compõem o Complexo Frei Caneca no Rio de Janeiro diz que

Os agentes religiosos cuidam para que os presos que manifestam o desejo de seguir a religião se comportem de acordo com o proceder evangélico. Esperam que seus novos discípulos deem “bom testemunho” dentro da prisão e que se esforcem para “levar outros presos ao conhecimento de Cristo”, que reproduzam o novo *ethos* que adotaram. Os novos convertidos tornam-se multiplicadores da nova religião a qual aderiram e se organizam em função de proporcionar um ambiente favorável à expansão da fé.

Esse ‘comportamento de acordo com o proceder evangélico’ que a autora destaca caracteriza-se por ações específicas que moldam as pessoas presas para seguirem as normas que estão postas pela instituição, a não se rebelar. E essa forma de se portar naquele ambiente favorece o funcionamento da unidade prisional, pois, desse jeito, têm um ambiente controlado e amenizado, como desejam.

Entendendo as questões postas pelas autoras e trazidas acima, acredito que seja importante falar também como as mulheres enxergam a influência da religião cristã evangélica em suas vidas. Assim como Conceição, as mulheres que trago nesta pesquisa enxergam a influência da religião cristã, especificamente do ramo evangélico, enquanto positiva. Basicamente todas elas afirmam que se não fosse a religião cristã não teriam aguentado o tempo que passaram reclusas e, não só isso, mas também se apoiam na fé para suportar as dificuldades extra muros da prisão. Em todas as intempéries que passou, Conceição confiou que ‘Deus’ iria ajudá-la a enfrentar: “[...] *mas Deus sabe de todas as coisas, né? A gente tem que passar pra ficar mais fortalecida, e graças a Deus todas as dificuldades que Deus tá me dando eu tô conseguindo superar*”. As vidas das mulheres negras egressas do sistema prisional, que aqui trago, são repletas de momentos difíceis. Nesse sentido, como elas não tem quase ou nenhum recurso, recorrem majoritariamente à religião evangélica para suportar as dores. Sendo assim, a religião evangélica principalmente de cunho neopentecostal, apresenta-se enquanto um dos poucos recursos que as mulheres podem contar dentro e fora do ambiente carcerário.

Parece evidente que, por um lado, a religião cristã evangélica se converte em uma tecnologia de controle que vai sendo lentamente internalizada, por outro lado ela parece conferir algum tipo de sentido para a vida dessas pessoas. Essa religião aparece para as mulheres enquanto possibilidade de fuga do real em períodos de tempo frágeis que ela se encontram. Apesar de todas as questões consideradas negativas que advém do contato com a religiosidade neopentecostal, as mulheres com veemência afirmaram

que se não fosse a religião elas não teriam conseguido aguentar o tempo que passaram na prisão, pois, em um lugar onde não possuem quase ou nenhum apoio, o apego a essa religião surgiu enquanto alternativa, e é justamente a partir disso que os neopentecostais conseguem construir vínculos tão fortes com esse público.

Entre as mulheres entrevistadas, uma mulher afirmou que pertence a religião do candomblé, como irei explicar na próxima seção.

4.3.2 “[...] **EU FUI CRIADA NO CANDOMBLÉ, MINHA MÃE GIRAVA, MINHA AVÓ TINHA UM TERREIRO, MEU PAI ERA TOCADOR ILÚ**”: candomblé

Uma das mulheres que participaram desta pesquisa, Carolina, pertence à religião do candomblé. Sobre essa religião e sua influência em sua vida, Carolina afirmou:

[...] a gente foi criado, eu fui criada no candomblé, minha mãe girava, minha avó tinha um terreiro, meu pai era tocador Ilú e, quando eu tinha seis anos, meus pais brigavam muito por questão de ciúme, é, meu pai batia muito[...] quando eu tinha seis anos, eu lembro que eu tinha um cansaço crônico, já nasci muito doente, minha mãe no parto teve eclampsia, ficou louca, eu fui pra casa e ela foi pro manicômio, passou uns dois, três meses, isso é o que minha vó contava, né? A que tava viva, é, a mãe do meu pai, e, quando minha mãe voltou, ai vivemos a vida assim e com seis anos ela foi se separou dele, deixou ele porque no dia anterior ele foi, bateu tanto nela que queria derrubar ela dentro de uma cacimba na minha casa, ai minha avó não deixou, meu avô também não deixou, eu me lembro disso nitidamente, eu tinha seis anos de idade mas eu já tinha consciência porque eu vi aquela cena e eu nunca esqueci, né? Às vezes eu achava até que era brincadeira, mas, é, de fato, porque depois minha avó dizia que depois disso meu avô tinha derrubado, tinha mandado entupir a fossa para não acontecer com qualquer outra pessoa[...] porque meu avô achava que ele ia terminar matando ela.”

O candomblé possui uma forte influência na vida de Carolina e isso fora passado para ela através da sua família. Segato (2005, p. 42) coloca a religião candomblé no escopo das religiões “trágicas”

[...] pelo qual o que se faz é colocar ao alcance das pessoas um conhecimento mitológico e um vocabulário que permite ao ser humano suportar o seu destino trágico, mas que não pretende superar esse destino e sim possibilitar que a pessoa possa se situar em relação ao mundo. Este é um discurso que garante também uma forte estrutura moral para suportar a tragicidade do destino humano como consequência da presença do mal no mundo, do sofrimento no mundo.

A partir do que afirma a autora, a religião do candomblé, colocada no escopo das religiões “trágicas”, permite que o ser humano suporte o seu destino e se localize no mundo, diferentemente das religiões de superioridade moral, as quais, através de uma série de práticas e discursos, possibilitam que o indivíduo possa construir outros caminhos através de uma superação.

Quando estava relatando sobre a influência da religiosidade em sua vida, Carolina seguiu contando sobre sua infância que fora muito dura, cheia de conflitos familiares, doença e cenas violentas e percebi que, naquele contexto, a religião candomblé representou em sua vida acolhida e pertencimento, principalmente pelo fato de ela ter conhecido essa religião através de sua família, apesar das relações familiares que ela fazia e faz parte estarem marcadas por complexidades.

No próximo tópico, abordarei acerca das relações familiares das mulheres.

4.4 “[...] O MUNDO É UMA ESCOLA E NESSA ESCOLA EU NÃO GOSTEI NÃO, VIU? QUE ESSA ESCOLA É MUITO RUIM, TU É DOIDO”: relações familiares

Uma questão que me chamou atenção fora que, de forma majoritária, as infâncias das mulheres foram marcadas por sofrimentos, começando pelas relações familiares. Carolina quando indagada sobre como foi sua infância disse:

“A minha vida, a minha família já foi começando já desestruturadamente, né? Meu pai quando conheceu minha mãe era casado [...] se conheceram na família, um era concunhado do outro, né? E terminaram se envolvendo e foram viver junto, deixaram o marido e a esposa e fora viver junto”.

Após sua mãe ter deixado sua casa, Carolina disse que seu pai não suportou e ‘entrou’ no alcoolismo:

“Ele era um homem prostituto, vivia nos cabarés, minha mãe ia buscar ele lá, brigavam muito[...] Meu pai ele vivia mais embriagado, dormindo mais embriagado do que sóbrio, eu não tenho o que dizer, ele foi sempre um pai presente, assim, questão de nunca deixou eu com fome, nunca deixou eu com frio[...] como pai ele foi bom pra mim, não foi bom marido, casou algumas vezes, não deu certo, e morreu sozinho, não tava só porque ele tava comigo, né? Presenciei a morte do meu pai, também foi muito doloroso, ele morrendo ali e eu não podia fazer nada, não esqueço essa cena nunca mais na minha vida.”

Enquanto falava sobre seu pai, Carolina chorou bastante lembrando de sua infância e convivência que fora repleta de momentos difíceis, entretanto, ela trazia consigo recordações de uns poucos bons momentos.

Outra interlocutora da pesquisa, Eloah, também falou sobre infância. Ela afirmou que

“Assim, a minha infância não foi boa. Minha mãe se separou do meu pai e deixou eu com duas crianças para tomar conta, uma criança tomando conta de outra, aí, eu morava no interior, depois, aí minha mãe veio para João Pessoa trabalhar, aí povo dizia: tu tem mãe, e eu: tenho não, muito mal via ela. Ai depois de um tempo ela veio, depois de uns anos, pegou o menino e me deixou, eu fiquei com meu pai só que meu pai morreu de cachaça[...] a minha vida não foi fácil não, tudo que eu aprendi hoje, assim, não em termos de coisas erradas, da vida, de limpeza, tudo, foi tudo com os outros que me ensinava”.

Outra mulher que participou desta pesquisa pelo nome de Andreza relatou sobre o período de sua infância:

“A minha infância fui criada pela minha avó, minha mãe morava dentro de casa aí depois ela foi simhora, eu tinha doze anos, fiquei com a minha avó, pronto, aí foi luta pra eu estudar num colégio lá no Bairro dos Novais, quando eu cheguei lá, eu não tinha a liberdade que as outras crianças tinham pelo fato da minha avó ser do interior [...] eu só vivia lá ajudando ela e ela não queria que eu saísse pra rua, era presa não, a molesta, ai com quatorze anos eu dei o danado, mas aí eu dei pra esse rapaz que era errado, era foragido da cadeia, eu tinha quatorze anos e ele tinha dezessete, ai eu me perdi com ele escondido da minha avó, ai depois de dois meses ela foi e me botou pro interior de novo, Goiânia, lá pra dentro da Usina, na casa da minha tia, ai quando cheguei lá encontrei um rapaz, engravidei dele, tenho um menino de quinze anos hoje, voltei de novo pra cá, quando eu voltei pra cá meu menino tinha três meses, ai deixei meu menino dentro de casa, dentro do berço, e fui me bora com ele, porque a partir dali eu tava pronta pra tudo, ali era a realidade da vida que eu tava querendo ver só que minha avó dizia que o mundo é uma escola e nessa escola eu não gostei não, viu? Que essa escola é muito ruim, tu é doido.”

Ela falou também sobre o relacionamento com sua mãe:

“Muitas vezes ela chegava na cadeia e dizia assim: Mulher, tu não me trata bem. E eu: Deixa de graça, mulher! Que tu não sabe nem o que é filha, tu me desse a minha avó com um ano de idade, tu chega aqui tu não pergunta se eu tô bem, tu não pergunta nada, pra mim tu só é assim: oh Andreza, tá faltando isso pros teus filhos, vai descer agora, oh o dinheiro aí. Muitas vezes dentro da cadeia, eu não tinha rádio na cadeia por boniteza não, era pra resolver minhas coisas, pra arrumar pra dentro de casa e pra ter o que comer dentro da cadeia, porque eu alugava mesmo na cadeia, passava noites e mais noites alugando rádio,

enchendo bateria pra poder mandar pros meus filhos, porque o fechamento do patrão quando ele morreu acabou.”

Desde o início dos momentos da entrevista, Andreza deixou claro que não tinha um bom relacionamento com sua mãe desde a infância, pois fora criada por sua avó e sua mãe não mantinha contato com ela. Nessa parte da fala, Andreza afirmou que quando sua mãe ia visitá-la dentro da prisão ela não o fazia por uma relação de afeto, mas para realizar cobranças em relação aos seus filhos. Em algum desses momentos Andreza lhe cobrou um bom tratamento. Nesse sentido, Andreza diretamente falou que *“[...] tu não sabe nem o que é filha, tu me desse a minha avó com um ano de idade, tu chega aqui tu não pergunta se eu tô bem, tu não pergunta nada.”*

Conceição também relatou que sua infância fora de sofrimento e dificuldades. Com carinho, ela falou sobre suas filhas:

“Elas estudam, tão estudando, graças a Deus, tudo o que eu não tive na minha infância eu passo pra elas, o que eu não tive de pai, elas têm, elas têm um pai que eu queria que meu pai fosse, e graças a Deus, tudo que eu passei, serviu pra eu ser uma pessoa melhor e passar pra elas né? Minhas filhas são minha vida [...] eu tenho uma filha de dezenove anos que, depois que aconteceu isso, eu perdi a guarda dela, e até hoje não consegui vê-la, não consegui falar, ela tem dezenove anos, não quer me ver, porque quem criou ela depois que isso aconteceu, como forma de me punir, foi a família dele, e por forma de punição, eles não deixam eu ver nem falar com ela. Ela tem uma mentalidade muito errada de mim, tem medo, toda vez que eu quero me aproximar sou ameaçada, e pronto, tem dezenove anos, uma moça linda, mas, eu... eu tenho foto dela porque minhas amigas da época tira foto escondida, escutam a voz dela quando ela tá perto, mas é assim, até ela eu perdi, eu digo que perdi porque ela não tem contato nenhum, nem quer, tem medo, eu queria muito contar a minha história, a minha versão, mas, ela não me dá a oportunidade de contar e eu não julgo ela porque é difícil [...] as minhas meninas não sentem tanto porque são um pouco novinhas e eu privo elas de muita coisa, eu explico: olhe, seu pai tá nessa situação, mainha também já passou, e é um caminho que não vale a pena, é muito sofrimento, sofrimento pro seu pai, quero que vocês estudem e sejam o que eu não pude ser. Você tá vendo mainha limpando chão, você vê como mainha chega, mainha trabalha doente, elas tiram o exemplo da gente: “não, mãe, eu vou estudar pra tirar a senhora dessa vida”, elas falam isso “pra tirar a senhora dessa vida”.

Conceição afirmou que, apesar do pai de suas três filhas estar preso no momento, ele cumpre com todas suas obrigações de pai, inclusive tenta estar presente na vida de suas filhas da forma que pode. A mesma ainda disse que tem outra filha de dezenove anos que vive em Areia com a família do seu ex-marido, porém, ela não tem contato com ela devido o fato de ter sido presa; por conta disso, ela não consegue

manter contato nem construir nenhum laço afetivo com sua filha mais velha e isso para ela gera dor, tanto que a mesma afirma que ‘perdeu’ essa sua filha. Conceição disse que suas três filhas, fruto de sua união com seu atual companheiro que está preso, não percebem e nem sentem tanto que sua mãe cumpre pena fora dos muros da prisão, e que seu pai está no regime fechado na unidade prisional porque não possuem idade suficiente para compreender essa situação. Entretanto, Conceição também disse que, a partir de seu incentivo, suas filhas afirmam que ‘vão estudar’ para proporcionarem uma vida melhor para sua mãe.

Geralmente, a filha mais nova de Conceição a acompanhava ao trabalho, em um tempo em que ela trabalhou na sede do Escritório Social em João Pessoa estando subordinada a outro setor que compunha aquele espaço. Isso ocorria porque ela não tinha com quem deixá-la para ir trabalhar. Por diversas vezes, ouvi comentários de profissionais que trabalham no Escritório Social, dizendo que ela ‘não devia trazer criança para o trabalho, que ela arrumasse com quem deixar sua filha’. Nos dias de visita no presídio, Conceição ia visitar seu companheiro que estava preso e, com isso, chegava um pouco atrasada no trabalho, o que também gerava falas de que ‘ela tivesse cuidado se não ela poderia ser demitida’.

Sendo assim, a partir do que foi dito, pode-se perceber questões importantes e essenciais presentes na vida das mulheres negras egressas da prisão que participaram desta pesquisa, seja no âmbito da ‘vida crime’, passando por suas experiências no cárcere, as relações afetivas estabelecidas dentro e fora dele, a religiosidade como aspecto importante de suas vidas e as relações familiares. Todas essas experiências se somam nas trajetórias de vida das mulheres e culminam em histórias que merecem serem contadas e ouvidas e não invisibilizadas. Essas histórias se constroem na malha social em que vivemos, portanto elas não são aleatórias ou mero fruto das escolhas que essas mulheres fizeram. A experiência de colonização no passado e o patriarcado seguem vivos, e a história de cada uma das mulheres desta pesquisa apenas reforça esse argumento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, afirmo que as mulheres negras egressas (ou sobreviventes) do cárcere trazem consigo muitos elementos de suas vidas que as igualam e as diferenciam, entretanto, um ponto que as assemelha é que todas possuem a passagem pelo sistema prisional em comum. Elementos como pobreza, falta de acesso a recursos, violência, resistência, relações afetivas e familiares, estigmas, laços de solidariedade, vivência na religião estão presentes nos discursos das mulheres através dos relatos sobre suas histórias de vida.

Para descortinar e compreender acerca desses processos, tracei um caminho de diálogos com oito mulheres negras egressas do cárcere a partir de entrevistas em profundidade, entretanto, trago como exemplo o relato da situação de mais três mulheres que tive contato no Escritório Social. Em suas falas, para além das vidas marcadas pelas agruras da prisão, percebi que todas vivenciaram infâncias com dificuldades a partir de relações familiares, passaram pela adolescência tendo ainda violações de direitos básicos enquanto cerne de suas vidas e, muitas dessas situações a acompanharam no acesso ao 'mundo do crime' e na entrada ao sistema prisional. Quero novamente destacar que, apesar das dores estarem presentes de forma muito nítida na história dessas mulheres, suas trajetórias não se reduzem ao sofrimento; nas suas falas, elas também evidenciaram momentos felizes como o afeto dispensado pelo pai, a boa relação com seus irmãos, momentos que colocam em evidência laços de solidariedade construídos em sua comunidade de referência e também dentro do cárcere, o bom humor como uma ferramenta de resistência a questões difíceis do cotidiano. Seus trajetos também revelam-se enquanto potentes de serem contados e ouvidos. É certo dizer que o sofrimento ocupou uma posição central em suas vidas, mas também pude notar que elas seguem buscando o melhor para si e para os seus. O simples viver, nessas condições, parece por si só um ato de resistência.

Nesse sentido, optei por utilizar a colonialidade do poder enquanto teoria para exemplificar processos de suas vidas. A partir de autores que discutem esta temática (Quijano, Segato), afirmei que a colonialidade do poder, enquanto projeto de dominação que atua através dos condicionantes de raça e trabalho, influi sobre a vida dessas mulheres no sentido das mesmas possuírem o trabalho explorado enquanto um dos principais pilares de suas vidas. Tomando como base discursos e práticas eugenistas, a colonialidade tomou para si o direito de dispensar determinadas vidas humanas que não

eram consideradas interessantes para o ideal de progresso desejado e almejado naquele cenário. A categorização das pessoas em raças (negros, índios) inaugurou uma nova fase do capitalismo que tomava como base a exploração dos indivíduos racializados pelos europeus, tidos enquanto padrão ideal. Atualmente, as vidas das mulheres negras sobreviventes do cárcere são consideradas dispensáveis e continuam sendo mão de obra barata para se aproveitar.

A prisão então se apresenta enquanto instrumento da colonialidade, pois destina-se a encarcerar majoritariamente pessoas negras colocando em evidência a racialização do sistema penal na América Latina. A partir da raça e da classe, o sistema prisional escolhe seu público focando nos grupos racializados e empobrecidos da sociedade, de forma que seus altos critérios de condicionalidades raramente incidem sobre as pessoas que possuem riquezas. A letra da lei afasta-se de seu cumprimento; há um hiato entre o que está escrito e o que é cumprido no poder judiciário brasileiro retratado inclusive nos discursos das mulheres que, através de suas experiências, relatam que *'a justiça pesa mais sobre uns do que sobre outros'*.

O sistema de gênero moderno colonial (Lugones, 2020) a partir de noções binárias (homem/mulher), e a consideração da heterossexualidade enquanto modelo colocam em um lugar marginal pessoas que não cumprem e não seguem seus ditames. Nesse sentido, mulheres que apresento neste trabalho que não cumprem essas normas possuem suas histórias e práticas de vida invisibilizadas.

Fundamentado no que foi dito, a interseccionalidade apresentou-se enquanto ferramenta analítica salutar nesta pesquisa. Entendendo-a como instrumento que auxilia a descortinar processos de opressão que possuem determinados eixos em comum, baseados nos componentes de gênero, raça e classe, a mesma serviu enquanto técnica para compreender os determinados fatores trazidos nos testemunhos das mulheres que as afetam principalmente pelo fato de elas serem mulheres, negras e pobres, como, por exemplo, o próprio processo de aprisionamento. Considerei a interseccionalidade enquanto um fundamento essencial para que esse trabalho pudesse ter sido realizado como o foi.

Optei por trazer em detalhes questões presentes no campo de pesquisa. Sobre a Política Pública que deu origem ao Escritório Social, o local em que esse serviço está instalado e, a partir disso, discorrer sobre as tensões presentes naquele lugar. Os enfrentamentos cotidianos para instalação de um serviço especializado no atendimento a pessoas que saíram do cárcere estão presentes desde o primeiro dia de intervenção

da equipe que trabalha nesse espaço; enquanto uma autarquia pública, sua atuação é limitada, entretanto, apesar de ser um órgão de controle das pessoas, a partir desta pesquisa, tem sem mostrado enquanto um serviço essencial para acompanhamento do público que tem a prisão enquanto marca em suas vidas.

Nesta esteira, trouxe enquanto objeto principal de análise as experiências de vida dessas mulheres. Através da prática da escuta, debrucei-me sobre seus relatos que apontavam questões importantes para a reflexão. É importante dizer que a prática da escuta junto a essas mulheres me custou lágrimas; fui profundamente afetada por todo o processo de construção deste trabalho e confirmo que as histórias de vida colocadas enquanto principal fundamento desta pesquisa de fato me fizeram sangrar.

Nesse sentido, identifiquei elementos importantes que aparecem enquanto achados desta pesquisa. Em primeiro lugar, destaco a resistência das mulheres enquanto característica central deste trabalho. Esse componente está presente em suas vidas desde suas infâncias e principalmente após o período de aprisionamento; as mulheres possuem força e querem viver, querem construir suas vidas fora do cárcere e sem medo desse lugar. Outro aspecto importante que apareceu neste trabalho foi em relação à influência do discurso religioso em toda a trajetória de vida das mulheres, principalmente da religião evangélica de vertente neopentecostal. As mulheres mostraram principalmente que se apoiaram e continuam buscando apoio na religiosidade para atravessarem diversos momentos em suas vidas, e esse aspecto está presente com muita força no ambiente prisional, o que evidencia suas origens.

Outro componente que constituiu enquanto achado deste estudo são as experiências relacionadas à gordofobia, colocada por uma das mulheres que participou desta pesquisa. A gordofobia apareceu enquanto ponto de destaque em sua vida, e ela lhe acompanha em locais como o ambiente de trabalho.

A partir da escuta atenta dos relatos das mulheres, entendi que diversas questões de suas vidas são partilhadas de forma comum entre todas. Nesse sentido, destaco a violência enquanto um fator fundamental que circula suas existências desde suas infâncias, manifestando-se em diversas áreas; a presença da influência de seus parceiros na entrada no universo do crime; a passagem pela prisão e as experiências vivenciadas ali; forte fidelidade aos seus companheiros; questões relacionadas à maternidade; família; estigma; e a presença do trabalho compulsório. Entretanto, apesar das mulheres vivenciarem fatos semelhantes em suas vidas, considero salutar ressaltar as experiências de Dandara enquanto mulher transexual. As violências em sua vida

foram diferentes, a vivência no cárcere marcada por estratégias de sobrevivência que em alguns aspectos se diferenciavam das outras mulheres cisgênero participantes dessa pesquisa, e os estigmas que ela experimentava também possuem diferenciações. Sendo assim, acredito que seja importante pensar uma política pública específica para as pessoas transexuais egressas da prisão, ou uma especificidade para esse público dentro do Escritório Social, pois, os relatos mostram que esse público ainda encontra-se desamparado e em situação de vulnerabilidade perante os preconceitos e estigmas que lhe acometem.

Para reflexões futuras, acredito que seja salutar pensar políticas públicas que coloquem no centro as subjetividades das mulheres negras egressas do sistema prisional, pensando a profissionalização deste público para além da área de serviços gerais, o incentivo a educação, o apoio as famílias principalmente no amparo as crianças e idosos, auxílio em relação a saúde dessas pessoas e o debate público de como essas questões importam e são relevantes socialmente.

Por fim, quero evidenciar que as mulheres negras egressas da prisão que participaram desta pesquisa possuem muita potencialidade, ao passo que também são corajosas. Opressões interseccionais de gênero, raça e classe são cruciais para descortinar processos importantes de suas existências, entretanto, reforço que as mulheres não se reduzem a esses aspectos; apesar das tantas violações, ainda há beleza em seus relatos que demonstram tanta força em insistir em viver junto aos seus familiares e amores, a continuarem trabalhando, estudando, levantando da cama todos os dias. As dores e alegrias se relacionam de forma simultânea em suas vidas e entender esse movimento me fez perceber o quanto elas não se reduzem (e não podem ser reduzidas) aos elementos sofrimento e dor. Estar com essas mulheres também me auxiliou em processos de minha vida e fui profundamente afetada.

Os resultados deste estudo afirmam que as mulheres negras egressas do sistema prisional continuam na incessante busca por melhores condições de vida mesmo com tantas questões que circundam suas existências na vida pós-cárcere.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais, Editora Jandaíra, 2019.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro, Revan, ICC, 2012. (Pensamento criminológico; 19) 1ª reimpressão, março de 2014.

ANTÔNIO, Gabriel Henrique Burnatelli de. LAHUERTA, Milton. **O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº14. Brasília, maio - agosto de 2014, pp. 57-82. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/RS8WDsN4tkYGcFKbnqsnWZd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

ARAÚJO, Nathielly Darcy Ribeiro. **Quando a batida da tranca embala o romance: notas sobre relações afetivo-amorosas no contexto penitenciário da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor/- João Pessoa, 2017**. 85 f. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18891/4/NathiellyDarcyRibeiroArauc3%bajo_Dissert.pdf> Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **A mulher negra no mercado de trabalho**. Estudos Feministas. v. 3 n. 2 (1995). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466/15036>> . Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Caderno de gestão dos escritórios sociais III (recurso eletrônico): Manual de gestão e funcionamento dos escritórios sociais / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al]. Brasília. Conselho Nacional de Justiça, 2020.

_____. **Conselho Nacional de Justiça**. Relatório de monitoramento dos escritórios sociais [recurso eletrônico]: ano 2022 / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Secretaria Nacional de Políticas Penais; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2023.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen Mulheres 2ª edição. Ministério de Justiça e Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

_____. **Lei de Execução Penal Nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm>. Acesso em: 23 de setembro de 2022.

_____. **Presidência da República**. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 17 de setembro de 2023.

BOCCHINI, Bruno. População negra encarcerada atinge maior patamar da série histórica. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negra-encarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20anu%C3%A1rio,era%20de%2067%2C5%25>>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea, n. 1, p. 13-33, Jan- Jun, 2011.

CAPPELLARI, Mariana Py Muniz. **A REPRESENTAÇÃO DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA POLICIAL POR PARTE DO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE POR MEIO DAS DECISÕES JUDICIAIS**. Anais do 9º Congresso Internacional de Ciências Criminais. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/congresso-internacional-de-ciencias-criminais/assets/edicoes/2018/arquivos/46.pdf>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. São Paulo, Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Guilherme Paiva de. **O feminismo decolonial de María Lugones**: colonialidade, gênero e interseccionalidade. Revista TOMO, São Cristóvão, v. 42, 2023.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021**/ Daniel Cerqueira et al. São Paulo, FBSP, 2021.

CNJ. **Escritórios Sociais ressignificam cidadania para milhares de pessoas egressas**. 2023. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/escritorios-sociais-ressignificam-cidadania-para-milhares-de-pessoas-egressas/#:~:text=Com%2048%20unidades%20pactuadas%20em,atendimento%20qualificado%20%C3%A0%20pessoa%20egressa.>>>. Acesso em: 31 de agosto de 2023.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 307, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019**. Institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação. 2019. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original153009202001105e1898819c054.pdf>. Acesso em: 26 de agosto de 2023.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 348, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020**. Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em

cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original153750202101266010374e46045.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, 1989.

CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial**, in. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Bazar do tempo, Rio de Janeiro, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila. **Escravas**: resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2013.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'Água**. Pallas, Rio de Janeiro, 2015.

FIGUEIREDO, Bárbara Maria Dias. **Entre contos de princesas e vidas de tormento**: estudo sobre mulheres no crime. 2021. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 2014.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. **Prisão, Tráfico e Maternidade**: Um estudo sobre mulheres encarceradas. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

G1. **STF decide que cabe a juízes decidir local de prisão de pessoas trans**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/15/stf-decide-que-cabe-a-juizes-decidir-local-de-prisao-de-pessoas-trans.ghtml>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Editora Perspectiva S.A, 1961.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, 2008.

GUIMARÃES, Nicoli Gonzaga. **Como o pentecostalismo influencia na política?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/pentecostalismo/#:~:text=O%20Pentecostalismo%20%C3%A9%20um%20movimento,50%20dias%20depois%20da%20P%C3%A1scoa.>>. Acesso em: 21 de outubro de 2023.

GOÉS, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de ovo em Renato Kehl. Marília, UNESP, 2015.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Org: Flávia Rios, Márcia Lima – 1º ed – Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

HISTORY CHANNEL. **Por que a frase “o trabalho liberta” causa tanta indignação?** Disponível em: <<https://www.canalhistory.com.br/historia-geral/por-que-frase-o-trabalho-liberta-causa-tanta-indignacao#:~:text=A%20express%C3%A3o%20foi%20adotada%20em,poder%20na%20Alemanha%2C%20em%201933>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Bazar do tempo, Rio de Janeiro, 2020.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. 12º ed. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2023.

_____. **Vivendo de amor**. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2022.

JIMENEZ, Maria Luisa Jimenez. **Gordofobia**: injustiça epistemológica sobre corpos gordos. Pesquisa gorda, PPG-ECCO/UFMT.

KNIESS, Andressa Buttore. **Entrevistas em profundidade**: uma técnica qualitativa. Disponível em: < <https://ibpad.com.br/politica/entrevistas-em-profundidade/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. in. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Bazar do tempo, Rio de Janeiro, 2020.

_____. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis, 22{3}:320, setembro-dezembro, 2014.

_____. **Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System**. Hypatia, Volume 22, Number 1, Winter 2007, pp. 186-209 (Article). Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251730/mod_resource/content/0/heterosexualism%20and%20the%20colonial%20modern%20gender%20system%20maria%20lugones.pdf> . Acesso em: 25 de setembro de 2023.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: Raça, Gênero e Sexualidade no Embate Colonial. Editora da Unicamp, 2010.

MIRANDA, Raquel Barbosa. GOLDBERG, Alejandro. BERMUDEZ, Ximena Pamela Diaz. **Programas de reinserção social para egressos do sistema prisional no Brasil**: há um olhar para o recorte de gênero? Ciência Saúde Coletiva 27 (12), Dezembro de 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/Kkv6VbqHPPXs5TNDtq9vkWK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.

MORAIS, Edson Elias de. **Religiosidade Neopentecostal e o consumo de bens simbólicos**. 2012. Disponível

em:<<https://sites.uel.br/ndph/wp-content/uploads/2022/08/RELIGIOSIDADE-NEOPENTECOSTAL-E-O-CONSUMO-DE-BENS-SIMBOLICOS.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra e o amor**. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro** (ebook): Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro. Bazar do tempo, Rio de Janeiro, 2019.

NASCIMENTO, Larissa Crisnara Silva do. **A (in) visibilidade da mulher criminosa e a desigualdade de gênero no espaço da prisão: uma análise da vivência das mulheres em situação de prisão no Complexo Penal Estadual Agrícola Drº Mário Negócio em Mossoró/RN**. Revista Transgressões: Ciências criminais em debate, 2015.

NEPOMUCENO, Bebel. **Mulheres negras**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2013.

OLIVEIRA, Felipe Cardoso Moreira de. **Extinção de Punibilidade: o que é, para que serve e quais suas hipóteses**. Disponível em:<<https://www.aurum.com.br/blog/extincao-da-punibilidade/#:~:text=A%20extin%C3%A7%C3%A3o%20da%20punibilidade%20%C3%A9,ou%20o%20cumprimento%20da%20pena.>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

Paraíba 2012? (na página 67)

PARAÍBA. **LEI Nº 11.570 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019**. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. Cria o Escritório Social da Paraíba; altera o item 12 da Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007. 2019. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doi/2019/dezembro/diario_oficial-11-12-2019.pdf. Acesso em: 26 de agosto de 2023.

PARAÍBA. **Programas – O trabalho liberta**. Disponível em:<<https://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-892.html>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

PEREGRINA, Yasmin Ramos. BRITO, Ana Paula Rosas. SILVEIRA, José Augusto Ribeiro. **O espaço livre público informal como locus da oportunidade e da integração socioespacial da cidade: o caso da favela Beira Molhada, em João Pessoa - PB, Brasil**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2017 set./dez., 9(3), 456-473. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/urbe/a/BG5SZTWdKMTNdJLp6nByYCp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 de outubro de 2023.

PARAVIDINI, João Luiz Leitão. GONÇALVES, Márcio Antônio. **Neopentecostalismo: desamparo e condição masoquista**. Revista Mal-Estar e Subjetividade, Fortaleza, Vol. IX, Nº 4, P. 1173- 1202, Dez/ 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

RIBEIRO, Adelia Miglievich. **A virada pós-colonial: experiências, trauma e sensibilidades transfronteiriças.** Revista Crítica de Ciências Sociais [online], 123 / 2020. Posto online no dia 15 de dezembro de 2020. Consultado em 17 de dezembro de 2020. URL: <https://journals.openedition.org/rccs/11077>.

ROCHA, Solange P. **Mulheres Escravizadas na Paraíba Oitocentista: trabalho, contradições e lutas por liberdade.** In: **Mulheres negras no Brasil escravista e no pós – emancipação.** XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Fávio (orgs). São Paulo, Selo Negro, 2012.

RODRIGUES, Matheus. **Identidades (trans) viadas: existências banidas e a luta contra as violações naturalizadas, um estudo na cidade de Campina Grande – PB. 2021.** Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas). Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

SANTOS, Kalyne Alves Andrade. **O lugar da mulher trans no cárcere.** Orientadora Karyna Batista Sposato. – São Cristóvão, SE, 2020. 163 f. Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: **Família: redes, laços e políticas públicas/** ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.).5. ed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial.** 1º ed. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2022.

_____. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda.** 1º ed. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2021.

_____. **Religião, vida carcerária e direitos humanos.** In: Religiões e Prisões. Comunicações do ISER, n. 61. 40-45.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930.** São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SOARES, Bárbara Musumeci. ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades.** Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

TAIZÉ. **O que significa evangelizar?** Disponível em: <https://www.taize.fr/pt_article4935.html>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2022.

VIGOYA, Mara Viveros. **La interseccionalidad: Perspectivas sociológicas y políticas.** Claudia Mayorga, Ju Peruchi & Marco Prado, **Olhares diversos: direitos sexuais, feminismos e lesbianidades,** (publicación en curso).

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **A perda da legitimidade do sistema penal.** Tradução: Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição, Rio de Janeiro, 3º reimpressão, setembro de 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa possui como título '**PALAVRAS QUE FAZEM SANGRAR**: mulheres negras egressas do sistema prisional em João Pessoa/PB' e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Anna Paula Batista dos Santos, doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marcela Zamboni Lucena.

O principal objetivo deste estudo é analisar a realidade das mulheres negras egressas do sistema prisional na cidade de João Pessoa/PB.

Portanto, este trabalho possui como finalidade despertar o interesse da comunidade acadêmica para os estudos acerca dessa temática bem como contribuir para aprimorar o exercício profissional dos trabalhadores desta área, através da coleta e análise dos dados.

Informamos que sua participação se dará de forma voluntária de forma que a senhora não será obrigada a fornecer nenhuma informação nem colaborar com as atividades propostas. Caso decida não participar da pesquisa, ou desistir quando a mesma estiver em andamento, não sofrerá nenhum dano ou prejuízo.

Sendo assim, solicitamos sua colaboração para participar de uma entrevista em profundidade que será gravada por equipamento de áudio para futura transcrição. Pedimos também sua permissão para publicação dos resultados deste estudo em eventos científicos da Sociologia e áreas afins, ou em periódicos.

Salientamos que esta pesquisa não oferece grandes riscos e as informações que serão obtidas estarão mantidas em sigilo absoluto. Nos propomos a seguir, em todas as etapas da pesquisa, os critérios da Resolução 466/ 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que trata acerca da pesquisa com seres humanos no Brasil. Desta forma, a pesquisa

responsável estará disponível para qualquer esclarecimento em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos, riscos e benefícios decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

João Pessoa, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Pesquisador (a) Responsável: Anna Paula Batista dos Santos. Fone: (83) 98707-0949/E-mail: annapaulasantos1994.1@gmail.com.

Endereço (Setor de Trabalho): Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Campus I - Bloco 5 CEP 58051-970, João Pessoa-PB. Fone/Fax: (83) 3216-7204 - E-mail: ppgs.ufpb@gmail.com.

Comitê de Ética em Pesquisa do CCS/UEPB – Cidade Universitária / Campus I. Endereço: Universitário, S/N. Bairro: Castelo Branco. UF: PB. CEP: 58.051-900. Município: João Pessoa. Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br.

APÊNDICE B – Parecer Consubstanciado do CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: 'Fazer viver e deixar morrer': eugenia e mulheres negras egressas do sistema prisional em João Pessoa/PB

Pesquisador: ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 61449422.0.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.682.617

Apresentação do Projeto:

Desenho:

Este trabalho propõe analisar a realidade das mulheres negras egressas do Sistema Prisional em João Pessoa/PB a partir da eugenia enquanto um mecanismo de poder que constitui esse público enquanto potencialmente perigoso. A pesquisa classifica-se enquanto revisão de literatura, pesquisa de campo e utilizarei também a história de vida. A coleta de dados será feita a partir de um roteiro de entrevistas semi estruturado juntas às mulheres negras egressas do Sistema Prisional que acessam o Escritório Social e também que não acessam esse serviço entre os meses de outubro e novembro de 2022. Adotaremos a técnica do 'conhecimento testemunho' para análise dos dados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Analisar a realidade das mulheres negras egressas do sistema prisional na cidade de João Pessoa/PB a partir da eugenia enquanto instrumento biopolítico de constituição de indivíduos perigosos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios foram bem avaliados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma segunda versão em que após indicação de pendências as mesmas foram sanadas. A pesquisadora apresentou a carta de anuência e a certidão de

aprovação do projeto pela coordenação do curso.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram devidamente apresentados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sou de parecer favorável à APROVAÇÃO do referido projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1992464.pdf	07/09/2022 19:29:30	ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS	Aceito
Outros	Certidaodeaprovacao.pdf	07/09/2022 19:29:10	ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS	Aceito
Outros	TermoInstitucionalAnnaPaulaBatista.pdf	07/09/2022 19:27:40	ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de assentimento/ Justificativa de Ausência	TCLEANNAPAULA.pdf	09/08/2022 18:51:07	ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado /Brochura Investigador	DOUTORADOPROJETO ANNA.pdf	09/08/2022 18:50:51	ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoAnnaPaulaBatistadosSantos.pdf	09/08/2022 09:21:37	ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoAnnaPaulaBatistadosSantos.pdf	09/08/2022 09:21:37	ANNA PAULA BATISTA DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

JOAO PESSOA, 04 de Outubro de 2022

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa (Coordenador(a))